

2 Ao dia quinze do mês de abril de dois mil e dezesseis, às nove horas, no plenário da Casa  
3 de Direitos Humanos – sede do CEAS/MG, realizou-se a ducentésima décima Plenária  
4 Ordinária do CEAS, coordenada pela conselheira Marta, onde estavam presentes os  
5 seguintes conselheiros titulares: Rodrigo dos Santos ASSPROM, Geisiane Lima - Cáritas,  
6 Cristiane Isabel Felipe – IMSNS, - Luiz George M. da Trindade - CMAS de Lagoa Santa;  
7 Josiany Vieira de Souza – ACONEQUISTAC; Leonardo Koury – SEDA, Leonardo Ladeira  
8 – SEPLAG, Soyla R. dos Santos Pereira – CMAS Paracatu, Volney Costa – PSIND, Walter  
9 Figueiredo – FEAPAES – Wilson de Sales Lana – SEF, Maíra da Cunha Pinto Colares -  
10 SEDESE; Lúcia Elena Santos J. Rodrigues - COGEMAS; Rosilene Aparecida Tavares -  
11 CRESS-MG; Conselheiros suplentes - Gabriella Nair F. N. Pinto – SEPLAG- Maria da  
12 Páscoa Andrade COGEMAS, Érica Andrade – CRPMG, Marta Maria V. Castro da Silva –  
13 SEDESE; Isabela de V. Teixeira – SEDESE. Sandra Regina Ferreira Barbosa- SINTIBREF;  
14 Maria do Carmo Brandão Vargas Vilas - CMAS/Leopoldina- Ítalo Mazoni; CMAS-BH; Vera  
15 Cristina Cordeiro- SEAPA - Membros da Secretaria Executiva: Consolação Cifani; Nilce  
16 Araújo, Ângelo Machado, Vera Lúcia Rodrigues, Adelmira Cerqueira, Regina Caldeira,  
17 Leonardo Lobato e Raquel Trindade e Rosângela Maria. **CONSOLAÇÃO:** Bom dia gente!  
18 Bom dia a todos. A Maria está em uma consulta de pré-natal. Então, ela vai chegar mais  
19 tarde. Ela está grávida. Ela vem. Ela me mandou uma mensagem. Como a Simone hoje  
20 também não pôde estar aqui porque ela está na reabilitação no Sara. Hermellis, depois vai  
21 despedir de vocês. Ele vai se candidatar. Ele é o segundo secretário. O primeiro secretário  
22 é o Ronaldo, que também não está aqui. Ele não vem. Então, a Maria me pediu, mandou  
23 uma mensagem pedindo a Marta para iniciar a reunião, eu chego e dou a continuidade.  
24 Ok? Então eu passo a condução dos trabalhos dessa plenária para a Marta. **MARTA:**  
25 Obrigada. Bom dia a todos (as). Eu vou pedir a colaboração de todos porque estar aqui não  
26 é fácil. Eu gostaria de justificar a ausência da superintendente Maíra, que também mandou  
27 uma mensagem dizendo que foi convocada pelo secretário para estar na SEDESE. Mas no  
28 período da tarde ela vai fazer o esforço de estar aqui. Então, queria dar essa justificativa.  
29 Então, vamos começar os nossos trabalhos. A secretária executiva já fez a verificação de  
30 quórum. A gente já tem condições de dar início à nossa plenária. Como primeiro ponto, eu  
31 queria colocar pra essa plenária a apreciação da ata da 208ª plenária ordinária, que foi  
32 encaminhada para os conselheiros por e-mail. Algumas considerações já foram feitas para  
33 a secretaria executiva. Ela já fez a correção. E aí, a gente queria constar se tem mais  
34 alguma ressalva ou se essa plenária considera aprovada a ata da 208ª plenária. Quem se  
35 manifesta contrário, por favor, levante o crachá. Ok. Então, foi aprovada. Nós temos a  
36 justificativa da conselheira da saúde, Marta Elisabete, por motivo de trabalho. Ela está em  
37 viagem a serviço; do Ronaldo do CMAS/Juiz de Fora, como a Consolação já justificou por  
38 motivo de adoecimento; e Simone, da SEDESE, por motivo de tratamento de saúde como  
39 secretária já justificou. E a Maíra, eu acabo de justificar. Com relação à apreciação da pauta,  
40 vamos começar? Vamos fazer a leitura e aí a gente depois faz as propostas, pode ser?

41 Como primeiro ponto de pauta nós vamos ter os informes do COGEMAS; CIB, pela  
42 conselheira Páscoa; os informes da SEDESE; informes sobre a audiência pública de  
43 apresentação das deliberações das conferências de direitos humanos, pelo conselheiro  
44 Rodrigo; participação em reunião de capacitação em Lagoa da Prata, pelo conselheiro  
45 Rodrigo; Carta de Valadares, pelo secretário municipal de assistência social; e carta aberta  
46 ao Fórum Nacional dos usuários do SUAS. Todas as duas cartas foram encaminhadas para  
47 este Conselho. Depois nós vamos para os pontos de apresentação que estão previstos  
48 aqui. O primeiro ponto é: Fóruns Regionais de Desenvolvimento, serão apresentado pelo  
49 conselheiro Leonardo Ladeira, da SEPLAG; às 11 horas: As ações do Estado em relação  
50 ao desastre ocorrido no distrito de Bento Gonçalves e Mariana e quais as demandas dos  
51 atingidos em relação à política de assistência social; às 12 horas é o almoço. Depois nós  
52 vamos para os pontos de deliberação: Relatoria do processo PCH Boa Vista, pelo  
53 conselheiro Leonardo Koury; Definição dos componentes da comissão de monitoramento,  
54 que foram escolhidos nas comissões; depois nós teremos a recomposição do GT do Projeto  
55 Hidroagrícola Jequitaí; Depois nós teremos o relato das comissões temáticas; e no fim,  
56 encerramento. Então, eu faço consulta a esta plenária, se a gente mantém a pauta nessa  
57 ordem e nesse encaminhamento. **RODRIGO:** Bom dia. Eu queria pedir a mesa a  
58 cooperação com a secretaria executiva, sobre a possível recomposição da comissão de  
59 ética por parte do governo, uma vez que a comissão precisa trazer o plano para este ano  
60 ainda das ações. A gente já está um pouco atrasado, fazendo a ressalva da perda do nosso  
61 companheiro Hermellis que era membro da comissão. Obrigado. **MARTA:** Ok. Nós também  
62 queríamos pedir a inversão do horário da apresentação do Estado em relação ao desastre  
63 ocorrido em Mariana, porque nós pedimos que a SEDRU também estivesse junto com a  
64 SEDESE aqui fazendo essa apresentação. A gente gostaria de fazer essa inversão da  
65 pauta pra de tarde, porque o colega da SEDRU está em viagem e chega agora pela manhã.  
66 A tarde ele poderia estar presente. Nós gostaríamos de fazer o pedido de inversão, em  
67 nome da SEDESE. **LEONARDO KOURY:** A sugestão é trocar o de 11 horas, que passa  
68 para as 13 horas? E o de 13 horas, que passa para as 11 horas? O Léo disse que pode.  
69 **MARTA:** É. **LEONARDO KOURY:** Eu tenho interesse, porque não estar aqui à tarde. Eu  
70 queria ver o relatório do processo. **MARTA:** Pode ser Léo? Ok. O Hermellis também pediu  
71 para incluir um informe. Está incluído. Feito as inversões, eu vou colocar em votação a  
72 pauta de plenária. **ÍTALO:** Eu queria também dar um informe. É só pra incluir ai no  
73 processo. **MARTA:** Ok. Pedido de inclusão de pauta pelo Ítalo. Fim dessas alterações?  
74 Podemos considerar aprovada a pauta da plenária? Ok. Então está aprovada a pauta da  
75 plenária. Vamos começar pelos informes. Quem vai trazer os informes do COGEMAS?  
76 **VOZES AO FUNDO** Ok. Páscoa, então a seguir, você está responsável pelos informes da  
77 CIB. Obrigada. **PÁSCOA:** Bom dia a todos. A reunião da CIB foi ao dia 08 de abril, teve a  
78 apresentação do programa para juventude apresentado pela assessora de projetos  
79 especiais da SEDESE, Aidê Cansado. Foi apresentado o objetivo prioritário, os critérios, os  
80 parceiros. Houve uma discussão sobre a questão do nome do termo “favela” pela Aline do  
81 COGEMAS e o Marcelo, devido ao termo nas cidades, grandes polos, é visto como positivo.  
82 Mas no interior, não é tão positivo assim. Foi questionado também quais seriam os  
83 municípios. Eu acredito que essa apresentação posteriormente virá pra cá. Houve outra  
84 apresentação, do Régis, sobre a regionalização, os termos de compromissos, que também  
85 não foram aprovados, devidos aos questionamentos do COGEMAS, que não estavam  
86 explícito, como que seriam as competências dos municípios e Estado. Então, ficou definido

87 que até o dia 20/04 todos os documentos estariam sobre consulta para o COGEMAS para  
88 aprovação na próxima CIB. Então, os termos de compromissos não foram aprovados na  
89 reunião da CIB. Outro tema em pauta foi: o parâmetro para a execução do programa  
90 “Capacita SUAS” em MG. A comissão aprovou e pactuou a minuta de resolução que pactua  
91 a quantidade e o perfil dos alunos, bem como as responsabilidades dos entes para a  
92 execução do programa “Capacita SUAS” referente aos aceites de 2013/2014 do Governo  
93 de MG com o MDS. Eu acredito que também vai ser apresentado aqui nessa reunião.  
94 Obrigada. **MARTA:** Obrigada Páscoa. Agora, nós vamos para os informes da SEDESE.  
95 Quero pedir que fossem projetados porque eles são um pouco mais longos. Eu peço a  
96 Isabela que me ajude se tiver alguma necessidade de esclarecimento. O primeiro informe  
97 da SEDESE é com relação ao plano de serviços de 2015, em que a diretoria de gestão do  
98 fundo estadual apresenta pra gente uma situação até o dia 05/04, em que nós tivemos 523  
99 planos de serviços aprovados nos municípios; nós temos ainda 146 em análise técnica pela  
100 SEDESE; Temos 100 em preenchimento; temos 84 planos de serviços ainda em análises  
101 nos CMAS. E aí, nós fechamos esse balanço. Já está disponível, e ele chama a atenção  
102 no plano de serviço de 2016 para os municípios fazerem o preenchimento. Com relação ao  
103 pagamento do Piso Mineiro: 684 municípios já receberam os repasses de janeiro a fevereiro  
104 de 2016, sendo que 166 municípios cumpriram o processo de ajustes nas contas bancárias;  
105 tem dois municípios que ainda não têm o CNPJ próprio do fundo municipal; e um município  
106 continua com o cadastro recente e está em processo de abertura de conta bancária. Com  
107 relação ao plano de ação de 2016 do demonstrativo sintético de 2015 do SUAS WEB: Estão  
108 abertos para preenchimento no sistema, de acordo com o MDS. Os seguintes instrumentos  
109 a serem preenchidos são: plano de ação de 2016 com data de abertura de preenchimento  
110 aberto em 05 de abril; O prazo para preenchimento pela gestão municipal é até 04 de junho;  
111 E o prazo para preenchimento pelo CMAS é o dia 04 de julho de 2016. O demonstrativo  
112 sintético de 2015 também foi aberto no dia 04, só que ele se encerra no dia 30 de abril; E  
113 no dia 31 de maio é o prazo final para os CMAS apresentarem os seus pareceres no  
114 sistema. Com relação ao Qualifica SUAS a gente está trazendo o balanço do apoio técnico  
115 da indução orientada dos gastos e aprimoramento da gestão do SUAS. Então, com relação  
116 ao Qualifica SUAS: Nós tínhamos 287 municípios elegíveis e 30 prioritários, sendo que dos  
117 287: 174 realizaram o aceite; 133 não realizaram o aceite; e tem 275 municípios  
118 cadastrados no sistema. Dos prioritários: 23 realizaram aceites; 7 não realizaram. Nós já  
119 realizamos desde outubro de 2015 visitas *in loco*, e 17 municípios até este mês foram  
120 visitados. A gente está fechando dentre os 30 municípios prioritários as visitas durante esse  
121 mês de abril. Com relação à capacitação: Já está sendo feita a contratação das instituições  
122 de ensino superior, que foram as vencedoras do pregão eletrônico realizado no dia 15 de  
123 março. Nós tivemos como vencedoras as seguintes instituições: Para o lote 1 polos:  
124 Almenara e Araçuaí. Venceu o Centro Universitário do Sul de Minas – UNIS; Para o lote 2  
125 polos: Patos de Minas e Paracatu. Venceu o Centro Universitário do Sul de Minas; Para o  
126 lote 3: Uberaba, Ituiutaba e Uberlândia. Venceu a Universidade Federal de Uberlândia; Para  
127 o lote 4: São João Del Rei. Venceu o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia  
128 do Sul de Minas de Muzambinho; Para o lote 5: Juiz de Fora e Muriaé. Venceu o Instituto  
129 Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas de Muzambinho; Para o lote  
130 6: Passos, Poços e Varginha. Venceu o Centro Universitário também do Sul de Minas; Para  
131 o lote 7: Teófilo Otoni, Timóteo e Governador Valadares. Venceu o Centro Universitário  
132 do Sul de Minas – UNIS; Para o lote 8: Salinas e Montes Claros. Venceu o Centro Universitário

133 do Sul de Minas; e para o lote 9: Metropolitana e Curvelo. Venceu o Centro Universitário do  
134 Sul de Minas. Então, como vocês podem ver, UNIS venceu 6 lotes; Universidade Federal  
135 de Uberlândia venceu 1 lote; e para os lotes de São João Del Rei, Juiz de Fora e Muriaé foi  
136 o Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia. Nós tivemos três instituições de  
137 ensino superior que foram as vencedoras do pregão eletrônico com relação ao Capacita  
138 SUAS. A contratação da hospedagem para os alunos que vão estar de forma presencial  
139 nos cursos de capacitação: o pregão eletrônico para contratação da empresa acontecerá  
140 no dia 15 de abril, ou seja, hoje. Então, já está ocorrendo o pregão eletrônico pra SEDESE  
141 poder fazer a contratação da hospedagem nesses diferentes polos de capacitação para os  
142 alunos que precisarão se hospedar, considerando aqueles que segundo o critério que a  
143 gente discutiu e colocou aqui estão mais de 70 km da sede do município-polo de  
144 capacitação. Depois nós vamos dar o informe em relação à videoconferência. Neste mês  
145 de março nós realizamos videoconferências com relação às políticas públicas e a rede de  
146 atendimento para as mulheres. Como uma das atividades do governo de Estado, nós  
147 realizamos uma videoconferência no dia 15, em que 272 pessoas estiveram inscritas; 179  
148 municípios foram inscritos; 166 pessoas no dia da videoconferência; E 93 municípios  
149 presentes assistindo a videoconferência. Como eu já disse, ela fazia parte do mês de luta  
150 das mulheres, em que a SEDESE, além da videoconferência durante o mês e março,  
151 participou de outros eventos em parceria com os outros os órgãos do Estado. Uma das  
152 ações foi a campanha “Todos podemos” que a SEDESE utilizou durante todo o mês de  
153 março, com exceção do Facebook, INFOSEDESE, Twitter da SEDESE, fazendo alusão da  
154 temática de proteção às mulheres. Também tivemos no mês de março o Seminário  
155 Intermunicipal de Assistência Social, em parceria com a UFMG, realizado no dia 31 de  
156 março com o tema: “Políticas de Assistência Social no Brasil e na Argentina”. O evento teve  
157 400 participantes, entre trabalhadores de vários municípios, conselheiros, representantes  
158 do CRP, CREAS, COGEMAS, CEAS, instituições de ensino superior. O objetivo foi debater  
159 uma perspectiva comparada a configuração e os avanços da política de assistência social  
160 no Brasil e na Argentina. Também nesse mês, fizemos a validação do conteúdo da cartilha  
161 sobre a gestão orçamentária financeira, em que nós vamos está trabalhando nessa cartilha  
162 o tema do Piso Mineiro. Então, foi realizado no dia 06 de abril, em parceria com a AMM,  
163 uma oficina que validou o conteúdo da cartilha e que vai compor como elemento para os  
164 alunos o curso de gestão orçamentária e financeira do Capacita SUAS, como um conteúdo  
165 específico de Minas que se somará ao conteúdo nacionalmente estabelecido. Vai ser  
166 apresentado também no Seminário de Assistência Social, lançado no 33º Congresso  
167 Mineiro de Municípios da AMM, no dia 04 de maio em Belo Horizonte. Além disso, no dia  
168 12 de abril, nós tivemos a reunião da comissão intersetorial do programa Bolsa Família, em  
169 que nós tivemos outros órgãos juntos com a SEDESE debatendo as ações para as  
170 exigências indevidas aos beneficiários do Bolsa Família, em especial a participação no  
171 curso de formação profissional como condição de manutenção do benefício. E nova forma  
172 de recebimento dos beneficiários do BPC através de contas na Caixa Econômica Federal,  
173 que era inclusive tema de proposta da Conferência Nacional, que já foi cumprida. A  
174 delegação de Minas inclusive que levou para a Conferência Nacional. Me lembro muito bem  
175 de um delegado que persistia nisso. Nós já conseguimos sermos atendidos sobre essa  
176 lógica, de que agora, os beneficiários do Bolsa Família podem ter uma conta poupança na  
177 Caixa Econômica, o que resolve toda a situação de várias viagens e outras que a gente já  
178 tinha identificado que não era favorável para os beneficiários. **LEONARDO KOURY:** Eu

179 queria fazer uma parte porque eu sou dessa comissão do Bolsa Família. Vocês deram o  
180 aviso, mas eu queria esclarecer um pouco essa exigência indevida. Existem empresas de  
181 cursos profissionalizantes que estão fazendo propaganda para os usuários do Bolsa  
182 Família, dizendo que o Bolsa Família agora, por lei, é obrigado a fazer um curso  
183 profissionalizante senão ele perde o Bolsa Família. Isso é um projeto de lei, de fato, de uma  
184 deputada de Santa Catarina. Mas o projeto não passou e nem vai passar. Então, não existe  
185 essa condicionante, só que é muito grave. Eles estão fazendo terrorismo com as pessoas.  
186 Isso foi aqui na capital também. Em uma escola estadual essa empresa fez palestra,  
187 divulgou e tudo mais. É um crime que vai ser denunciado. Já foi denunciado para o MP. Eu  
188 acho bom ressaltar, porque é uma coisa muito grave e que não pode ser feita. **MARTA:** E  
189 que precisa ficar registrado neste Conselho. Durante o último mês nós demos continuidade  
190 às oficinas de apoio técnico nos municípios, realizando oficinas para os municípios  
191 prioritários com relação ao Bolsa Família, considerando a necessidade de atualização  
192 cadastral e todos os procedimentos que os municípios precisam fazer. Alguns municípios  
193 prioritários foram eleitos. Nós já estamos cumprindo a terceira etapa dessas oficinas com  
194 as equipes municipais. Os outros apoios técnicos foram: Os serviços regionalizados e o  
195 programa Família Acolhedora. Nós estamos realizando vários eventos no interior do  
196 Estado, inclusive fora do Estado. Nós tivemos um convite do Estado de Tocantins e Minas  
197 foi lá fazer uma exposição da experiência do nosso plano de regionalização. Além disso, a  
198 gente quer lembrar a todos de que nós vamos ter no dia 04 de maio a realização do 33º  
199 Congresso Mineiro de Municípios, nos dias 03, 04 e 05, em Belo Horizonte. No dia 04 de  
200 maio, nós vamos ter temas exclusivamente dedicados à Assistência Social. Uma delas é a  
201 “Gestão Orçamentária e Financeira do SUAS” e o outro “Marco Regulatório das Entidades  
202 da Sociedade Civil e o Impacto no SUAS”. Nós vamos ter a presença da SEDESE e outros  
203 convidados para gente compor a mesa e debater com os municípios esse tema no  
204 congresso. Eu acho que é isso. Se alguém tem alguma dúvida... Ok. Muito obrigada. Fim  
205 dos informes da SEDESE. Eu pediria que o conselheiro Rodrigo fizesse os informes sobre  
206 a audiência pública e a apresentação das deliberações das conferências de direitos  
207 humanos, que foi realizada nessa audiência pública na ALMG. **RODRIGO:** Em relação à  
208 audiência de segunda-feira. Ela foi programa para as 18 horas. Lá estavam os atores dos  
209 Direitos Humanos, Conselho da Mulher, CEDCA, Conselho do Idoso. Nós não temos ainda  
210 o Conselho da Juventude e LGBT. Isso também foi algo pedido e cobrado para as  
211 autoridades que estavam lá. Em relação às deliberações, a organização foi recebendo por  
212 setor. Então, cada setor fazia a sua explanação com o que foi discutido nas suas  
213 conferências, nos seus encontros, nas suas plenárias. E aí, a proposta era entregue para  
214 a coordenação da Assembleia. E, por fim, o professor Leonardo com os seus  
215 colaboradores, fez uma entrega de trabalho de vários saberes dentro das políticas sociais.  
216 Eu trouxe para esse Conselho para compartilhar com a gente. Eu não sei como a Secretaria  
217 Executiva vai fazer se poder-se-ia ou não tirar cópia. Mas quem tiver interesse, eu trouxe.  
218 São vários olhares, vários saberes, da participação social, controle social. São dois livros  
219 de experiências com relação aos Conselhos e outras experiências pelo país afora. Em  
220 relação a este Conselho, é claro que tem matérias afetas. São políticas que transitam e que  
221 são intersetoriais, mas que, hora ou outra, estão conosco, buscado alguma resolução  
222 conjunta ou até utilizando diretamente dos equipamentos da assistência social: CRAS,  
223 CREAS e outros. Então, esse é o primeiro informe. Antes de passar ao segundo informe,  
224 eu notei isso na discussão que nós tivemos aqui na comissão de normas, que em alguns

225 momentos a gente traz alguns relatos e dependendo da forma como nos posicionamos,  
226 dependendo da forma que trazemos as palavras, acabamos dificultando. Às vezes é uma  
227 palavra muito técnica, às vezes é um termo mais específico. Então, em relação pelo menos  
228 ao que eu estou trazendo, uma coisa que foi dita nessa minha fala, se tiver alguma dúvida,  
229 pode parar e perguntar. A gente tem uma vontade de retratar o que aconteceu lá na  
230 segunda, o que a gente faz de representação deste Conselho. E às vezes, tratamos as  
231 informações com um pouco mais de preciosismo. Então, se eu estiver falando uma coisa  
232 que não está no entendimento: “olha, traduz isso para uma linguagem mais popular, mais  
233 simples”. E aí, a gente faz isso. Em relação à ida a Lagoa da Prata. Eu queria agradecer a  
234 comissão de apoio. Foi muito bacana esse convite, uma vez que, por motivo de agenda a  
235 comissão não teve como disponibilizar conselheiro até Lagoa. Eu me senti muito honrado.  
236 Foi bacana! Eu tenho duas falas: Uma fala de representação de Conselho mesmo e uma  
237 fala de conselheiro. Em relação à representação do Conselho. Nós lá para falar da  
238 resolução 14/2014. O nosso papel era falar sobre as inscrições de entidades. O cenário era  
239 de troca de informação, uma vez que o conhecimento não está só aqui conosco, ele está  
240 por aí. Ele está lá, ele está cá, ele está pelo mundo. Então, foi muito legal, foi muito  
241 bacana foi esclarecer. A regional da SEDESE de Divinópolis também estava lá. O evento  
242 foi de intersetores. Então, a gente tinha lá: Educação, saúde, Conselho Tutelar. Foi um  
243 evento de um dia todo. Foi bastante esclarecedor em relação ao nosso papel, de levar uma  
244 resolução, fazer uma apresentação e tentar dirimir, trazer um pouco de consenso de  
245 informação de inscrição, as dúvidas, o que funciona, o que não funciona. Agora eu queria  
246 falar a minha fala como conselheiro. A gente ainda tem algumas questões para serem  
247 aprimoradas. Não vou falar não só lá naquela região, mas aqui na capital e em outros  
248 lugares. A gente precisa desse apoio do governo, da SEDESE, de estar traduzindo a  
249 legislação que ora construída no CNAS, ora construída aqui, ora construída no município,  
250 ela pode incluir como tanto excluir o usuário via oferta serviço de entidade. Lá a gente tinha  
251 os avisados, os desavisados e os simulados, pessoas que estavam querendo provar o  
252 conhecimento da gente. Em momentos da nossa fala, perguntas e nos bastidores, a gente  
253 tinha entidade de comunidade terapêutica, creche, educação, saúde, se entendendo como  
254 assistência. É claro que eu não fui com o papel de fiscalizar, de falar que estava errado ou  
255 que estava certo. O papel lá é de mediação, de buscar o entendimento do que é uma  
256 entidade de assistência social, o que são os programas, projetos, benefícios e serviços de  
257 assistência social oferecidos a população. Então, eu trouxe pra vocês. Tem um informativo  
258 que não me faz mentir. Nesse informativo tem entidades sendo consideradas de assistência  
259 social. Então, está aqui o informativo se alguém quiser dar uma olhada. A gente conversou  
260 isso bastante com eles, tentamos orientar: “Olha. A resolução é clara. Quem quiser  
261 participar da política pública tem que buscar essa vida de Conselho tentando atender a  
262 legislação. E, a todo o momento a gente buscando uma discussão do papel da família em  
263 relação à proteção e os deveres do Estado. Para ficar bem claro para vocês, a gente chegou  
264 a um consenso final que nesse tripé da seguridade social onde está a saúde, a previdência  
265 e a assistência social, o Estado é o centralizador, o principal ator de execução da política  
266 pública de assistência social. Mas que a sociedade civil anda em conjunto. Então, nessas  
267 ausências, a gente está lá para poder participar, mas de uma forma democrática, uma forma  
268 que busca atender a legislação. A gente viu lá umas entidades religiosas. Eles tem umas  
269 placas dizendo que vão fazer “isso, isso e isso no final de semana”. E aí, eles colocam  
270 serviço social. Sem querer criticar o pastor, o padre. A gente discutiu isso também, de como

271 eles estão tratando a política pública, levado em consideração que a resolução fala que:  
272 “pode ter entidade que não são inscritas dentro do Conselho que vão tocar a sua vida ali  
273 fora”. Era isso o que eu queria trazer para vocês e agradecer a comissão. Foi muito bom,  
274 fui muito bem recebido lá. Obrigado. **MARTA:** Obrigada Rodrigo. Agora, eu pediria ao  
275 Hermellis que tome assento aqui com a gente e que fizesse o informe. **HERMELLIS:** Bom  
276 dia a todos (as). Obrigado Marta pela palavra. Quero aqui comunicar aos meus colegas  
277 conselheiros que eu pedi afastamento do Conselho Estadual por eu estar como pré-  
278 candidato a vereador na cidade onde eu moro, que é Campo Belo. Estarei acompanhando,  
279 na medida do possível, os trabalhos na retaguarda. O município onde eu estou, o secretário  
280 de assistência social, não é de Campo Belo. Então, eu posso continuar como secretário e  
281 vou continuar, ajudando inclusive o COGEMAS. Como eu estava na diretoria, não mas estar  
282 na diretoria. Mas, participando de forma indireta tanto no COGEMAS, quanto aqui no  
283 Conselho. O CMAS de São Francisco de Paula já indicou nova pessoa que vai representar  
284 o Conselho. Ela até está aqui comigo, é a Raquel. Por favor, Raquel, se levante aí. Ela não  
285 tomou posse hoje porque não saiu a publicação, mas, provavelmente, na próxima plenária  
286 ela já deve tomar posse. Quero também agradecer a participação com todos vocês. Quando  
287 eu iniciei aqui a minha representação em 2013 realmente eu sabia que aqui seria uma  
288 escola, uma universidade que a gente está aprendendo constantemente nessa roda de  
289 conversa, com cada um passando o seu saber técnico e operacional. E assim a gente  
290 cresce muito. É o sentimento que eu sinto neste momento ao me ausentar do Conselho.  
291 Então, agradeço a cada um que eu pude compartilhar esses momentos, principalmente, de  
292 poder estar aqui contribuindo de alguma forma com a minha presença e tudo. Então, eu  
293 agradeço muito a secretaria executiva, o pessoal da presidência aqui. Muito obrigado a  
294 todos. Tenham todos o meu abraço. **APLAUSOS.** **MARTA:** Alguém queria se manifestar  
295 em relação a esse até breve com o Hermellis? **LÚCIA:** Então, Hermellis. Você é um jovem,  
296 jovem na política de assistência. Ontem quando você falou isso na nossa reunião me  
297 chamou a atenção. Quem sabe se Campo Belo vai ter o primeiro vereador que de fato  
298 entende da política de assistência social, não é? Como diria o povo: “Ô glória!” Tem-se uma  
299 tarefa muito difícil de fazer vereador entender o que é política pública de assistência social.  
300 Mas, como eu também sei que você vai sofrer inúmeras pressões, eu disse que vou dar  
301 pelo menos uns quatro, patuás. Todo mundo sabe o que é patuá? A Josiany sabe, não é  
302 Josiany? Então, quem quiser doar, de boa-fé, pra ver se realmente ele entra e sai dessa  
303 experiência defendendo a política de assistência social. Que a sua caminhada continue  
304 sendo de aprendizado. E nós continuaremos nos encontrando então no COGEMAS como  
305 gestores. Um abraço. **MARTA:** Mais alguém? Ok. Apesar de não estar empossada, a gente  
306 queria dar as boas-vindas à Raquel. Seja bem-vinda. Em breve você estará aqui com a  
307 gente completando esse colegiado. O próximo informe é do Ítalo. **ÍTALO:** Bom dia. Então,  
308 assim como o Hermellis, por outros motivos, eu também estou deixando este Conselho  
309 hoje. Esse seria o informe. O CMAS de Belo Horizonte vai está enviando um novo  
310 representante. O motivo da minha saída é porque o meu mandato no CMAS está  
311 terminando esse mês. A gente está fazendo uma nova eleição lá. Eu não vou me  
312 recandidatar a reeleição e tudo. Mas, certamente, um representante de trabalhador deverá  
313 vir. O Conselho Municipal conseguiu dobrar o número de vagas para os conselheiros  
314 trabalhadores. Eram dois agora são quatro. O que representa oito entre titulares e  
315 suplentes. Isso certamente vai trazer um bom representante pra cá. Quero agradecer os  
316 tempos que estive aqui com vocês. Eu aprendi pra caramba. É sempre bom. É isso, sem

317 muitas delongas. Valeu galera! **APLAUSOS MARTA:** É dia de despedidas. Ó Deus! A  
318 Consolação está me lembrando que, com a solicitação de afastamento do conselheiro  
319 Hermellis e o Rodrigo também nos lembrou, nós vamos ter que fazer a recomposição da  
320 comissão de ética, e também, da mesa diretora, na condição de segundo secretário. Aí,  
321 Consolação, a mesa diretora já fez uma proposição de recomposição. Os conselheiros  
322 governamentais fizeram já a sua indicação de recomposição da comissão de ética, que é a  
323 Maíra Colares, que é a superintendente. A gente tem que fazer a recomposição do segundo  
324 secretário, não é isso? A gente fez uma discussão dos governamentais e a gente indicou a  
325 secretária Lúcia. tá? Ok. Está bom? Então, parabéns. **APLAUSOS** Na mesa diretora a gente  
326 já fez essa discussão. No Congresso Mineiro nós vamos ter a representação do Conselho  
327 Estadual, no dia 04, compondo a mesa, compondo a abertura. Na mesa diretora a gente já  
328 fez a indicação de que, na abertura, representando o Conselho Estadual vai ser a nossa  
329 presidente, a Maria; no painel sobre gestão orçamentária e financeira, a mesa diretora  
330 indicou a Geisiane para nos representar, porque ela compõe a comissão de orçamento e  
331 representa a sociedade civil; e no painel marco regulatório, a mesa diretora discutiu o nome  
332 do Rodrigo para representar este Conselho, até porque o tema tem a ver com a função que  
333 o Rodrigo ocupa de coordenador da comissão de normas. Então, a gente achou que o tema  
334 e todo o acompanhamento que o Rodrigo tem feito tem haver. Eu queria que essa plenária  
335 referendasse essas indicações da mesa diretora. Eu submeto isso a essa plenária. Se tiver  
336 alguém contrário, por favor, se manifeste. Ok. Então, estão referendados os nomes para a  
337 **AMM. PARTE 2 HERMELLIS:** Carta de Valadares. “Mais democracia e política sociais”. A  
338 gestão da assistência social do município de Governador Valadares, Estado de Minas  
339 Gerais, considerando os recentes atos como: a tentativa de desestabilização do país por  
340 tentativa de promover um incabível impeachment da presidente Dilma Rousseff, legítima e  
341 democraticamente reeleita por mais de 54 milhões de votos em outubro de 2014, manifesta  
342 nessa data o seu total e restrito apoio a normalidade democrática e a defesa do estado  
343 democrático e de direito em nosso país. Nós, gestores públicos da assistência social em  
344 Governador Valadares, não abrimos mão dos avanços das políticas sociais construídas por  
345 todos (as) que contribuíram para a saída de mais 40 milhões de pessoas da extrema  
346 pobreza no Brasil nos últimos 14 anos. Como engano, as mais diversas manifestações que  
347 ocorrem no Brasil inteiro, como a do texto a seguir, que foi escrito para o “Brasil  
348 Observatório” e apresentado na fala do autor e professor Laymert Garcia dos Santos, no  
349 ato de lançamento da “carta aberta” a comunidade acadêmica internacional ontem na  
350 universidade de São Paulo, que teve também a presença de Marilena Chauí, Alfredo Bosi,  
351 Ruy Fausto e Luiza Buarque de Almeida. O intolerável, diversos e indícios de atos  
352 enunciados, sugerem fortemente que se trata de desestabilizar o país a qualquer preço,  
353 preço que aliás, a essa altura já é altíssimo, se levarmos em conta: 1) O comprometimento  
354 no setor produtivo, particularmente, energia, infraestrutura e defesa, com reverberações em  
355 toda a economia; 2) A geração de uma imensa crise social com o seu conter de  
356 desempregados, e ameaça de regressão da parcela mais vulnerável da população a  
357 patamares que pensávamos definitivamente superá-los; 3) A desmoralização das  
358 instituições, a começar por um pareamento bandido dos partidos políticos venais e  
359 grotescos, juízes e procuradores enxovalham as leis em nome de valores espúrios. A quem  
360 interessa a tal desestabilização planejada e rigorosamente executada? Seguramente,  
361 Sérgio Moro e seus procuradores são apenas procuradores de um crime que lesa a pátria,  
362 tampouco pouco os agentes da federal, que são os alvos mais executores. É claro que a



363 mídia golpista, os partidos de oposição, os movimentos fascistas, a FIESP, a OAB, os  
364 inocentes úteis e os oportunistas de plantão, inclusive nas hostes governamentais, são  
365 protagonistas empenhados na produção do desastre. Esta é a citação. Assim, para  
366 conhecimento de todos os brasileiros (as) que tiveram conhecimento dessa carta,  
367 afirmamos o nosso compromisso com os valores democráticos; A soberania do Brasil; As  
368 políticas sociais, e em especial, com a política pública de assistência social, instrumento  
369 importante para assegurar um país mais justo, menos desigual e solidário. Jaime Luiz  
370 Rodrigues Júnior, secretário municipal de assistência social de Governador Valadares,  
371 Minas Gerais, Belo Horizonte, 08 de abril de 2016. O outro, é a carta aberta do Fórum  
372 Nacional de Usuário do SUAS. O Fórum Nacional dos Usuários do SUAS, que representa  
373 60 milhões de usuários beneficiários da política pública de assistência social, vem  
374 publicamente presar indignação aos recentes ataques, não só nos direitos sociais, mas a  
375 democracia. Todos os acontecimentos que estamos observando evidenciam o estado de  
376 golpe, onde as liberdades individuais e coletivas estão sob forte risco. Os usuários das  
377 políticas públicas sabem o que é ter vivido anos na invisibilidade, e agora sabem om que é  
378 ter voz, visibilidade e mais importante, ser sujeitos de direitos. Os usuários sabem o quanto  
379 foi difícil conquistar o seu espaço na sociedade. Lutamos muito por isso e não queremos  
380 nada menos. Nós, usuários, reconhecemos o sistema de proteção social e as políticas  
381 públicas que compõe como a assistência social a transferência de renda, e tantas outras,  
382 como responsável pela sobrevivência, autonomia e protagonismo de milhões de indivíduos  
383 e famílias em situação de pobreza. Reconhecemos que essas políticas se consolidam para  
384 a redução das desigualdades, em particular, de povos indígenas, comunidades tradicionais,  
385 população em situação de rua e pessoas com deficiência. Reconhecemos que para além  
386 de diminuírem os indicies de pobreza, são decisivas para garantir autonomia, dignidade,  
387 empoderamento e geração de renda ao possibilitar o acesso e inserção a outros serviços  
388 sociais. Reconhecemos que a corrupção perpassa as nossas instituições e partidos, e que  
389 precisamos nos manifestar contrários e lutar pela punição de culpados comprovados.  
390 Reconhecemos também, que o Sistema Único de Assistência Social, o SUAS que temos,  
391 ainda está distante do SUAS que queremos e que a população brasileira espera e precisa,  
392 mas, é um avanço inegável e precisa ser consolidado com recursos, gestão e controle  
393 social. Tudo isto está ameaçado se houver o golpe que está armado, escondido na sombra  
394 das articulações que se manifestam no impeachment da presidente Dilma. E outros abusos  
395 que são cometidos, a exemplo, do deputado Eduardo Cunha. É preciso unir vozes à todas  
396 as outras vozes das pessoas, instituições, fóruns, movimentos sociais. E lutar para não  
397 permitir a perda dos avanços duramente conquistados nas lutas sociais e populares, que  
398 mudou e continua mudando as nossas vidas e de tantos cidadãos (as). A luta é de todos  
399 nós. Nessa conjuntura, nós usuários do SUAS, decidimos e chamamos todos a: 1)  
400 Respeitar a constituição federal; 2) Defender o exercício pleno das instituições  
401 democráticas; 3) Repudiar qualquer forma de corrupção; 4) Repudiar golpe sobre a forma  
402 de julgamento no campo da política e não no campo da justiça; 5) Condenar golpes  
403 mediatos pela grande e parcial mídia, colocando em cheque o processo eleitoral  
404 democrático sempre parcial pela direita conservadora, que leva ao retrocesso da política  
405 conquistada; 6) Defender os direitos sociais e o sistema de proteção social brasileiro. Viva  
406 a democracia! Viva a liberdade! Viva o SUAS! Não ao golpe! **LEONARDO LADEIRA:** Eu  
407 acho que vale uma salva de palmas, apesar das pessoas não estarem aqui, tanto os  
408 usuários, quanto o secretário. Eu estive no CONSEA. Na plenária a gente também aprovou

409 uma carta do CONSEA conclamando os militantes da área da segurança alimentar e  
410 nutricional. É o momento onde as instituições também se manifestam: o Judiciário; a OAB,  
411 entidades da sociedade civil; órgãos governamentais. Nós estamos passando por um  
412 momento que é a construção a história. Não dá pra parar a história pra gente poder analisar,  
413 porque todo dia a gente tem uma conjuntura cada vez mais complexa. Infelizmente, essa  
414 conjuntura traz pra nós, em especial ao Congresso mais do que ao Judiciário, uma possível  
415 retomada de um instrumento que dificulta os direitos e a construção de novas condições.  
416 Mas, mais do que isso, pra nós, conselheiros e quem trabalha com a assistência social, é  
417 uma legitimação do papel do judiciário, não só de intervir na estrutura política brasileira,  
418 mas intervir, inclusive, na estrutura do fazer a política da gestão. Quem já foi gestor sabe o  
419 tanto que é difícil você o tempo inteiro ter que responder ao MP, inclusive, ameaça de  
420 prisão, de multa, de vários problemas de diálogo mesmo. Então, são muito bem vindas  
421 essas manifestações. Eu acredito que o CEAS deva refletir sobre esse quadro sobre a  
422 posição individual de cada um, porque, é mais do que uma questão de lado, se é verde, se  
423 é amarelo, se é vermelho. Eu estou de vermelho. Eu morro de medo de sair, dependendo  
424 de onde eu estiver na rua, e tomar “um couro”. É isso o que está acontecendo. A gente não  
425 deve constituir sujeitos intolerantes dentro de nós. Sujeitos intolerantes que não percebam  
426 a universidade, pluralidade, mas antes disso, a perda da democracia. Então, parabéns  
427 pelas cartas e tudo. Eu fico bem contemplado pelos textos. **APLAUSOS MARTA:** Ok.  
428 Obrigada. Mais alguém quer se manifestar? Tem uma crônica lindíssima do Veríssimo, em  
429 que ele diz que sempre imagina a história como uma simpática senhora. E aí, ele começa  
430 a ter um diálogo com essa simpática senhora, essa história. Ele está dizendo pra gente ter  
431 um olhar de distância sobre o momento porque, às vezes a gente se ver muito envolvido  
432 pelos acontecimentos dos momentos, mas ele consulta essa velha senhora que sabe da  
433 história, do que vai acontecer pela frente. E aí, ele vai fazendo as perguntas. Ele pergunta  
434 assim: “Mas o que aconteceu no domingo?” Ela falou: “Não. Você vai ter que viver”. Então,  
435 é muito bonito, poético. Eu acho que é um pouco disso que o Leonardo nos chamou a  
436 reflexão. As cartas, as manifestações, estão nesse sentido, da gente fazer uma reflexão  
437 sobre a recente história desse país, pós-constituição de 88. O momento político que nós  
438 estamos vivendo é profundo. Eu tenho certeza que depois nós vamos ter outro olhar  
439 distante dos dias atuais sobre ele. É muito bonita. Bom, continuando os nossos pontos. O  
440 próximo ponto de pauta... Eu gostaria de registrar a presença da Dra. Paola, seja muito  
441 bem-vinda. Se quiser, pode tomar assento aqui na mesa junto conosco. Eu também  
442 convidaria os outros conselheiros que estão aí. A gente aperta mais um pouco pra poder  
443 estar todo mundo mais juntinho. Sejam muito bem-vindos. E aí, eu peço para o conselheiro  
444 Leonardo começar fazendo a apresentação sobre os Fóruns Regionais de  
445 Desenvolvimento para essa plenária. **LEONARDO KOURY:** Bom dia à todos. Na verdade,  
446 saiu a ideia de uma reunião. Não foi a passada, foi a primeira que eu vim, não é  
447 Consolação? Em uma discussão, eu esclareci alguns pontos relacionados aos Fóruns  
448 Regionais. Quando eu percebi que não havia tanto conhecimento, eu achei que valia muito  
449 a pena ter uma explanação sobre a metodologia dos Fóruns Regionais de governo que  
450 estão sendo executados no Estado. E aí, então, eu propus essa pauta. Na verdade, falando  
451 de história, já que estamos falando de história. A gente está vivendo também um ponto  
452 muito específico da nossa história, em Minas. Depois de uma série de governos bem ligados  
453 nos últimos dois anos, Minas Gerais deu uma retomada. Minas Gerais tinha uma história  
454 muito forte de uma lógica de gestão, choque de gestão. Com críticas negativas e positivas,

455 ela foi completamente transformada no ano passado porque, o governo que entrou no  
456 concordou em nada com essa lógica. Só que o governo não veio sem proposta. A grande  
457 base do plano eleitoral vencedora no ano de 2014 foram os Fóruns Regionais. Esses  
458 Fóruns Regionais fizeram a grande promessa, e a execução deles não nós afeta tanto aqui  
459 no centro, por quê? Porque a ideia dos Fóruns Regionais é sair aqui do centro. É mexer  
460 com as regiões, não com o centro. Ainda existe o Fórum Metropolitano que tem uma  
461 participação aqui no centro. Mas isso é muito mais visível para quem está no interior do que  
462 pra nós da capital. Então, eu pedi à Julian, que é a coordenadora dos Fóruns na SEPLAG,  
463 para vir fazer a apresentação. Ela vai mostrar, tem uma coordenação conjunta: SEPLAG,  
464 SEGOV e Secretaria de Direitos Humanos. Ela vai mostrar o que já foi feito. Eu queria só  
465 ressaltar que, a assistência está sendo muito discutida nesses Fóruns. É muito importante  
466 a gente estabelecer a correlação entre essas coisas. Então, eu, como representante da  
467 SEPLAG, sempre que for necessário, vou trazer para o Conselho questões que estão sendo  
468 discutidas nos Fóruns porque, eu acho que vão ter sempre a ver com as pautas do  
469 Conselho, e vice-versa. Daqui do Conselho eu posso sair com demandas para serem  
470 reverberadas no trabalho dos Fóruns Regionais que está permanente. Já fizeram três  
471 rodadas nos 17 territórios de Minas Gerais. A SEDESE está presente nessas rodadas por  
472 meio dos seus coordenadores regionais dando retorno das devolutivas de todas as  
473 propostas que foram levantadas. Eu não vou contar tudo não. Eu vou deixar para a Juliana  
474 contar. Jú muito obrigado por você ter vindo. Eu faço convite pra você fazer a apresentação.  
475 Eu vou distribuir o material pra vocês. **MARTA:** Enquanto o Leonardo vai fazendo a  
476 distribuição, eu gostaria de passar para a Dra. Paola. Ela está muito justificando a presença  
477 dela e que não vai poder permanecer tempo com a gente. **Dra. PAOLA:** Bom dia. Eu recebi  
478 uma pauta dizendo que às 11 horas teria uma apresentação da saúde mental. Como é um  
479 assunto bem delicado e como a gente tem discutido isso internamente no CAO, eu vim  
480 muito por conta desse ponto de pauta das 11 horas. E aí, quando eu cheguei aqui falei:  
481 “Parece que foi alterado”. Me falaram que a conselheira desmarcou. Então, como eu tenho  
482 várias coisas pendentes no CAO, eu vou ficar então só um pouco e vou pedir licença para  
483 sair logo em seguida, porque, já que não vai ter esse ponto, eu vou retornar no dia em que  
484 isso for colocado em pauta tá? Obrigada. **MARTA:** Obrigada, Dra. Paola. Nós vamos contar  
485 com a sua presença aqui no dia então. Obrigada. Tem alguém sem material? Obrigada Léo.  
486 É muito Leonardo nesse Conselho. É Léo, Leonardo... **JULIANA:** Pode começar? Bom dia  
487 à todos (as). É um prazer estar aqui hoje trazendo pra vocês um pouco da nossa proposta  
488 do nosso trabalho desenvolvido ao longo de 2015. Quero agradecer mesmo pela  
489 oportunidade de trazer mais um pouquinho de informação. Espero que vocês nos ajudem  
490 a levar essa informação ao maior número de pessoas. A gente tem uma meta de alcançar  
491 a população de Minas como um todo. A gente teve uma boa adesão ao projeto, mas ainda  
492 assim, a gente pretende ir um pouco mais além. Os Fóruns Regionais de governo, como a  
493 introdução que o Leonardo fez muito bem, ele nasce de um paradigma na gestão no  
494 governo de Estado de Minas, quando se propõe “a ouvir para governar”. E aí, ouvir no  
495 sentido de que não era simplesmente só deixar o ouvido livre, mas ouvir o que as pessoas  
496 têm a dizer e aplicar isso no nosso planejamento e na nossa gestão do Estado. A partir  
497 disso, nasce a questão da descentralização da gestão. A partir de uma divisão territorial,  
498 hoje o Estado é dividido em 17 territórios de desenvolvimento. A divisão territorial ela se  
499 baseou na divisão da saúde. A gente tem além do território metropolitano, a gente tem mais  
500 16 outros territórios que eu vou mostrar no mapa um pouco mais a frente. O sentido dessa

501 descentralização parte de alguns pressupostos importantes, como a inversão de prioridade.  
502 Então, enxergar o Estado e suas regiões a partir as especificidades de cada região, e não  
503 o como a sua homogeneidade que a gente sabe que não existe. A gente ver muitas pessoas  
504 considerando Minas como muitas Gerais. Então, assim, é importante que a gente tenha  
505 isso em mente, interiorize essa questão para que a gente possa ter sensibilidade no  
506 momento de escutar o que a população tem a nos dizer. A gente também colocou a questão  
507 da especificidade da centralização para as políticas governamentais, fazendo isso de  
508 maneira em que todas as secretarias, a partir das discussões que a gente fez nos fóruns  
509 nas três rodadas até o momento para o seu planejamento. O Léo disse muito bem, a  
510 SEDESE tem sido uma parceira muito atuante nos Fóruns Regionais. Os representantes  
511 regionais, assim como o próprio secretário André, a Rosilene, estão todo mundo afinados  
512 com a gente. Pode passar, por favor. Nos Fóruns Regionais a territorialização se dividiu em  
513 17 territórios de desenvolvimento e 80 microterritórios. Isso quer dizer que a gente parte de  
514 uma seguinte maneira: territórios. Dentro de territórios: uma divisão de microterritórios,  
515 variável inclusive. Isso quer dizer que alguns territórios podem ter nove microterritórios e  
516 outros podem ter três microterritórios. Dentro de cada microterritório a gente tem um  
517 conjunto de municípios. Foi levado em consideração para essa divisão territorial, além da  
518 divisão da saúde, as questões culturais, sociais, econômicas. As afinidades nesses três  
519 pilares. E a questão da participação, que pra gente é muita cara. A gente tem muito cuidado  
520 em relação a isso porque, é muito importante entender. Eu como historiadora e professora...  
521 Por isso que eu pedi pra ficar em pé, é mania de professor. Para falar tem que estar de pé.  
522 É importante entender que somos sujeitos na história e que a gente faz a história todo o dia  
523 e a todo momento. Essa questão da participação é colocar mesmo o cidadão como  
524 corresponsável na construção de um Estado em que ele vive. A gente tem todo um cuidado  
525 quando vamos para um território. A gente escuta o que a população tem a nos dizer, o que  
526 é vital e importante para ela. A nossa visão como gestor é importante. A gente tem muitas  
527 variáveis que podem nos ajudar a construir uma política pública. Mas, a gente sabe que  
528 quem vive e experimenta essa política pública, vai saber nos dizer com maior propriedade  
529 de que maneira ela pode ser melhor e mais efetiva. Eu vou mostrar para vocês um pouco  
530 mais a frente a instância de participação que a gente tem dentro do Fórum Regional e todas  
531 as suas conexões pra gente garantir a melhor participação. Pode passar, por favor. Aqui é  
532 o mapa que mostra a divisão territorial. A gente tem o Alto Jequitinhonha aqui; A gente tem  
533 o Caparaó aqui; A gente tem Central ali; Mata que está aqui; Metropolitano; Mucuri;  
534 Noroeste aqui; Norte aqui assim; Oeste que está aqui embaixo; Sudoeste que é logo aqui;  
535 Sul nesse vermelhinho; Triângulo norte; Triângulo sul; Vale do Aço aqui; Vale do Rio Doce  
536 que está aqui; E Vertentes que a gente tem: Carangola, Conselheiro Lafaiete. Essa é a  
537 divisão territorial. Para mim não está bem legível, creio que para vocês também não, mas  
538 estes são os microterritórios. Inicialmente a gente tinha 78 microterritórios. Quando a gente  
539 se propôs de ouvir o território, a gente ouviu a população dizendo pra gente: “A divisão que  
540 vocês fizeram não ficou interessante. É preciso redividir e readequar”. Então, ao longo do  
541 processo em 2015, nós fizemos uma readequação da divisão territorial a partir da  
542 percepção da população que nos disse o que seria mais ideal. Então, exemplo disso, é o  
543 Central aqui. Antes a gente tinha um único microterritório. A partir da percepção da  
544 população, que foi ativamente corresponsável nessa criação desse projeto pra gente, nos  
545 solicitou a redivisão e a gente ficou com duas. **SOYLA:** Essa parte Central compreendia a  
546 parte do Alto Paranaíba, não é? Ficou uma parte do Alto Paraíba no Central e a outra parte

547 que compreende essa microrregião do Noroeste de Minas. No primeiro momento foi até um  
548 susto para o Noroeste a questão da aceitação. O Noroeste não aceitava o Alto do Paranaíba  
549 e o Alto do Paranaíba não aceitava o Noroeste. Mas hoje, a compreensão já mudou. Você  
550 conversa com o pessoal do Noroeste e eles já tem a compreensão que dá para trabalhar  
551 com a microrregião. E por ser uma região com pouca população, pouco índice demográfico,  
552 a união faz a força. Mas ficou bem interessante. Agora que está começando a madurar,  
553 amadurecer. Amadurecer é muito bom gente! Amadurecer a ideia de que dá pra trabalhar sim  
554 as microrregiões. **JULIANA:** Isso é muito importante pra gente de ouvir. A gente percebeu  
555 que quando a gente foi para o território Noroeste as pessoas não se identificaram com a  
556 divisão que foi feita. A gente tentou trabalhar na maneira que tivéssemos o menor impacto  
557 possível, mas que fosse possível. A gente percebe agora com a sua fala, eu fico até mais  
558 tranquila, a gente percebe que existe uma possibilidade no trabalho. Muito obrigada pelo  
559 feedback. Pode passar, por favor. Aqui é como a construção do planejamento foi pensada.  
560 Eu vou explicar um pouco mais a frente todos os passos que a gente fez. Os Fóruns  
561 Regionais serviram além da aplicação da ideia de descentralização, de participação, de  
562 ouvir para governar, os Fóruns Regionais eles também serviram de insumos para os  
563 instrumentos de planejamento que a gente tem no Estado. São eles: PMDI, que é o Plano  
564 Mineiro de Desenvolvimento Integrado; E o PPAG, que é o Plano Plurianual de Ação  
565 Governamental. As secretarias participaram com a gente efetivamente de todas as etapas.  
566 Então, tudo o que foi discutido, tudo que foi priorizado nos fóruns, foi levado em  
567 consideração no planejamento das secretarias. A gente não consegue ser tão perfeito, mas,  
568 minimamente, a gente tem uma representação na fala da população nos instrumentos de  
569 planejamento de cada secretaria. A gente vai perceber isso na evolução dos Fóruns  
570 Regionais quando a gente conseguir identificar aquilo que já está sendo priorizado. E aí,  
571 não é segredo pra ninguém, na terceira etapa a gente deixou claro para a população que a  
572 situação financeira e orçamentária do Estado não está uma coisa fácil como para os demais  
573 Estados do Brasil. Evidentemente, de que isso não nós impede. O bom gestor trabalha na  
574 adversidade. Não nos impede de manter o compromisso de buscar sempre implementar  
575 aquilo que é importante para a população. Afinal de contas, o nosso trabalho foi árduo e  
576 extremamente rico. A gente trabalhou inclusive com os nossos colegas; “olha, mesmo  
577 vocês dizendo que existe política pública, que existe esse serviço disponível, ainda sim,  
578 aquele representante da população quiser continuar defendendo que ele está levando, a  
579 gente vai ouvir e a gente vai garantir que aquilo vai estar registrado ali”. Eles falavam: está  
580 lá. “Mas só pra reforçar, coloca lá pra gente”. Então, a gente percebeu isso e garantiu isso  
581 o tempo todo. E na sequência, após um dia inteiro de discussão em cada eixo, a gente  
582 priorizou dentro daquela discussão. Vocês vão ver, os números são grandes de problemas  
583 e necessidades em cada território. Então, foi um dia muito produtivo, de muito trabalho. A  
584 gente precisava de minimamente saber: “olha, de tudo isso o que a gente está discutindo  
585 aqui, o que é mais importante para gente fazer logo?” A gente precisava de um norte. Foi  
586 dado esse norte a partir da priorização que foi feita na sala de discussão. Nessa mesma  
587 etapa, a gente elegeu o colegiado executivo. O colegiado executivo é uma instância de  
588 participação dos Fóruns Regionais composto pela sociedade civil, que foi eleita neste  
589 momento. São 25 membros titulares da sociedade civil e até 25 membros suplentes. O  
590 colegiado é composto também por representantes do legislativo municipal: um prefeito de  
591 cada microterritório que foi eleito a partir de uma reunião, de uma conversa e uma discussão  
592 dentro do microterritório com o secretário executivos, que é a representação do Estado no

593 território. A gente tem uma pessoa que é ligada a secretaria de governo e que é o nosso  
594 representante no governo. É a cara dos Fóruns Regionais no território. No colegiado  
595 executivo a gente também a representação de: um vereador por microterritório;  
596 representantes o governo, das secretarias em geral. No caso do decreto, nada impede de  
597 que a partir de uma provação daquela secretaria que não está listada ali, essa secretaria  
598 ou órgão comecem a fazer parte a partir dessa solicitação. MP; e representantes e órgãos  
599 legais que tenham grande representatividade no território. Então, esse é o colegiado  
600 executivo, que é a instância de participação eleita na segunda rodada. Pode passar, por  
601 favor. Na terceira etapa a gente já volta propriamente com a resposta de todos aqueles  
602 problemas e necessidades que foram discutidos nos territórios. Em Minas Gerais como um  
603 todo, a gente teve: 12.689 problemas e necessidades discutidas nos 17 territórios de  
604 desenvolvimento. Cada um desses problemas e necessidades foram categorizados,  
605 classificados, dentro da SEPLAG: Qual era a secretaria responsável por aquele problema  
606 e necessidade; qual era na natureza do gasto. Então, a partir disso, ele também foi  
607 classificado como custeio ou gestão, ou investimento ou pessoal. No caso aqui, a primeira  
608 parcial da devolutiva, a primeira resposta que a gente deu ao colegiado executivo, que é no  
609 caso a representação daquele território: “empoderar as pessoas para que elas possam  
610 dizer a toda população de que maneira que os Fóruns Regionais efetivamente estão sendo  
611 efetivos no território no caso das devolutivas de custeio e gestão em quatro áreas:  
612 desenvolvimento social; desenvolvimento agrário; saúde; e educação. Essas foram as  
613 quatro primeiras áreas que a gente discutiu. E agora nesse mês de abril e maio, a gente  
614 estará realizando reunião nos territórios, e as demais levarão as suas respostas à  
615 população, a partir de reuniões que a gente previamente já agendou com o secretário  
616 executivo e o colegiado. Para as demais questões classificadas como de custeio e pessoal:  
617 as questões de investimentos serão tratadas agora em uma nova fase. Está prevista para  
618 meados de maio e início de junho. A gente está trabalhando com as áreas de saúde,  
619 educação e infraestrutura, para o investimento. Agora, o custeio e gestão: a partir da  
620 devolutiva a gente começa a trabalhar com o secretário executivo para o monitoramento e  
621 a fiscalização dessas respostas que nós já demos para eles. Pode passar, por favor. Aqui  
622 é um pouco da nossa agenda: a gente fez as reuniões em grupos de trabalho sobre o  
623 custeio e gestão. Foi a devolutiva; na sequência, é a fase que eu disse para vocês que nós  
624 vamos trabalhar com os investimentos dentro de saúde, educação e infraestrutura; uma  
625 assembleia geral. Isso tudo são datas previstas. A gente depende um pouco também da  
626 agenda do governador e de outras ações que vão acontecer no desenrolar do processo; a  
627 partir de julho, a gente começa a trabalhar os Planos de Desenvolvimento Territorial  
628 Integrado. Na verdade, são a visão do desenvolvimento social sustentável de cada região  
629 com as suas especificidades. Então, não é enxergar, por exemplo, o território Vertentes,  
630 que tem vocações econômicas e distintas, da mesma maneira que a gente vai enxergar o  
631 território Norte, que também tem a sua vocação econômica bem diferenciada. A gente  
632 precisa, na verdade, levar essa proposta de maneira que a população se identifique e  
633 perceba a potencialidade de cada um dos territórios a partir da construção desses planos  
634 nos 17 territórios. Pode passar, por favor. O balanço dos Fóruns Regionais eu acho  
635 superinteressante e vale a pena a gente destacar aqui. Eu adiantei algumas coisas. Eu vou  
636 passar rapidamente. A gente teve entorno de quase 26 mil participações em todo o Estado.  
637 Isso demonstra uma efetiva participação e vontade de população de estar junto e  
638 construindo com a gente o planejamento e a política pública do Estado. A gente percebeu

639 que quando a população é chamada para construir ela vem. E ela vem com propostas muito  
640 legais, muito bem estruturadas, com maturidade. Isso pra gente é muito importante  
641 perceber. Na primeira etapa a gente teve 17 mil participações. E na segunda etapa, em  
642 torno de oito mil participações em todo o Estado. Pode passar. No mapa vocês vão perceber  
643 que o que está de verde são os municípios que tiveram representação em todo o Estado  
644 em uma das fases do fórum, na primeira ou na segunda, ou seja: a gente teve 50% de  
645 municípios que participaram na primeira e na segunda etapa. O de amarelo: participaram  
646 apenas na segunda etapa. No total quando a gente vai somar as participações, a gente ver  
647 que tem quase 80% de adesão em todo o Estado de representação municipal nos Fóruns  
648 Regionais. A gente percebe a força desse canal de comunicação direta da população com  
649 o governo a partir dessas participações. Pode passar, por favor. As demandas e  
650 necessidades levantadas: A gente pode perceber que no Mucuri tem 1.596 necessidades  
651 levantadas; O segundo ranqueado foi a Mata. Em Juiz de Fora a gente bateu o recorde.  
652 Em Vale do Aço também o pessoal participou muito. Pode passar. O total disso daqui:  
653 12.689. Foi aquele número que eu passei para vocês. Esses números não querem dizer  
654 que foram número de formulários. Isso também é importante destacar para vocês. No  
655 formulário a pessoa poderia destacar mais de um problema ou necessidade de áreas ou de  
656 eixos distintos. Então, o trabalho que a gente fez quando pegou esse material e levou para  
657 a SEPLAG foi desagregar tudo o que foi discutido no formulário. Às vezes no formulário  
658 tinham cinco problemas ou necessidades de áreas ou eixos distintos. Esse aqui é o número  
659 final de problemas e necessidades que a gente discutiu. Pode passar, por favor. Aqui no  
660 gráfico vocês podem ver o que a gente teve como número maior de discussão, permeados  
661 por saúde e proteção social. Pode passar, por gentileza. Quantidades de propostas de  
662 problemas e necessidades: 12.689; A gente teve priorizado: 2.037 problemas e  
663 necessidades. Esse número aqui está contido aqui dentro. A população disse pra gente:  
664 “disso tudo o que a gente falou aqui, 2.037 são as mais importantes e que vocês precisam  
665 sempre ter um foco para que a gente possa minimamente ser atendida com a discussão  
666 que a gente fez”. Esse é o primeiro foco que a gente tem hoje quando a gente vai trabalhar  
667 qualquer questão dentro do Estado. É sempre perguntado: Qual é a conexão com os  
668 fóruns? E dentro disso, qual é a conexão direta com as demandas que foram priorizadas?  
669 Pode passar. Esse aqui é um exemplo para você verem das demandas dos fóruns que a  
670 gente estruturou. A gente mostra qual é o território; Qual é o eixo; Qual a demanda que foi  
671 priorizada; A classificação dela de acordo com a natureza do gasto; E qual é o órgão que é  
672 responsável por aquela demanda. Esse foi um trabalho que a gente fez. Posterior a essa  
673 classificação, a gente chegava, por exemplo, na secretaria de saúde com todas as  
674 demandas que foram trabalhadas e tentando encaixar isso dentro do planejamento da  
675 secretaria. Evidentemente que a partir disso, a sua realização e concretização da demanda  
676 que foi colocada lá em questão. Pode passar. Esse é o fluxo: As demandas que foram  
677 discutidas no território; na sequência, foi dada a conexão a elas em cada eixo, área e  
678 objetivo estratégico do PMDI; e a partir disso, é linkado isso nos programas e ações do  
679 PPAG. Hoje a gente consegue minimamente identificar aquele problema e necessidade  
680 discutidos no território, qual é a ação, o programa dentro do PPAG que ela está ligada. Na  
681 questão do PMDI, ela está diretamente ligada já pela a nossa metodologia de organização  
682 da discussão. Pode passar. Aqui é a questão do PMDI. **PARTE 3: JULIANA:** Em momento  
683 algum. Pode passar. Pode passar também, por gentileza. Aqui é um pouco de cada eixo:  
684 O objetivo de cada eixo; o desenvolvimento produtivo científico e tecnológico para alicerçar

685 o desenvolvimento sustentável, inclusive nos territórios, com a valorização do meio  
686 ambiente; Infraestrutura e logística; acesso ao desenvolvimento da infraestrutura de  
687 transporte; tecnologia de informação; infraestrutura energética; moradia e saneamento  
688 básico. Pode passar. Saúde e proteção social: integra a política de saúde e demais políticas  
689 sociais econômicas, assim como pautar as políticas de proteção social, assistência social  
690 e direitos humanos pela pactuação de diferentes políticas intersetoriais. Esses objetivos  
691 foram construídos com cada uma das secretarias que estão representadas dentro dos  
692 eixos; Segurança pública: interceptar as dinâmicas geradoras de violências para  
693 estabelecer uma política de segurança cidadã e de respeito aos direitos humanos. Pode  
694 passar. E educação e cultura: Alicerçar o projeto de desenvolvimento sustentável incluso  
695 nos territórios, bem como promover a inovação, respeitando a essência da cultura mineira  
696 e sua especificidade local. Pode passar. Hoje o nosso olhar ele é territorial voltado para  
697 redução da desigualdade regional, pensando muito dentro do conceito da inversão de  
698 prioridade. Então, aquele território em que normalmente a gente percebe que existe um  
699 índice de qualidade de vida menor do que a gente tem em outras regiões, a gente busca  
700 levar uma maior atuação do governo, a maneira de sanar e equalizar essas questões em  
701 todo o Estado. É um grande desafio, mas a gente sabe que é capaz de fazer a nossa parte  
702 a partir da força de vontade de cada uma das equipes. Pode passar. Números previstos de  
703 municípios do PPAG. Esse mapa não ficou muito bom. Pode passar. Agora acabou. Bom,  
704 na verdade é isso. Essa cartilha que eu trouxe pra vocês ela tem um resumo dos fóruns em  
705 números e um pouco do nosso trabalho. Nela tem os nossos contatos. A gente está à  
706 disposição. Qualquer colaboração é muito bem vinda, sugestão, crítica. A gente está desde  
707 o princípio dizendo isso. É importante saber que o governador reafirma isso o tempo todo,  
708 dizendo que os Fóruns Regionais estão em construção. A gente sabe que ele não está  
709 100% pronto. Se ele estivesse 100% pronto, ele teria vindo de cima para baixo. Mas, como  
710 a gente está construindo com todo mundo, é um processo que vai permanecer em  
711 construção contínua. A gente sabe que ainda tem muito a melhorar. Se tiverem alguma  
712 sugestão, crítica ou contribuição, por gentileza, fiquem a vontade, vai ser um prazer. Mais  
713 uma vez, obrigada. Estou à disposição. **APLAUSOS LEONARDO LADEIRA:** Então, como  
714 vocês viram, é obvio que as demandas tradicionais de assistência social apareceram nos  
715 fóruns, por quê? Porque o público é o mesmo. E o público foi aos fóruns com as mesmas  
716 demandas que eles vão à conferência de assistência e tudo mais. Aqui, a maioria dos  
717 municípios, vocês ouviram falar dos fóruns? Participaram? Então, acredito que sim, porque  
718 vocês são muito antenados. Assim como a gente está fazendo a comissão de  
719 monitoramento das deliberações da conferência, o fórum tem um mega sistema de  
720 monitoramento do governo de todas essas demandas. Está estruturado pela SEPLAG,  
721 SEGOV, Direitos Humanos e participação, que é dar esse retorno constante, essa  
722 devolutiva constante. É uma união de todos os órgãos. É uma coisa muito difícil de fazer,  
723 não é? Colocar todo mundo para trabalhar junto. Mas, os caras do desenvolvimento social  
724 estão lá, representados pela SEDESE e estão acompanhando tudo. Uma coisa, se vocês  
725 tiverem interesse, que eu posso fazer... Eu, como assessor na secretaria, eu brinco muito  
726 com essas planilhas do fórum com todas essas demandas. Então, por exemplo. Estou  
727 cuidando muito da área de meio ambiente, já selecionei para o meio ambiente tudo o que  
728 tem relacionado das demandas dos fóruns com os comitês de bacias. Eu fiz uma planilha  
729 e levei para eles, aprofundando o estudo. Isso está sendo feito pela SEDESE. A SEDESE  
730 fez isso. Tem pessoas da SEDESE que receberam as demandas e estão fazendo. Mas, se



731 vocês quiserem, eu posso em sintonia com a SEDESE, claro que eu não vou passar por  
732 cima, eu procuro a pessoa que fez esse trabalho lá. A gente pode, pelo menos, mandar um  
733 filtro de todas as demandas da assistência social dos 17 territórios e mandar pra vocês  
734 conhecerem. Assim vocês ficam sabendo quais são as demandas. Isso reforça um pouco  
735 o trabalho de vocês. É possível na parte das demandas. Talvez, eu não vou ter a resposta,  
736 talvez a SEDESE tenha dos programas que atendam essas demandas. Mas as demandas  
737 eu me comprometo a passar para vocês. Eu não fiz ainda por falta de tempo. Eu estava  
738 primeiro esperando explicar o quê que é o fórum. Eu me comprometo até semana que vem  
739 negociar isso lá. Eu acho que é com o Gustavo, da SEDESE. É o Gustavo que é o contato,  
740 Jú? Maíra? Então, eu me comprometo junto da Maíra fechar essa planilha e passar para  
741 vocês, junto com a apresentação da Juliana. **SOYLA:** Eu acho importante demais. É um  
742 diagnóstico preliminar da região. É importante demais para nós que estamos lá. Outra  
743 questão que eu gostaria de levantar, até como um comentário mesmo. Na minha região, eu  
744 não sei como foi com as demais, mas a gente ficou muito dependente da vontade política  
745 do governo municipal de mobilização. Os movimentos sociais, por exemplo, se mobilizaram  
746 por demais. Eu participei tanto da primeira etapa, quanto da segunda etapa dos fóruns. A  
747 primeira parte no Noroeste de Minas foi em Patos, e a segunda em Paracatu. Foi muito  
748 difícil mobilizar. Para ir pra Patos, teve uma receptividade melhor, por ter sido uma abertura  
749 política e tal. Os vereadores da minha cidade decidiram ir. Na segunda etapa, que era  
750 dentro da minha cidade, foi uma vergonha. Os vereadores não foram. O prefeito foi. O  
751 prefeito participou, entrou nos grupos. Mas eu via nas outras regiões pequenas que não  
752 tinha a participação do prefeito, de vereador. Não tinha a participação de ninguém. Eles  
753 não se mobilizaram. Eu fui para rádio local para falar sobre os fóruns. As pessoas não  
754 entendiam o quanto era importante participar. A gente tentou mobilizar através dos  
755 movimentos sociais, sabe? Mas não foi fácil. Eu imagino nas cidades menores como que  
756 foi a dificuldade. Mas é uma cultura que está sendo criada, não é? É um primeiro passo  
757 que é fundamental. Não adianta fazer do jeito que se fazia sempre se está fazendo as  
758 coisas diferentes para mudar uma realidade. Foi importantíssimo. Foi um primeiro passo  
759 para a participação, não é? Das pessoas entenderem o quanto seria importante elas  
760 falarem, elas preencherem o relatório. Foi muito interessante. Eu acho que foi um passo  
761 que foi dado. Vai ser uma construção de formiguinha. “Ah não! Eu não vou ao fórum. Quem  
762 disse que esse governador vai ver a gente? E a resposta?” Eu estou ouvindo muito isso:  
763 “quando que vai ser o terceiro momento pra gente ouvir a resposta se vamos conseguir um  
764 hospital regional da saúde”. São várias coisas lá. A população questiona. Eu vi pouco  
765 usuário lá. Eu vi mais os movimentos sociais. É uma vergonha! Então, tá bom. É uma  
766 construção. A gente começou. Eu acho que foi um bom começo. **ROSILENE:** Eu participei  
767 em Montes Claros. Na verdade, foi no primeiro momento. Eu não cheguei a participar do  
768 fórum porque eu tive outro compromisso. Eu acho que é muito legítima essa participação  
769 da sociedade civil, de se colocar e até mesmo de cobrar. Por mais que não tem o  
770 orçamento, mas tem um conjunto, tem um coletivo que terão mais vozes para cobrar a  
771 efetivação destas propostas. Eu vou fazer uma colocação. Enquanto militante da  
772 assistência social, vai fazer 10 anos, e eu até já conversei com a Juliana em Montes Claros.  
773 O que me chamou a atenção é que tem: a saúde; tem a educação; tem cultura. Eu falo  
774 muito da identidade da política de assistência social. No primeiro momento que bate aqui  
775 proteção social, que ver de imediato, não percebe a política de assistência social. É mais  
776 uma questão de identidade da política de assistência social, se for possível. Mas, quero

777 parabenizar por toda essa articulação em Minas. Vocês conseguiram, estão conseguindo,  
778 fortalecer essa organização. É isso, parabéns. **ÍTALO:** Eu vou fazer mais um comentário a  
779 respeito do processo todo que foi apresentado aqui hoje. Eu enxergo o atual momento que  
780 vivemos em nosso país como uma crise de representação. Eu acho que o fundo que a  
781 gente vive hoje é isso. O quê que é essa crise? É o distanciamento entre representante e  
782 representados. Quando é que a gente vê deputados se reunindo com a população? Aí, eu  
783 vou trazer mais pra perto. Nós, enquanto Conselho, quantas vezes fizemos plenárias  
784 abertas? É claro que temos ações nesse sentido. Estou chamando a atenção para esse  
785 fato de que não é só longe que está o distanciamento, a gente também. Eu sou  
786 representante de Conselho. Eu sou conselheiro representante de trabalhador, tenho uma  
787 base do fórum e tal. Mas porque que o fórum também não consegue juntar mais gente?  
788 Essa atual medida do governo do Estado de Minas Gerais, desde que eu tomei  
789 conhecimento pela primeira vez, eu abri um olho. “Nossa! Que maravilha!” A gente tem  
790 muito problemas, a gente tem muitas questões, que vão passar por isso. Mas é uma  
791 inversão da lógica de governabilidade. O governo ele deixa de ter uma carta branca. Eu  
792 acho que o fim disso vai ser isso: “acabou a carta branca”. Porque hoje a gente tem carta  
793 branca. “Pimentel, governa lá pra mim”. E aí, só reclama. Então, eu acho que é uma  
794 semente muito positiva, que chama atenção para que essa semente ela também possa dar  
795 brotinhos no controle social, seja aqui no estadual, seja em cada Conselho Municipal. A  
796 gente tem possibilidade de induzir esse processo. Se a gente quiser hoje deliberar aqui que  
797 a gente vai fazer plenária itinerante nos município, a gente pode. Porque que a gente não  
798 vai? Porque que a gente não faz isso? É difícil! Tem uma lógica burocrática que impede.  
799 Quando chega, por exemplo, no meu Conselho Municipal, uma emenda parlamentar de  
800 tantos mil para ser distribuída para o município. Aí, chega com dois dias de antecedência  
801 pra gente decidir se aquele dinheiro vai ser empregado naquela coisa. Uai! Não vai decidir  
802 nunca. Que participação é essa? E aí, tem três, quatro, pessoas na mesa diretora que  
803 decidem o que poderiam ser decidido pela população. Não poderia fazer uma plenária  
804 aberta? Chamar todas as pessoas ou pelo menos representações de usuários de CRAS,  
805 por exemplo, se a emenda for pra CRAS, pra decidir como vai se gastar esse dinheiro?  
806 Então, o controle social tem como induzir. A gente tem as ferramentas pra poder estar  
807 induzido uma mudança estrutural, que enfim, o governo do Estado já faz em um nível  
808 macro, gigante. Foi uma proposta que até me emocionou quando eu conheci, de induzir  
809 esse processo de inversão da lógica de governabilidade. Era só isso. **LEONARDO KOURY:**  
810 Primeiramente, parabéns Juliana, minha amiga de muitos anos. Eu acho essa discussão é  
811 uma discussão complexa, porque é difícil você construir no início de governo uma  
812 intersetorialidade, uma secretaria de governo que tem uma relação direta com deputados,  
813 municípios, demandas complexas, com a própria SEPLAG. Para quem aqui é servidor  
814 público isso é mais claro. Mas para quem não é a SEPLAG era uma secretaria muito  
815 autoritária com as demais secretarias. É o que a gente tem de histórico no Estado. Não é à  
816 toa que dali saíram governadores. E, também, uma secretaria recém-criada de direitos,  
817 cidadania e participação social. É uma secretaria que tem o mundo nas costas. Mas,  
818 entendia que a participação social era estratégia para que a gente pudesse construir uma  
819 sociedade em Minas Gerais melhor. Eu acho que, de nascer intersetorial e de compreender  
820 mais do que uma discussão de orçamento de obra, era necessário fazer uma discussão de  
821 planejamento. E aí, trazer o planejamento para o cenário público, com uma proximidade,  
822 com uma reflexão, inclusive, sobre o que está sendo planejado e nunca construído, é muito

823 ousado. O orçamento participativo em Belo Horizonte se constituiu muito em uma relação  
824 financeira que dava suporte para que as pessoas continuassem participando e construindo.  
825 Agora, o planejamento, ele é muito mais ousado. Algumas das construções elas não vão  
826 ser de curto prazo. Eles vão ser de médio prazo. Mas, mais do que isso, é mudar uma rotina  
827 intelectual de compreensão do papel do sujeito, de fato, participar de um governo. É lógico,  
828 nem tudo nasce perfeito. E nem também morre perfeito. Eu acho que é ousado e é louvável  
829 que o governo do Estado deixe para os próximos anos uma identidade de quem teve uma  
830 ousadia de conversar com 853 municípios, de características e relações totalmente  
831 diferentes. E muitas delas, inclusive, desiguais, ainda mais quando parte no âmbito  
832 econômico. Então, é parabenizar pela apresentação e pela continuidade de trabalho.  
833 **LEONARDO LADEIRA:** Jú, você quer comentar alguma coisa? **JULIANA:** Eu acho que  
834 ficou muito clara aqui a questão da construção que a gente está fazendo no dia a dia. A  
835 questão da identidade, a gente tentou representar no máximo possível. Até a Rosilene  
836 mesmo, a gente já tinha começado os fóruns, ela brigava horrores com a gente falando:  
837 “Não é assim! Vamos mudar.” O formulário ao longo do processo mudou, em virtude dessa  
838 demanda, dessa colocação nessa visão. A gente sabe, pra gente é muito difícil. A gente  
839 voltou tudo, e as, vezes, aquela questão: “Ah, deixa. Vai passar”. Não. É importante que a  
840 gente pontue o que é a identidade e o que é correto de ser feito. A gente vai fazendo isso  
841 ao longo do processo e, com certeza, a gente vai arredondar essa bola. Da questão da  
842 mobilização que foi falada, é um grande desafio mesmo, especialmente quando vai para  
843 um território em que os municípios não são tão próximos. Você tem uma difusão geográfica  
844 grande. E aí as distância, realmente, elas são um grande dificultador pra gente. Inicialmente  
845 na proposta dos fóruns, os territórios teriam sede. A gente tirou, jogamos isso por terra e  
846 dizemos: “não, vamos colocar o fórum de maneira que a gente consiga minimamente rodar  
847 realmente o território e tentar levar para as pessoas o mais próximo possível”.  
848 Evidentemente que existem muitos desafios, inclusive, para quem se elegeu no colegiado.  
849 Eu fiquei anos trabalhando com força na comissão de acompanhamento e fiscalização do  
850 orçamento participativo aqui de Belo Horizonte. A comissão sempre reclamava: “olha, tem  
851 um monte de Conselho que tem vale transporte e a gente não tem”. Eu saí da prefeitura e  
852 a gente ainda não conseguiu resolver esse problema. E aí, agora eu entrei na luta da  
853 questão do colegiado executivo e a sociedade civil, porque, o prefeito e vereador tem diária.  
854 Mas a sociedade civil não tem. Se a gente faz o fórum e determinado município, as pessoas  
855 que são eleitas no colegiado executivo, a maior parte delas, muita das vezes, são daquele  
856 município que a gente realizou a segunda rodada. Então, quando a gente sai daquele  
857 município, as pessoas falam: “nossa, e agora? Como é que eu vou fazer?” A gente está  
858 falando de vivência mesmo. Algumas das vezes a gente tem o carro que pega a gente, leva  
859 até o município e tal. Mas, ao longo, a gente precisava às vezes vim antes que o carro que  
860 estava marcado para voltar para Belo Horizonte. E são as baldeações. Não tem ônibus que  
861 vai direto de determinado local para outro. Então, você tem que ir para o município, daquele  
862 município você tem que pegar outro ônibus. A gente viveu muito isso. A gente sabe o quanto  
863 que é difícil. Por isso que, quando a gente marca o fórum em um município, a gente tenta  
864 pensar um pouco com a cabeça, com a necessidade de cada uma daquelas pessoas que  
865 estão no território. A gente quer realmente garantir a participação delas. A gente sabe que  
866 é um desafio. Mas a gente está tentando ver como é que vamos conseguir resolver isso,  
867 de maneira que a gente consiga garantir minimamente a participação de todos e a  
868 ampliação, evidentemente, a partir de um próximo momento para a população como um

869 todo. Obrigada mais uma vez gente. **LÚCIA:** Bom dia a todos (as). Eu cheguei um pouco  
870 atrasada e não pude dar um abraço em cada um. Mas eu queria partir de outro lugar na  
871 análise disso que a SEPAG traz pra gente. É claro que mobilizar é difícil, nunca foi fácil. Se  
872 as pessoas não tivessem saído do seu lugar de conforto, esperando que os outros fizessem  
873 ou que as melhores condições fossem impostas, a gente estaria na ditadura de 64 até hoje.  
874 E estamos correndo o risco de passar pelo mesmo motivo. Não é fácil, realmente. Nestes  
875 Estados, principalmente, Minas Gerais, nós saímos de um período horroroso. As coisas  
876 não eram pra acontecer, não era pra funcionar, não era pra ter participação de jeito nenhum.  
877 Agora, não é isso o que eu quero falar. Este Conselho, o que nós discutimos? Qual que é  
878 a nossa política? Quando a gente fala de participação do usuário: “quem que é usuário  
879 gente”? O quê que de fato a política está fazendo lá na ponta, lá no CRAS, em termos de  
880 educação política desse usuário? Eu não estou falando obviamente da política partidária.  
881 Vocês acham que é fácil? Eu sou gestora. É fácil colocar o corpo técnico pra fazer uma  
882 reunião, uma discussão de classe? Mas ele aprendeu isso na universidade. Ele aprendeu  
883 o quê que tem que se fazer pra um usuário aprender a pensar por si mesmo. Quando vocês  
884 discute hoje acompanhamento, qual o objetivo do acompanhamento da família? O quê que  
885 se pretende chegar? As coisas não são desconectadas, elas não são separadas. Se uma  
886 família conseguir sair da situação de exclusão, é porque ela deu conta de compreender a  
887 própria história, de eleger novos objetivos, de mudar alguns valores. E ela vai ter uma  
888 chance muito mais concreta de participar do que quer que seja. Eu discuto muito isso com  
889 a sociedade civil lá em Poços. Elas estão na comunidade assim como o CRAS. O quê que  
890 discute? O quê que se faz com as famílias que frequentam ali? Existe o assistencialismo?  
891 É só atendimento fechado, localizado? Então, eu que, mais do que o Conselho fisicamente  
892 em diversos lugares... Porque que vai participar são aqueles que de alguma forma já  
893 participam. Isso não vai mudar. Agora, talvez, valesse a pena este Conselho pensar um  
894 pouco quando a gente delibera aqui as resoluções, quando a gente fala destas ações, que  
895 deveriam ou estão acontecendo lá na ponta. A história não vai mudar com carro parado na  
896 porta, não. É contrário, o cavalo passar ariado. É a oportunidade. Então, nós não podemos  
897 ficar aqui discutindo. Realmente, foi muita coragem. Na minha cidade foi o último fórum a  
898 segunda etapa. O pessoal não estava nem exaustos, o povo já estava era transparente, de  
899 tanto trabalho. O corpo técnico fazendo, criando as condições para acontecer. E muita  
900 gente não foi. Não se dispôs a ir lá, falar, ficar as oito horas, por quê? Porque não teve as  
901 diárias, entendeu? Depois não pode reclamar, porque a oportunidade teve. Se o prefeito na  
902 minha cidade for contra o fórum, ele vai dar diária pra quê? Ele é contra. Ele não quer  
903 favorecer, não quer que aconteça. Então, ele não vai favorecer. Agora, se eu tenho  
904 consciência que estou ocupando uma determinada posição... Eu não sei. A gente que está  
905 passando o bastão, isso preocupa. Quando a gente começou na luta depois do golpe de  
906 64, 66, 68, para essa carta que a gente ouviu, hoje a gente sabe o quanto foi difícil  
907 conquistar. Continua difícil, vai continuar difícil. Nós somos uma das políticas que está lá  
908 perto daqueles que tem as maiores necessidades. Eles ainda não têm demanda. Um dia  
909 desses em uma reunião, o prefeito falou pra mim: “Lucia, é tão engraçado. A gente, vai,  
910 vai... Vai à reunião de comunitário...” Eu vou em todas que ele marca. Eu vou. Eu entro  
911 mudo e saio calada, porque o nosso papel é ouvir. Eu não recebo demanda. Agora eu vou  
912 bater o sinal porque está tudo lindo? Não! Porque as pessoas não tem consciência da  
913 própria necessidade. É por isso que ela não vira demanda. E ele observou isso e veio me  
914 perguntar: “Mas porque que o seu povo não fala? O seu povo não me aperta, não me cobra,

915 não me pede”. Nós estamos na ponta. Essa responsabilidade é nossa. Eu acho que a gente  
916 tem é que se ocupar dela. **MARTA:** Obrigada, Lúcia. Eu acho que a gente já pode começar  
917 a fechar. Eu só queria complementar Leonardo. A SEDESE está trabalhando nas  
918 prioridades dos fóruns, alinhado as deliberações das conferências, exatamente pra ser a  
919 linha de base o que a gente vai ter que voltar neste Conselho a discutir que é o Plano  
920 Decenal de Assistência Social. É um encaminhamento da conferência. A gente vai fazer  
921 todo esse esforço de buscar alinhar e convergir todas essas informações, todos os  
922 diagnósticos, todos os planos da regionalização da proteção social, as deliberações dos  
923 fóruns, da conferência. A gente tem um árduo trabalho buscando convergir todos esses  
924 esforços e trazer todos esses debates, essas discussões aqui para este Conselho. A gente  
925 está com essas diretrizes. Esse Conselho tem muito trabalho esse ano. **SANDRA:** Bom dia  
926 gente. Eu queria só reforçar a fala da Lúcia. É muito bacana. É uma outra lógica como o  
927 conselheiro relatou dessa iniciativa do governo. Tem as dificuldades de participação. Teve  
928 até um ponto na comissão de política sobre o Capacita SUAS, que é justamente o que você  
929 falou que ele estava se abstendo porque não sabia nada. Eu fiz uma interferência na hora  
930 de quem vai participar do Capacita SUAS na questão do orçamento. A gente estava na  
931 comissão de financiamento, hoje vai ser falado na hora da exposição, da importância que  
932 a gente tem de capacitar as pessoas envolvidas na assistência social, governamental sim,  
933 mas muito e bastante da sociedade civil. É isso que acontece. Eu falo até da minha  
934 experiência. Na primeira plenária eu levantei que o Conselho Municipal de Belo Horizonte  
935 estava aprovando prestação de conta do ano passado e eu nem estava lá. Ninguém me  
936 falou nada. Isso é uma experiência minha a mais de 10 anos. E eu falava disso, de quem a  
937 gente quer realmente capacitar, porque senão chega isso aí. A sociedade civil nem se  
938 atreve, às vezes, a ir para uma comissão de financiamento, e vai buscando outras aí. Então,  
939 esse ponto, é muito interessante. **MARTA:** Ok. Mais alguma observação sobre essa  
940 apresentação? Eu queria agradecer muito ao Leonardo e a Juliana. Eu queria agradecer  
941 muito a vocês de terem vindo aqui atendendo a essa pauta do Conselho, esse convite. É  
942 muito importante a gente fazer essas apresentações e mostrar o quanto as coisas são  
943 vinculadas mesmo. Tudo tem um propósito, uma lógica. E aí, eu pediria pra gente começar  
944 com o nosso ponto seguinte. A gente está com um pequeno atraso. É o relato do  
945 conselheiro Leonardo Koury sobre o processo da PCH Boa Vista II. Conforme a gente  
946 deliberou, invertemos a pauta e estamos subindo o relato dele para esse momento da  
947 manhã. Leonardo fique à vontade. **LEONARDO KOURY:** Bom dia a todas (os). Eu vou  
948 fazer a leitura, depois faço as minhas considerações. Eu vou resumir, porque é muita coisa.  
949 Eu vou tentar fazer como a Consolação me explicou agora. Eu posso ir tentando explicar,  
950 passando por alguns trechos que eu acho que são mais importantes. Basicamente, essa  
951 relatoria é vinculada à questão da PCH Boa Vista II, que é lá nas terras próximas da Lúcia.  
952 É em Varginha e em Elói Mendes. É uma PCH que está sendo pedida para construção da  
953 região onde passa o Rio Verde. Foi protocolado aqui o PAS no ano passado, período de  
954 dezembro. Ela tem como característica, na verdade, uma região onde boa parte dos  
955 terrenos são clubes, mais a população moradora que vai ser afetada, em especial acima  
956 de 80% do total do terreno. Basicamente, já havia tido uma audiência pública dentro das  
957 proximidades com as famílias. A técnica do CEAS, Rosalice, ela não pôde ir comigo nessa  
958 visita, nessa diligência. Mas, ela já tinha ido fazer as visitas com as famílias no mês de  
959 fevereiro. Ela ficou lá três dias, onde ela percebeu que a primeira audiência pública não  
960 tinha sido muito clara. Ela havia dito sobre o quê que era barragem, sobre o quê que era o

961 posto de atendimento social. No momento que ela tinha feito a visita, ela não tinha  
962 entendido sobre o que era essa negociação, se iriam sair, qual que era a situação em  
963 especial dos inquilinos. No momento em que a gente foi estudar o processo, continua sendo  
964 preocupante. Boa parte dessas famílias são inquilinas. E ao mesmo tempo, são de caseiros,  
965 pessoas que não têm a propriedade do terreno. Esse plano foi protocolado no final do ano  
966 passado, no dia 06/11/2015. A área se compreende a 204 hectares na questão do  
967 reservatório. Ela é para uma linha de transmissão. Ao todo, são 58 propriedades; 10  
968 propriedades vão ter até 10% do terreno parcialmente afetados. Então, vai-se construir  
969 negociação para isso; 10 outras propriedades são de 3% a 29% do terreno; Duas  
970 propriedades de 37 a 45% do terreno; Agora, 35 propriedades vão ser negociadas entre 80  
971 a 100% do terreno. No caso aqui, sendo uma das propriedades com mais de 83% do  
972 terreno. Duas famílias que estão entre essas 35 propriedades já são do município de Elói  
973 Mendes. Vale ressaltar que eles estão pedindo a LI, e aí o PAS é uma das condicionantes.  
974 A gente fez uma visita no dia 07 de abril com propósito de fazer uma segunda audiência  
975 pública, onde pudesse dialogar com os moradores atingidos por esse território sobre, de  
976 fato, qual que era a condição de que cada família, em especial, essas 12 famílias que estão  
977 entre essas 35 propriedades. Sobre a questão das futuras remoções a gente encontrou  
978 com o CMAS de Varginha. Já na audiência pública, o CMAS de Elói Mendes também esteve  
979 presente. A gente não conseguiu fazer visita nas famílias, até por conta de uma questão de  
980 tempo. Mas foi muito importante essa audiência, porque ali se concentraram todos os  
981 interessados. Foram 70 pessoas, todas com interesses. Em especial, as 12 famílias que  
982 estão nessa região que vai ser de 80 a 100% do terreno afetado. O CMAS de Varginha  
983 havido feito o pedido junto com o posto de atendimento social para que fosse à noite,  
984 entendendo que a primeira e a primeira reunião não foram à noite. Então, isso dificultou  
985 para que algumas pessoas pudessem participar. Foi colocada pela CPFL Renováveis a  
986 situação do quê que é uma hidrelétrica, qual que era a importância. Foi dito que essa  
987 energia vai ser vendida, no caso, pra CEMIG, que é quem faz o abastecimento de energia  
988 elétrica da região; a própria questão da importância daquele momento para aprovação do  
989 PAS, que foi uma demanda nossa, do Conselho; a própria questão mesmo de como que é  
990 essa forma de negociação. Foi bem focada a questão de que há um interesse de uma  
991 negociação coletiva, como está na resolução 498, que o primeiro momento é a negociação  
992 coletiva; A própria questão de entendimento mesmo de quem é inquilino. Havia um  
993 sentimento dentro da comunidade de que quem era inquilino apenas tinha que ir embora,  
994 com uma mão na frente e a outra atrás. Esses inquilinos, a grande parte deles, são sitiantes  
995 e caseiros dessas propriedades do interior do lago; e, também, foi colocada a situação de  
996 que o posto de atendimento social não serve apenas para negociação. Ele serve junto com  
997 os outros instrumentos do território, por exemplo, o próprio CRAS, Conselho e outros  
998 órgãos de garantia de direitos, como uma estrutura de diálogo que pudesse olhar essas  
999 famílias como um todo. Ainda não tinha sido clara. Ficou claro a partir dessa reunião com  
1000 as famílias que: Quem de fato está acima de 80% vai ser atingido pelo empreendimento;  
1001 quem que vai ter só uma parte do terreno a ser negociada; qual será a expectativa de uso  
1002 do lago, principalmente, da parte turística, uma vez que, boa parcela dos proprietários  
1003 utilizava o Rio Verde para turismo, não para moradia. Eu coloco no último parágrafo que:  
1004 “as conselheiras do CMAS de Varginha e Elói Mendes se colocaram à disposição da  
1005 população para dialogar sobre os direitos dos atingidos, bem como contribuir junto ao  
1006 município na articulação com outros conselheiros para transferência escolar das crianças.

1007 E, também dialogar com o CADÚNICO do município sobre a possível troca de endereço”.

1008 Isso foi um questionamento de alguns inquilinos, se já é para trocar os endereços, que dia

1009 eles vão ter que sair. Se é daqui a seis meses ou um ano. Eu achei muito responsável esse

1010 diálogo dos dois CMAS, momento em que eles se propuseram a discutir de forma

1011 intersetorial, de forma integrada dentro do município uma garantia de direito. E não deixar

1012 apenas para o empreendedor, para o posto, a responsabilidade que é a garantia de direito

1013 desses usuários também da assistência social, levando em consideração que, dos 12

1014 inquilinos, 11 são usuários da política de assistência social. Muitos participam de grupos do

1015 CRAS. Então, é importante fazer essa ressalva. Eu deixei no final três fotos apenas, porque

1016 eu tirei um monte. Eu acho que é importante mostrar que tem uma faixa colocada em vários

1017 pontos das proximidades do rio, convidando a população pra poder fazer a discussão sobre

1018 a barragem. Aí está o horário, foi às 19 horas. Chegou todo mundo junto. A maioria da

1019 população mora próximo. A questão do credenciamento do pessoal a gente acompanhou

1020 pra poder ver de fato se quem estava sendo credenciado na lista era diferente: Quem era

1021 proprietário ou quem não era proprietário. Eu acredito que vários colegas já participaram

1022 de diligências, já participaram de reunião com os moradores, percebem que vai advogado,

1023 vai um monte de gente, inclusive, no meu ponto de vista, com interesse de má-fé. Eles

1024 colocam ações, como, por exemplo: “Seu eu fosse você, entrava na justiça a partir de

1025 amanhã, senão não vai receber nada”. Isso é muito difícil. Eu acredito que as audiências

1026 públicas que acontecem no PAS, seria interessante da gente tentar acompanhar. A gente

1027 não sabe como é colocado para a população. As pessoas ficam muito aflitas quando

1028 recebem o cartão de alguém que trabalha na imobiliária falando que já tem uma casa de

1029 R\$ 100 mil. E a pessoa não sabe se vai sair hoje ou amanhã. E, às vezes, já faz até um

1030 compromisso. Mas a gente conseguiu dizer que é um primeiro momento. É uma licença de

1031 instalação que não depende apenas do CEAS, mas também tem outras condicionantes

1032 ambientais. Esse momento tem tempo, ele é acompanhado. As pessoas tem o direito de

1033 discordar, entrar na justiça pelas condições legais. A última foto que está ali pelo lado direito

1034 é o espaço onde aconteceu a reunião. Foi em uma escola municipal lá de Varginha. O

1035 parecer do conselheiro, que no caso sou eu é: “De acordo com a resolução 318 de 2010

1036 do CEAS, Art. 2º, o PAS é o instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula

1037 e norteia à execução de ações de proteção social voltadas a garantia de direitos e de

1038 condições dignas de vida para a população direta ou indiretamente atingida pela construção

1039 de barragens. Nesse sentido, tem esse conselheiro a prerrogativa de aprová-lo e monitorá-

1040 lo. O direito dos atingidos em ter acesso às informações deve ser o principal propósito para

1041 que o PAS/Barragem seja bem-sucedido no território. Por se tratar de uma segunda

1042 audiência/reunião e por entender que todas as famílias listadas nas 58 propriedades, em

1043 especial as 12 famílias que estarão em área de remoção, se sentiram contempladas com a

1044 explanação trazido pelo empreendedor. Foi deixado claro aos atingidos o objetivo frente ao

1045 plano de negociação, e como se dará o processo de remoção e outros direitos. Diante do

1046 exposto, a relator indica aprovação do relatório final de execução do PAS/Barragem PCCH

1047 Boa Vista II. E que, este Conselho deve continuar o monitoramento, caso o empreendedor

1048 consiga as demais condicionantes ambientais para a licença de instalação”. Tem algumas

1049 questões de textos, mas a gente... **MARTA:** Rodrigo já estava inscrito. Tem a Isabela, mais

1050 alguém gente? Não? Ok. **RODRIGO:** Eu só queria dizer a todos os conselheiros que o

1051 Leonardo esteve ontem conosco na comissão de normas. A comissão de normas sempre

1052 que tiver alguma dúvida, algum esclarecimento, algum ponto que não ficar muito claro, a

1053 gente está lá pra poder receber. Outra coisa que eu queria trazer para vocês é que, tanto  
1054 essa 318, que Leonardo relatou, quanto a 498, que a gente a atualizou em 2014, a comissão  
1055 já tem no seu planejamento a possibilidade de estar aprimorando, inclusive, com essas  
1056 situações de monitoramento. Tem um detalhe que o Leonardo fala no segundo parágrafo  
1057 ali, da segunda audiência. É pormenor, mas a gente tem que trazer isso aqui. Na hora que  
1058 a autoridade CEAS chega lá parece que as coisas se tornam importantes. Então, se ele  
1059 falou segunda, é porque teve uma primeira que foi frustrada. É um dado que a gente traz  
1060 do papel, da importância, de todos nós aqui. De vocês estarem se cercando de  
1061 informações, para mostrar para os usuários que a gente está lá, para mostrar para a  
1062 empresa que existe lei, que queremos sim o desenvolvimento social, capital. Mas, que este  
1063 Conselho está presente e que a gente está acompanhando. Isso é para não acontecer o  
1064 que ocorreu na plenária passada com a nossa colega Geisiane. A gente está trazendo  
1065 essas informações hoje para vocês do nosso planejamento. À medida que vocês tiverem  
1066 inovações, contribuições a partir do momento que a gente colocar as duas resoluções para  
1067 aprimorar, a gente está aí contando com o apoio de todos vocês. Obrigado gente.  
1068 **ISABELA:** Léo, eu fiquei com uma dúvida. Talvez você falou e eu “comi mosca”. O  
1069 empreendimento está querendo obter a licença de instalação, não é? Aí, nessa etapa eles  
1070 apresentaram o PAS para aprovação do CEAS? Foi isso? Eu não entendi se o objetivo foi  
1071 acompanhar se as primeiras etapas do procedimento tinham sido cumpridas. Eles já  
1072 apresentaram um PAS? Já tem as ações do PAS? Eu fiquei curiosa de saber quais as  
1073 ações do PAS que estão previstas. Uma parte da negociação eu entendi, mas geralmente  
1074 tem outras ações incluídas. Se você puder falar um pouco quais as ações que estão  
1075 incluídas no PAS pelo empreendedor, e se foram tratadas lá na audiência. Pelo o que você  
1076 falou, eu entendi que sim e a população concordou. Mas é só para me esclarecer e para eu  
1077 entender melhor esse ponto. **LEONARDO KOURY:** O PAS já foi entregue para a secretaria  
1078 executiva. Ele teve complementação de algumas dúvidas. A estrutura do PAS discute  
1079 desde a questão dos equipamentos públicos, ali no caso não existe o equipamento público  
1080 que vai haver remoção. A questão das negociações foi o grande ponto que fez com a gente  
1081 voltasse em diligência para poder fazer uma reunião com a comunidade. Mas, também, em  
1082 especial, a apresentação do PAS foi o que conterà de ações do PAS dentro do território e  
1083 qual que é o papel o posto de atendimento social, tanto a questão do aproveitamento  
1084 desses trabalhadores na usina, mas também, na questão das capacitações, da promoção  
1085 de outros cursos. E, também, na própria questão de uma discussão mais objetiva no âmbito  
1086 do turismo, porque ali é uma região que há um potencial turístico muito grande, de como  
1087 que isso pode ser aproveitado para além de quem vai trabalhar numa obra ou até mesmo  
1088 na usina. **VOZ AO FUNDO** Entrou como ponto do PAS. As pessoas já estavam cansadas  
1089 de saber que vai ter cursos. Elas querem saber se vão continuar lá. Isso é algo que deve  
1090 ocorrer em outras questões de usinas. Mas foi bem colocado as reservas de vagas para as  
1091 pessoas com deficiências. Uma das moradoras se interessa muito em trabalhar no posto  
1092 de atendimento social como administrativo. Foi bem nessa perspectiva. **ISABELA:** Um dos  
1093 pontos que a gente sempre observa no monitoramento depois do PAS é a questão da  
1094 indenização, quem tem direito, quem não tem direito. Ultimamente tem sido de forma clara.  
1095 A ideia da audiência pública todo mundo tem esse conhecimento, então, parece que está  
1096 ocorrendo bem. Mas, em relação aos cursos, dessa parte da reativação econômica, sempre  
1097 aparece como ponto de fragilidade. Os cursos não atendem à demanda que a população  
1098 precisa, não tem a ver com a vocação daquela região. E ai, é só pra compreender mesmo



1099 se isso tinha sido discutido. Se os cursos, as opções que foram levantadas pelo  
1100 empreendedor, de fato, foram validadas pelos moradores, pelas pessoas que vão ser  
1101 atingidas. E se eles acham que vai causar uma reativação econômica ali. **GEISIANE:** Eu  
1102 queria só fazer uma pergunta. Talvez eu esteja equivocada também. Na hora do seu  
1103 parecer criou um pouco de confusão ao você citar que é relatório final. Eu acho que suprimir  
1104 a palavra "relatório final" lhe dá mais clareza, que é de aprovação do PAS e não do relatório  
1105 final. É só uma sugestão. **LEONARDO KOURY:** É um erro meu mesmo. Como a gente fez  
1106 visita praticamente quinta e sexta, e aí, teve o sábado e o domingo, as agendas das  
1107 conjunturas estão bem apertadas. Eu sou professor. Eu dou aula a noite e trabalho de  
1108 manhã. A Rosalice está ausente por um tempo, se não fosse a Consolação, eu acho que  
1109 seria difícil até da gente ter um relatório bem mais construído. Eu peço desculpa, tem  
1110 consistência. Foi uma questão mais de tempo. Eu concordo contigo nessa observação.  
1111 **MARTA:** Então, nós podemos colocar em processo de votação? Ok? Podemos colocar em  
1112 processo de votação? Isabela inaugura pra gente? **MARIA DO CARMO:** Eu também fiquei  
1113 com a sensação de que a gente não conhece muito bem quais são as ofertas para essas  
1114 famílias. Ficou clara ali só as negociações em garantia das moradias, a propriedade, não é  
1115 Isabela? A Isabela fez uma intervenção também. Mas, o que essas famílias vão ter, nós  
1116 vamos votar hoje isso? Eu gostaria de conhecer então melhor isso. A gente não tem  
1117 segurança de todas as necessidades de convivência, de escola, até mesma de vida  
1118 financeira. Algumas pessoas vão passar a ter outra forma de renda. Como é que isso está  
1119 garantido? **LEONARDO KOURY:** A Consolação foi pegar o processo todo do PAS. Ele é  
1120 bem grande. Eu já posso ir explicando um pouco o do quê que é dentro da estrutura do  
1121 PAS está garantida a questão de direitos sociais às famílias; a questão elaborativa da  
1122 proposta mesmo de inclusão dessas famílias que tem o desejo de trabalhar, de fazer  
1123 cursos, para que possam ser aproveitadas dentro do empreendimento que está sendo  
1124 construído; A questão do deslocamento de equipamentos públicos. Tudo nesse caso, nessa  
1125 barragem não houve. Não há a remoção de algum equipamento público. Entre os 58  
1126 terrenos, tem um terreno da prefeitura, mas ele não tem nenhuma construção. Quanto à  
1127 questão de vagas para as escolas e tudo, depende muito da remoção das famílias, para  
1128 onde elas vão, qual que é o terreno que elas vão ficar, onde elas vão escolher. Pode ser  
1129 que elas vão à 500 ou 600 metros à procura de moradia próxima. E aí, não influencia na  
1130 questão de unidade de saúde, de escola. A Consolação foi pegar. Eu posso dar uma lida  
1131 nas páginas que falam sobre isso. **MARTA:** Nós vamos esperar trazer o processo? **MARIA**  
1132 **DO CARMO:** Não sei! Eu acho que os demais conselheiros tem que se posicionar. Todo  
1133 mundo ficou com essa dúvida que eu fiquei. Está garantido lá? Eles colocam em termo de  
1134 garantia? Nós vamos garantir? Como vamos garantir? Ou só falam: "Vamos garantir?" O  
1135 quê que nós estamos aprovando aqui? **ISABELA:** Eu acho que vai ser bacana a gente  
1136 visualizar as ações que estão descritas no PAS. Esse ponto é importante para depois o  
1137 monitoramento que este Conselho vai ter que fazer. Então, a própria redação, se as  
1138 questões colocadas lá estão de forma claras, e tudo. Eu acho que vai ser importante. Agora,  
1139 pelo tempo, eu acho que a gente pode ir almoçar, e depois do almoço, a Consolação, a  
1140 Secretária Executiva, termina de preparar e a gente faz a leitura das ações que estão no  
1141 PAS. **MARTA:** Como é um pouco longo, eu acho que a Secretaria vai ter um tempo pra se  
1142 organizar para poder fazer a projeção aqui. Então, a gente podia fazer isso. Então, a gente  
1143 faz uma suspensão dos trabalhos agora. São 12h06min. Então, às 13 horas a gente volta.  
1144 E volta nesse ponto. Os 6 minutos ficam de lambuja pra gente. Pode ser assim gente?

1145 Combinado? Porque aí a gente organizar pra poder fazer a projeção e todo mundo poder  
1146 acompanhar melhor. Uma hora de intervalo está bom? A gente pode diminuir? RISOS  
1147 Então tá bom. Às 13 horas a gente está de volta. Você acha que consegue projetar o arquivo  
1148 disso, Consolação? A Consolação já está aqui com o arquivo gente. São treze páginas, não  
1149 são Consolação? Eu acho que a gente podia dar um tempo para o Leonardo dá uma  
1150 marcada ali para ele fazer o destaque. Vamos depois do almoço mesmo tá? Já dispersou...  
1151 Obrigada gente. Então, às 13 horas a gente volta. **PARTE 4:** E aí, logo em seguida, a gente  
1152 passa para o conselheiro Leonardo fazer a apresentação do resumo do plano, não é isso  
1153 Leonardo? **MARIA DO CARMO:** Só complementando a minha fala anterior. Existe algum  
1154 posicionamento do executivo na pessoa do prefeito? Porque a nossa preocupação se refere  
1155 muito a oferta do serviço público, mas a empresa não pode se responsabilizar por algumas  
1156 coisas, algumas ofertas. Junto a esse plano, existe um termo de responsabilidade do  
1157 prefeito? De que quando essas famílias forem realocadas, ele se compromete se  
1158 compromete a ofertar? A gente pode até saber que existe equipamento. A gente conhece  
1159 também algumas histórias de gestores, por exemplo, de que a meta dele já está atingida e  
1160 ele não pode cumprir a meta. Então, é muito comum isso na área da saúde, por exemplo.  
1161 Então, a família vai ser realocada próximo de uma unidade de saúde, mas ela não consegue  
1162 ser inserida às escolas e outras unidades públicas. Não cabe aí um posicionamento do  
1163 prefeito em forma de documento para que ele também se responsabilize com essas  
1164 necessidades que vão surgir para essas famílias? **MARTA:** Eu acho que o conselheiro  
1165 Leonardo, e a Isabela ajudando, podiam retomar, Maria do Carmo. O que nós estamos  
1166 apreciando aqui é o plano de assistência social, que o empreendedor é responsável por  
1167 apresentar a este Conselho, exatamente, pra gente ter uma previsão dos impactos que  
1168 essa barragem vai gerar. E a gente, com o PAS, tenta cobrir as suas obrigações e o impacto  
1169 que este empreendedor está causando sobre os atingidos. É esse o pré-julgamento que  
1170 nós estamos colocando aqui. Nós não estamos colocando nesse processo os  
1171 compromissos do prefeito. Eu queria deixar claro que a legislação se restringe a isso tá,  
1172 Maria do Carmo? No entanto, este Conselho é zeloso em fazer uma articulação com os  
1173 CMAS, em fazer uma articulação com os movimentos, em trazer as administrações públicas  
1174 também para as discussões do processo. E também, neste caso, quando tem uma situação  
1175 assim, o empreendedor também tem responsabilidades com o gestor. Ele também repõe  
1176 ao gestor do município alguns impactos gerados, que fogem do PAS por vez. É um plano  
1177 maior ainda ok? É só pra lembrar que nas grandes questões, nesse caso, o conselheiro  
1178 Leonardo está trazendo um processo que é recomendando a este Conselho que considere  
1179 ou não o PAS, como divulgado, como pertinente, como previsto dentro das legislações  
1180 coloca. É só pra gente dar uma retomada. Obrigada, Leonardo. Vocês complementam tá  
1181 gente? **LEONARDO KOURY:** Só quero ressaltar, Maria do Carmo, que o prefeito quando  
1182 assume uma gestão ele tem responsabilidades legais, inclusive, sobre todos os moradores  
1183 de sua cidade. Então, não precisa ter um documento no PAS para que ele se  
1184 responsabilize. Não há um documento escrito: "Eu, prefeito..." Dentro do PAS, mas essa  
1185 responsabilidade é uma responsabilidade com o CEAS, mas com Tribunal de Contas e  
1186 todas as outras estruturas públicas que tratam sobre esse temário. Eu vou tentar ler as  
1187 últimas páginas aqui do parecer técnico da Rosalice. E aí, talvez, eu acho que vai ficar mais  
1188 claro. Se não estiver, a gente pode abrir. A gente pode pegar ponto a ponto, curso a curso.  
1189 Eu acredito que vai ficar mais claro para todo mundo. Parecer técnico, embasamento  
1190 normativo: "Objetivando oferecer benefícios ao CEAS para deliberar as ações propostas do

1191 PAS da PCH Boa Vista II, de acordo com a competência atribuída ao Conselho pela lei  
1192 12.812/98, ainda, de acordo com dispositivo da resolução CEAS 498/2014, e resolução  
1193 CEAS 318/2010. A análise conforme já explicada durante a análise do PAS, a PCH Boa  
1194 Vista II, contém informações nesse documento que são substanciadas em dados do PAS  
1195 protocolados no CEAS, no dia 06/11/2015, e na complementação apresentada no dia  
1196 12/02/2016 e 26/02/2016. Bem como, informações obtidas por meio de visita técnica  
1197 realizada, no período de 15 a 17/02/2016 na região a ser atingida durante reunião realizada  
1198 entre representantes do empreendedor e do CMAS de Varginha e Elói Mendes, e a técnica  
1199 da Secretaria Executiva do CEAS-SEDESE. A PCH Boa Vista II, de responsabilidade a  
1200 CPFL Energia Renováveis S/A, será instalada no Rio Verde do município de Varginha.  
1201 Foram identificadas no cadastramento socioeconômico realizado em março de 2015, 58  
1202 propriedades na área de inserção do empreendimento, sendo três localizadas no município  
1203 de Elói Mendes e 55 no município de Varginha. No total das propriedades, em 12 há famílias  
1204 com uso domiciliar permanente no imóvel. No entanto, destas doze, dez propriedades terão  
1205 domicílios de três famílias inseridas na área diretamente afetada do empreendimento. Isso  
1206 implica na necessidade de deslocamento físico, somando componente de três famílias que  
1207 compreende no total de 35 pessoas. O estudo socioeconômico apresentado no PAS conta  
1208 que há entre os residentes duas condições de ocupação: oito pessoas são moradoras, o  
1209 que dá 62%; e 35 pessoas são inquilinas. Haja papel, não é gente? Dos 62% que  
1210 correspondem são proprietários declarados. E, pelo menos, um documento de imóvel  
1211 escrito, sendo a maioria contrato de compra-venda dos inquilinos. Todos declararam ter  
1212 contrato de aluguel por escrito. Já as 46 propriedades que não serão impactadas no  
1213 deslocamento de famílias foram agrupadas em condições de uso: 9 de uso agropecuário;  
1214 6 de terras brutas; 25 ranchos; e 6 estabelecimentos de pessoas jurídicas. 1) As pessoas  
1215 jurídicas são identificadas; 2) Companhia de saneamento básico – COPASA; 3) Prefeitura  
1216 Municipal de Varginha; e um clube campestre de Varginha, que serão negociados de forma  
1217 direta ente o empreendedor e as referidas pessoas jurídicas. Os representantes desses  
1218 três tipos de pessoas jurídicas estavam no dia da reunião, em especial, o clube campestre.  
1219 A área total atingida será de aproximadamente 204,41 hectares, considerando: o  
1220 reservatório; a linha de transição; as áreas de bota-foras; área de empreendimento;  
1221 canteiros de obras; APP do reservatório; barragens; casa de força; e sub-extensão. Sobre  
1222 os impactos negociados nas 58 propriedades, constata-se sobre a área atingida que: 10  
1223 propriedades serão negociadas parcialmente, de 0,21% a 9,74% da área total; 10  
1224 propriedades serão negociadas entre 13, 50% a 29,01%; duas propriedades serão  
1225 negociadas entre 37,41% a 45,84%; 35% serão negociadas ente 80 a 100%, sendo uma  
1226 propriedade, que terá 83,61% e as demais 100%. Em relação as área das propriedades  
1227 que serão atingidas acima de 80%, a maioria de pequeno porte: 33 propriedades estão  
1228 abaixo de um hectare: apenas uma com 1,828 hectares; e uma possui área de 38,983  
1229 hectares. Esses dados mostram que 58,62% das propriedades sendo afetadas estão  
1230 abaixo de um módulo rural referente ao município de Varginha e Elói Mendes, que é de  
1231 dois hectares. Para construção da usina está prevista a utilização de mão de obra local no  
1232 pico das obras e de aproximadamente 325 trabalhadores na fase de implantação para as  
1233 funções de: porteiro, faxineiro, ajudante de produção, pedreiro, carpinteiro, soldador,  
1234 armadores, auxiliares de escritórios, motoristas de veículos leva e pesados; operadores de  
1235 máquinas. Aqui não consta, mas como eu falei as pessoas com deficiência estarão também  
1236 nessas porcentagens. Algumas são moradores da área afetada. Constou também no PAS,

1237 conforme determinado na resolução CEAS 498/2014, informações sobre os municípios: de  
1238 Varginha, porte Grande; Elói Mendes, porte II; quais são as populações; entre outros. Na  
1239 resolução CEAS 498/2014 é determinado que o PAS/Barragem deverá conter informações  
1240 sobre os impactos sociais previstos, assim como, as ações com vistas a evitar minimização  
1241 e tais impactos. No PAS da PCH Boa Vista II foram apresentados 11 possíveis impactos  
1242 com propostas de ações para minimizar ou potencializar junto às comunidades quais sejam:  
1243 as expectativas e esperança da população em relação à possibilidade de implementação;  
1244 especulação imobiliária; segurança da população quanto ao uso do rio, reservatórios e  
1245 áreas lindeiras; aumento do tráfego de veículos; perda de terras e áreas produtivas; perdas  
1246 de propriedades e realocação; aumento da demanda de serviços públicos; aumento das  
1247 atividades comerciais; aumento da arrecadação tributária; capacidade de mão de obra; e  
1248 valorização imobiliária das propriedades. Na referida resolução, é disposto com ação  
1249 obrigatória do empreendedor, no art. 6º: “instituir posto de atendimento social nos  
1250 municípios atingidos pelo empreendedor”. No art. 7º: “o empreendedor deverá apresentar:  
1251 projeto de comunicação, visando a divulgação de todas as ações do PAS/Barragem e dos  
1252 direitos dos atingidos; projeto que contemple as necessidades locais apresentadas no  
1253 diagnóstico na área atingida. No PAS foram apresentados os seguintes programas:  
1254 Programa de Instalação do Posto de Atendimento Social; Programa de Negociação;  
1255 Programa de Capacitação Social/; Projeto de Comunicação Social; Articulação institucional  
1256 Programa de Negociação; Instalação do Posto de Atendimento social em local e acesso  
1257 dos atingidos; Curso de Armador de Ferragens; Curso de Pedreiro; Projeto que Fomento o  
1258 Turismo Rural; e Projeto de inclusão produtiva. Esses são projetos vinculados à questão do  
1259 turismo. A maioria da população participou da audiência pública. Informaram que foi  
1260 apresentado o posto de atendimento social e houve informações sobre a construção, sendo  
1261 que, não houve apresentação do processo de negociação. Mesmo sem a apresentação das  
1262 questões das negociações durante a audiência pública, os atingidos foram questionados e  
1263 conheciam a modalidade de negociação. Isso, considerando que houve informação do  
1264 empreendedor, que durante a fase de campo dos seus técnicos, os atingidos eram  
1265 orientados sobre as negociações. Os atingidos reafirmaram a falta de cumprimento. Apenas  
1266 3 informaram ter conhecimento; 5 pessoas não sabiam; e um disse que era apenas  
1267 indenização em dinheiro. Vale destacar que uma das famílias disse que participou da  
1268 audiência, porém, não conseguiu entender nada sobre os direitos. O negociador em visita  
1269 à sua casa informou que eles só teriam direito a indenização em dinheiro e que eles teriam  
1270 que procurar uma casa pra morar. Após todas as visitas, surgiu a dúvida se a audiência  
1271 pública alcançou os seus objetivos, e se o responsável pela explanação do conteúdo do  
1272 PAS/Barragem o realizou, respeitando o direito do atingido de ser informado de maneira  
1273 legível, efetivo e acessível.”. O parecer final da Rosalice foi: “a partir do exposto durante  
1274 essa análise em relação às propostas, programas e projetos, bem como as informações  
1275 dos atingidos e município, cumpriu o que determina a resolução CEAS 498/2014 na  
1276 elaboração do PAS da PCH Boa Vista II. A partir das informações, conclui-se que a  
1277 audiência pública não alcançou o seu objetivo, que é de apresentar o PAS/Barragem aos  
1278 atingidos, fazendo cumprir o direito do atingido a ser informado de forma inteligível,  
1279 efetivamente e acessível. Assim, sugere-se que o empreendedor realize uma audiência  
1280 com todos os atingidos, para que uma equipe da área social possa apresentar e discutir de  
1281 maneira clara o PAS/Barragem e os direitos dos atingidos. Rosalice, técnica da Secretaria  
1282 Executiva do CEAS-MG”. Então, a partir desse exposto, a gente resolveu marcar essa

1283 segunda reunião no dia 07, a qual eu já havia supracitado aqui. É nessa perspectiva,  
1284 levando em consideração que o pedido de LI e a documentação entregue para o CEAS  
1285 estavam ok, de acordo com as resoluções. Mas, o principal ponto e problema era o  
1286 entendimento sobre o que seria essa negociação, o quê que seria essa saída do imóvel e  
1287 quando seria. As pessoas tiveram a visita dos profissionais que estão trabalhando para o  
1288 empreendedor. Houve uma discussão com as famílias, mas isso não foi deixado claro e  
1289 muito menos apresentado para eles os seus direitos e as suas condições de negociar ou  
1290 de não concordarem com o processo. Alguma dúvida? **MARTA:** Estão inscritos: Isabela,  
1291 depois o Sr. Walter e o Luís George. **ISABELA:** Agora eu fiquei esclarecida. Eu não tinha  
1292 entendido que já tinha tido esse processo anterior de discussão do PAS. O que estava em  
1293 questão não eram as ações do PAS nessa segunda audiência, mas era um questionamento  
1294 sobre os direitos dos atingidos, a questão do prazo de negociação. A parte prática, vamos  
1295 dizer assim. Então, em relação às ações do PAS, já estava acordado. Eles concordavam.  
1296 E aí, foram dados os esclarecimentos. Agora eu também consegui visualizar melhor quais  
1297 são as ações que estão seguindo a resolução. Então, eu estou esclarecida. **WALTER:** É  
1298 só um esclarecimento. São quantas famílias atingidas no total? **LEONARDO KOURY:** A  
1299 região tem 58 propriedades. Porém, dentro dessas propriedades, nem todas têm  
1300 moradores. Muitas inclusive são loteamentos vagos. Atingidos: são 35 pessoas e 12  
1301 famílias, sendo que: três famílias estão em Elói Mendes e as outras famílias em Varginha.  
1302 Dessas, 60% delas são proprietárias. Os outros 30% são inquilinos. **WALTER:** Sim. É  
1303 porque estava escrito: “58 famílias atingidas”. Somando os grupos, dá 57. **LEONARDO**  
1304 **KOURY:** É. São propriedades. Às vezes pode ter ser um erro de digitação. **WALTER:** A  
1305 divisão dos grupos se somar dá 57. São: uma de 12; duas de 10; e uma de 35. **MARTA:**  
1306 Eles estão esclarecendo Sr. Walter. Uma coisa é família, outra coisa é a propriedade, a  
1307 área. Então, pode ser quem more não é proprietário. **WALTER:** É porque colocou junto e  
1308 aí dá 57. Outra coisa. Dentre esses atingidos, os donos dos imóveis que foram alugados,  
1309 também estão incluídos no PAS? **LEONARDO KOURY:** Sim. Estão incluídos. **WALTER:**  
1310 Tá. Obrigado gente. **LUÍS GEORGE:** Boa tarde, Leonardo. Essas famílias que estão nessas  
1311 áreas tinham o sustento delas nessas propriedades? Ou elas trabalham com outra coisa?  
1312 **LEONARDO KOURY:** Pelo o que eu entendi do PAS, a grande maioria das famílias  
1313 questão no entorno, muitas delas utilizam ali, como sítios no final de semana e tudo. Os  
1314 inquilinos, a maioria deles, não vive na terra. Apenas as propriedades tem o uso agrícola.  
1315 Está bom? **LUÍS GEORGE:** Obrigado. **MARTA:** Maria do Carmo, você também se encontra  
1316 esclarecida sobre o PAS? **MARIA DO CARMO:** É porque eu estou chegando agora e não  
1317 participei de outros momentos. Eu não sei se eu entendi. O PAS então já foi até apresentado  
1318 aqui no CEAS antes? **MARTA:** Já. **MARIA DO CARMO:** Já foi aprovado, não é isso?  
1319 **MARTA:** Não. O plano já foi apresentado aqui, só que para o parecer final, percebeu-se  
1320 que precisava de outra audiência pública para trabalhar melhor o componente do PAS e  
1321 que as pessoas estavam pouco esclarecidas. Então, se promoveu uma segunda audiência  
1322 para divulgar com a comunidade o PAS, divulgar o que que aconteceu. Essa segunda  
1323 audiência é que o Leonardo foi para acompanhar e verificar se estava sendo cumprido tudo  
1324 o que foi solicitado pelo Conselho para o empreendedor. **MARIA DO CARMO:** Entendi. As  
1325 demais ações estão contempladas na resolução e já foram atendidas. **MARTA:** Já. **MARIA**  
1326 **DO CARMO:** Faltava essa etapa, não é? Entendi. **MARTA:** As pessoas estão esclarecidas  
1327 para votar? Ok. Podemos então entrar em processo? De novo, Isabela. Eu vou pedir pra  
1328 você inaugurar. **ISABELA:** Eu estou adorando, porque eu não voto. Geralmente eu estou

1329 de suplente. Hoje eu vou votar. Isabela, SEDESE, com o relator. **VOLNEY:** Pela aprovação.  
1330 **WALTER:** Pela aprovação. **LUÍS GEORGE:** Com o relator. **MARIA DO CARMO:** Voto  
1331 aprovando. **SOYLA:** Pela aprovação. **GEISIANE:** Pela aprovação. **RODRIGO:** Pela  
1332 aprovação. **JOSIANY:** Pela aprovação. **WILSON:** Pela aprovação. **ROSILENE:** Pela  
1333 aprovação. **LEONARDO KOURY:** Pela aprovação. **CRISTIANE:** Pela aprovação. **MARTA:**  
1334 Acompanho o voto do relator. **LÚCIA:** Com o relator. **MARTA:** Bom. Então, cumprimos essa  
1335 etapa e deixamos esse processo. Antes de a gente continuar, eu queria passar a  
1336 informação de que, a presidente Maria ligou aqui. Ela disse que foi ao médico, que estava  
1337 vindo pra cá. Mas, a recomendação médica é que, ela fique um pouco de repouso. Então,  
1338 ela pediu que a gente continuasse aqui na coordenação, que a gente continuasse com a  
1339 reunião. Ela não vai poder comparecer, está bom? Agora o outro ponto de pauta, que é a  
1340 deliberação dos componentes da comissão de monitoramento das deliberações das  
1341 conferências estaduais de assistência social. Ontem esse ponto de pauta foi um ponto de  
1342 pauta para todas as comissões, embora, depois a gente vai fazer o relato das comissões.  
1343 Mas, eu pediria que as pessoas já trouxessem neste momento os nomes indicados de cada  
1344 uma das comissões. O que a resolução que criou essa nova comissão estabelece é que,  
1345 nós vamos ter um representante de cada comissão, independente se é titular ou suplente.  
1346 Então, eu queria que as comissões relatassem que foram os escolhidos. **ISABELA:** Na  
1347 comissão de orçamento e financiamento foi indicado o Leonardo Ladeira, da SEPLAG.  
1348 **MARTA:** Na comissão de normas Rodrigo. **RODRIGO:** A comissão de normas indicou a  
1349 Josiany. **MARTA:** Na comissão de apoio aos CMAS. **WALTER:** Na comissão de apoio foi  
1350 indicada a Soyla. **MARTA:** Obrigada. **RISOS** Quem é essa? Volta Soyla... **RISOS** Na  
1351 comissão de política é o conselheiro Luís George, do CMAS de Lagoa Santa. Ok? Então,  
1352 dando seguimento. Nós vamos ter agora como ponto de pauta a recomposição do grupo  
1353 de trabalho do Projeto Hidroagrícola de Jequitaiá. Eu vou pedir para a Consolação fazer um  
1354 breve relato da situação, não é isso, Consolação? Demonstrando as vagas que foram  
1355 criadas, pra gente pode então, discutir essa recomposição. **CONSOLAÇÃO:** Boa tarde  
1356 gente. Eu vou falar um pouco. E aí, se a Geisiane puder dar um pouco do relato, porque é  
1357 a conselheira que estava desde o início. Eu vou falar de uma forma geral, tá Geisiane? Nós  
1358 recebemos uma denúncia em relação a esse projeto pelo MAB. Eles estiveram junto ao  
1359 Conselho na comissão de normas. Eles foram recebidos pela comissão de normas. E,  
1360 diante dos fatos relatos em relação ao não cumprimento do disposto no PAS, e mesmo a  
1361 discordância do PAS com algumas necessidades que foram levantadas pelo próprio  
1362 movimento na região, criou-se um grupo, para que pudesse acompanhar este trabalho.  
1363 Esse grupo, à época, era composto: pela representante da SEAPA, que era a Adriana  
1364 Rocha; representante do CRESS, a Denise. As duas já saíram do Conselho. A Adriana era  
1365 governamental e a Denise da sociedade civil; a Fernanda, governamental da área da saúde,  
1366 que também saiu do Conselho; e Geisiane, representando a sociedade civil; junto também  
1367 a técnica Rosa. Houve algumas reuniões, visita ao local. E, como houve conferências  
1368 também nesse período, porque essa reunião com eles foi em julho, e tivemos em seguida  
1369 a recomposição do Conselho, teve um espaço aí. A visita foi em novembro, não é isso,  
1370 Geisiane? Se a conselheira puder falar um pouco sobre isso, até pra depois a gente fazer  
1371 a indicação. **GEISIANE:** Sim. A comissão conseguiu fazer, que eu participei três reuniões.  
1372 Se eu não me engano, foram quatro. A Paula aqui da secretaria executiva também  
1373 participou de algumas junto com a Rosalice. Conseguimos discutir em uma das reuniões  
1374 aqui no Conselho com os usuários, com os atingidos e também com o Movimento Sem

1375 Terra. Eles fizeram representação e trouxeram questões pra gente discutir. Conseguimos  
1376 em novembro, com a própria Consolação disse, fazer uma visita *in loco*, pra gente tentar  
1377 entender um pouco do andamento do processo. A barragem está parada. Já tem um tempo  
1378 que não se tem notícia de início e nem perspectiva de reinício das atividades de construção.  
1379 E, como a Consolação também já disse, com relação às incompatibilidades do plano, das  
1380 insatisfações dos atingidos com relação às propostas que foram feitas à época. Foi uma  
1381 série de demandas. A gente precisa retomar com urgência. A gente já tentou colocar em  
1382 pauta algumas vezes, não é Consolação? Mas, como ela também disse, em função da  
1383 conferência e de outras atividades, a gente acabou ficando amarrados com relação a essas  
1384 deliberações. Mas, enfim. É de suma importância que a gente recomponha essa comissão  
1385 e reinicie os trabalhos, que são de extrema necessidade e de urgência. Fica o nosso pedido  
1386 de recomposição para esse grupo de trabalho, que é muito importante. **CONSOLAÇÃO:**  
1387 Ainda complementando, só anunciar isso. Nós recebemos do MP de mobilização de  
1388 comunidades essa semana uma cobrança de como afinal ficou esse processo. Nós, em  
1389 verdade, já oficiamos o empreendedor solicitando a nova elaboração do plano, pedimos um  
1390 novo cadastro dos atingidos. Tudo isso com a participação do MAB. Afirmamos para o  
1391 empreendedor o MAB como legítimo representante desses atingidos nessa negociação;  
1392 comunicamos aos CMAS também sobre todo o processo; e, comunicamos ao MAB sobre  
1393 isso. Então, nós estamos em um processo de cobrança aos setores para somar a visita que  
1394 ocorreu naquele momento. **GEISIANE:** Inclusive aguardando a alteração do próprio PAS.  
1395 O MAB ficou enquanto representante legítimo da população atingida de mobilizar essa  
1396 proposta de alteração do PAS para que o Conselho tivesse subsídio para continuar as  
1397 ações. **CONSOLAÇÃO:** Isso. Nós vamos reiterar tudo isso e retomar os trabalhos. Antes  
1398 de falar da recomposição, a Marta me perguntou sobre o projeto Hidroagrícola. Então, eu  
1399 passo para o nosso especialista, Leonardo. **LEONARDO KOURY:** Assistente social rural,  
1400 não é? Basicamente a proposta de um projeto hidroagrícola se refere a você poder fazer  
1401 uma perspectiva de ação simplificada, para além do trajeto do rio, mudando algumas  
1402 alterações no traçado do percurso do rio. É muito parecido com o que foi feito na região de  
1403 Jaíba, onde deu muito certo e se consegue produzir vários tipos de frutas com pouca água.  
1404 A gente teve um GT dentro do governo que discutiu junto com o MAB a questão de Jequitaiá.  
1405 A responsabilidade de refazer o PAS é uma responsabilidade do empreendedor. O  
1406 empreendedor esteve com a gente no âmbito do governo, porque não é só o PAS, têm  
1407 outras condicionantes que estão bem pendentes, alguns anos inclusive. É um projeto que  
1408 já tem bastante tempo que está no papel e no MP (essa discussão). É uma região onde  
1409 tem um número muito grande de atingidos. A parte que compete ao governo do Estado e  
1410 ao INCRA, que era mais vinculada à questão do movimento dos Trabalhadores Rurais Sem  
1411 Terra – MST, era da compra de um terreno par fazer o assentamento de algumas famílias.  
1412 Com a possibilidade da barragem, o terreno subiu bastante. Mas, o INCRA conseguiu fazer  
1413 a compra do terreno. A situação dos atingidos por barragens não está resolvida. Então, é  
1414 só pra dizer no que tangia a situação. Os problemas ainda permanecem. **GEISIANE:** Isso.  
1415 Só fazendo uma correção quando eu disse da devolutiva do MAB em relação ao PAS, seria  
1416 os indicativos, não a alteração do PAS. O MAB ficou de fazer um novo levantamento com  
1417 relação aos indicativos, o que seria necessário de ser incluído na nova proposta de PAS  
1418 que seria apresentado pelo empreendedor. Obrigada. **MARTA:** Está esclarecido então  
1419 gente? Ok. Então, vamos discutir a recomposição do GT? Teve uma reunião do segmento  
1420 governamental onde a gente discutiu alguns nomes para recomposição. Então, Leonardo,

1421 a gente te indicou. Foi acertado. Você substitui a nossa colega Adriana Rocha, que era da  
1422 SEAPA também. Até porque, você tem conhecimento e está envolvido aí com o processo.  
1423 O outro indicado foi o Wilson, da Fazenda, também para compor o grupo de trabalho. Está  
1424 bom Wilson? **VOZES AO FUNDO CONSOLAÇÃO:** Pode ter sido uma representação,  
1425 entendeu? Mas, como grupo de acompanhamento. **MARTA:** Eu acho que foi em uma  
1426 reunião com o MAB. Você acompanhou a presidente em uma reunião com o MAB para  
1427 tratar desse assunto. E agora falta a representação da sociedade civil. A Geisiane continua.  
1428 A gente precisa de alguém no lugar da Denise, que era do CRESS. **VOZES AO FUNDO**  
1429 Então, é a Rosilene. Ela está perguntando da frequência, Consolação. A gente acha que  
1430 vai ser mensal. Vamos tentar associar com a comissão, porque aí facilita pra você e para a  
1431 Geisiane também. Que ótimo! Vencemos mais esse ponto. Agora, nós vamos para os  
1432 relatos das comissões temáticas. E aí, começa pela comissão de política. A Consolação  
1433 está lembrando que a gente já fez a recomposição governamental da comissão de ética,  
1434 que foi com a Maíra. Tem alguém da sociedade civil? Não? Ah tá. Ontem na comissão de  
1435 política a gente teve uma apresentação do programa “juventude em favelas”, que é um  
1436 programa que está sendo formulado pela PE da SEDESE, assessoria especial de projetos.  
1437 Ele coordenado pela Aidê Cansado, que já veio neste Conselho e apresentou a proposta  
1438 do programa “pobreza rural”. Ontem ela levou para a comissão tomar conhecimento este  
1439 programa: “Juventudes em Favelas”. Eu não vou fazer a apresentação do programa. Eu  
1440 queria apenas passar a apresentação para vocês verem o escopo do programa, como é  
1441 que ele foi desenhado. É um programa de juventudes, mas ele está focado em alguns  
1442 territórios. Aqui a denominação “juventudes em favelas”, necessariamente, não vai ser este  
1443 nome que vai ficar para o programa. Eles estão permanecendo com este nome apenas  
1444 para poder demarcar a área, o território, escolhido para o programa. São territórios de altos  
1445 índices de violência contra os jovens. É por isso que serão espaços intramunicipais  
1446 trabalhado. Eles fizeram a apresentação da gente como diagnóstico, mostrando o porquê  
1447 da escolha de se fazer um desenho de um programa para juventude. A escolha dos  
1448 territórios não é o jovem no meio rural, são os jovens nos territórios urbanos. Eles fizeram  
1449 toda essa apresentação pra gente. Não a gente ficar repassando isso. Podia avançar. Eles  
1450 fizeram todo um levantamento e trouxeram pra gente dos dados e das fontes da pesquisa  
1451 que eles fizeram com relação ao cenário estadual. Eles estão fazendo a escolha de dar  
1452 início ao programa em 14 municípios com maior número de índice de jovens. Esses 14  
1453 municípios concentram 66% dos casos de homicídios. É lógico, que também, aliados a  
1454 outros indicadores que eles levantaram. Pode avançar. Eles trouxeram pra gente os  
1455 princípios que vão nortear o programa que é: “A promoção da justiça da qualidade de vida,  
1456 da cultura, da paz e da solidariedade”. Todo o desenho foi calcado em respeito às  
1457 identidades locais de fortalecimento do sentimento de pertencimento desses jovens; O  
1458 respeito e as diferenças na reconstrução dos estereótipos. Por isso que eles não chamaram  
1459 de “comunidade”, mas como “favela”, querendo discutir que a denominação “favela” é o  
1460 local onde as pessoas moram e que também é geradora de oportunidade. Pode avançar.  
1461 O objetivo geral do programa é contribuir para emancipação, autonomia e inclusão social e  
1462 produtiva dos jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Pode avançar.  
1463 Os objetivos específicos: Aprimorar a oferta de ações de serviços públicos existentes na  
1464 área. No caso, os serviços públicos da assistência social nestes territórios; articular essa  
1465 rede de ações desses serviços existentes; ofertar novas ações e serviços caso seja  
1466 identificado; e, fortalecer o reconhecimento dos jovens como atores sociais relevantes de



1467 mudança. O público alvo são os jovens de 15 a 24 anos, residentes em áreas urbanas com  
1468 alto índice de homicídios e vulnerabilidade. Os usuários serão: jovens egressos do sistema  
1469 prisional e de medida socioeducativa; jovens em medida socioeducativa em regime aberto;  
1470 jovens que abandonaram ou se evadiram da escola; jovens que não estão estudando e não  
1471 estão trabalhando; jovens chefes de família ou com filhos; jovens do “Fica Vivo” e do serviço  
1472 de convivência familiar, fortalecimento de vínculos e de outros projetos que existam naquele  
1473 território; jovens com deficiência; jovens desempregados; e jovens vítimas de violência.  
1474 Então, eles identificaram 14 municípios que concentram 66% dos jovens vítimas de  
1475 homicídios. Existe uma proposta onde que, outros 11 territórios de desenvolvimento social  
1476 do Estado também sejam contemplados. Então, serão ao todo: 25 municípios que vão ser  
1477 atendidos. Pode avançar. Com a CUFA – Central Unida das Favelas, já está acertada que  
1478 ela vai fazer uma oferta que é do “papo reto”, não é isso? Em que ela faz uma conversa  
1479 muito franca e próxima, com temas e debates que interessam esses jovens. Mas sempre,  
1480 sobre a lógica de discutir que a diversidade ética e a diversidade de gênero e orientação  
1481 sexual permeiam essa intervenção da CUFA no trabalho com o jovem. Na área de trabalho,  
1482 aprendizagem, qualificação e emprego, as ações propostas são: qualificação profissional e  
1483 educação para o empreendedorismo. Seriam ofertadas pela UTRAMIG, CUFA e  
1484 PRONATEC; e a intermediação de vagas de aprendizagem. No de informação, avaliação  
1485 e monitoramento foi feita toda uma estruturação do programa, em que ele percorre uma  
1486 lógica de informação e monitoramento, que é própria do desenho para programas. Pode  
1487 avançar. O resultado final é que chegue depois de três anos do programa a situação de  
1488 vulnerabilidade alterada nos centros urbanos e que os vínculos familiares dos jovens sejam  
1489 fortalecidos. Considerando essa apresentação, a gente entendeu que para relato nesse  
1490 plenário o que nós tínhamos é que: A SEDESE trouxe este programa para o Conselho  
1491 Estadual tomar conhecimento e guardar a interface de algumas ações de assistência social.  
1492 O Conselho precisava ter o conhecimento desse programa, muito antes dele ser lançado.  
1493 Além disso, o olhar do Conselho foi colocado para contribuir no aprimoramento do  
1494 programa. Como ele está em fase de formulação, a contribuição que a gente tiver aqui, e  
1495 outros espaços é bem-vinda para equipe. Eles colocaram essa abertura. Eles estão  
1496 realizando diálogo com outras secretarias e outros setores da sociedade civil até o  
1497 lançamento do programa. Então, isso vai contribuir muito para o aprimoramento. Como o  
1498 programa tem a previsão de ser um serviço intersetorial com outras secretarias de Estado,  
1499 ONGS, até os próprios municípios estão envolvidos. Como eu já disse, ele sofrerá uma  
1500 adequação em cada território para atender as necessidades locais. Não tem como trazer  
1501 um desenho lógico, um desenho todo inteiro, acabado, porque ele vai precisar sofrer  
1502 algumas adaptações. Sobre as ações e programas que tem interface com a assistência,  
1503 elas aparecem nos acompanhamento às famílias, na proteção básica, na proteção social  
1504 especial, como já colocado ali. Então, a comissão entendeu que não há um  
1505 encaminhamento de deliberação para esta plenária. A comissão queria dar conhecimento  
1506 para esta plenária do programa da ação intersetorial que ele está se propondo a trabalhar.  
1507 E, de que, o programa depois de lançado, depois que começar a ser implantado e  
1508 identificado novos desenhos que competem aos serviços de assistência social, também  
1509 voltará a este Conselho, considerando as ações do próprio SUAS. Ok? Fiz o relato. Ai! É  
1510 difícil. Mais alguém da comissão de política quer complementar? Está aberto para as  
1511 dúvidas e comentários. **SANDRA:** Ontem eu socializei nessa comissão a importância de  
1512 um projeto, de uma ação como esta. Eu estou no Fórum Nacional da Criança e do

1513 Adolescente. Nós estamos na porta da conferência nacional. O Fórum Nacional é o  
1514 responsável em criar estratégias para trabalhar o plano decenal. Então, quando a gente  
1515 chega às medidas socioeducativas, os relatos que vêm de todo Brasil, é que o caos já está  
1516 instalado. No Censo socioeducativo do RJ lugar que cabe 55, tem 200. Tem gente dormindo  
1517 no banheiro e que teve relato de tomar água do vaso. É uma fala da representante do RJ.  
1518 Eu cheguei de lá ontem. O que eu quis dizer trazendo esse informe? Estamos nesse dia 14  
1519 na conferência nacional. Eu vou representar o fórum nacional da criança e do adolescente.  
1520 Os projetos como esses tem que se desdobrar e ter muitos. Eu entendo que é uma  
1521 prevenção e até promoção, não é? O caos já está instalado. Os adolescentes que reincidem  
1522 as taxas são maiores que 60 ou 70%. Às vezes está lá: “egresso do sistema”. Depois eles  
1523 voltam. No Salesianos a gente tinha muita informação e muitos dados. Eu quis socializar  
1524 porque é um problema sério. A gente está pensando em qual estratégia, bem profunda,  
1525 bem aprofundada de estudo, nós vamos pautar o CONANDA nessa conferência, para  
1526 pautar o governo e a gente atacar. Vamos atacar nas raízes. Vamos buscar as raízes desse  
1527 problema. Nós temos que fazer isso agora, bem provocativo, com bastante coragem. Nós  
1528 falaremos isso agora no dia 24. É por isso que eu resalto a importância desse projeto pra  
1529 gente aqui. **MARTA:** Cristiane e depois Volney. **CRISTIANE:** É só uma dúvida em relação  
1530 a escolha da instituição, a CUFA. Foi um processo licitatório? Como que foi esse processo  
1531 para escolha da instituição? **MARTA:** Nós estamos com uma das pessoas da equipe do  
1532 programa aqui. Ela vai esclarecer. Foi um convênio, mas ela vai esclarecer para a gente.  
1533 **LAUREN:** Boa tarde a todos. Foi feito um convênio direto com a CUFA, porque não existe  
1534 nenhuma outra instituição que tenha uma entrada tão reconhecida nacionalmente, até  
1535 mesmo aqui, que tenha essa legitimidade na entrada desses territórios. Foi feito um  
1536 convênio no ano passado diretamente com a CUFA no âmbito do Estado e para esse  
1537 programa “juventudes”. Está bom? **MARTA:** Até por causa da metodologia que a CUFA  
1538 utiliza para trabalhar com os jovens e da experiência que eles já têm em outros territórios e  
1539 em outros Estados. Foi pelo reconhecimento dessa experiência. A direção nacional da  
1540 CUFA foi transferida para Minas Gerais, para Belo Horizonte. Era o momento muito  
1541 importante de aproveitar essa experiência. Agora temos o Volney e depois te passo.  
1542 **VOZES AO FUNDO.** Você cede só pra ela complementar? Está bom, Volney. **LÚCIA:** É só  
1543 para um informação, Cristiane. Desde 2009, a Secretaria de Direitos Humanos na área da  
1544 criança e do adolescente, desenvolveu uma metodologia com a universidade do Rio e com  
1545 a CUFA, em que eles já vêm estudando a projeção de nortes entre os adolescentes sabe?  
1546 Das áreas de favelas e do adolescente negro. Então, estes dados que a gente tem hoje, já  
1547 são um produto desse trabalho. O envolvimento da CUFA nessa questão é bem antigo. A  
1548 expertise deles foi se desenvolvendo com o tempo. E, realmente, é um parceiro que tem  
1549 uma agilidade. É isso o que a Lauren falou. Ele tem uma penetração que é difícil de imaginar  
1550 outra. É uma linguagem que eles desenvolveram junto com os jovens e que é muito  
1551 específica. A gente não faz o que eles fazem, entendeu? Mesmo a gente que trabalha com  
1552 adolescente infrator. Eu fiquei na coordenação nacional do programa de medida  
1553 socioeducativa, e eram eles. É quem tem aceitação, quem tem circulação tranquila.  
1554 **VOLNEY:** Como eu pude estar aqui ontem, eu não sei se pode já deixar uma colaboração  
1555 para o programa. Talvez possam levar e fazer uma análise viu Lauren? Vocês colocaram a  
1556 parceria com o SINE. Eu acho que, antecedendo o SINE, eu acho que precisa de uma  
1557 parceria com a FIEMG porque, se as indústrias disponibilizam as vagas para o SINE... Eu  
1558 acho que é necessária essa parceria com FIEMG. Outra sugestão também: Eu não vi uma

1559 parceria com as universidades agrícolas e rurais. Você pega, por exemplo, uma  
1560 comunidade de Betim. Você está muito próximo de Florestal e você tem uma excelente  
1561 universidade na área agrícola. Eu acho que é necessário inserir também, pensar em uma  
1562 parceria de universidades agrícolas. Na área de saúde eu vi algumas observações lá. Se  
1563 for possível, eu acho que é necessário, colocar a temática de incesto. Eu estou em um  
1564 ambulatório hoje com famílias incestuosas. Está preocupando. A coisa está muito  
1565 preocupante, muito preocupante mesmo! Os trabalhos de orientação sexual: aí fala de  
1566 prevenção; de uso de camisinha; de gravidez precoce. Mas não fala de incesto nas famílias.  
1567 Eu acho que precisa falar, para que esses jovens possam denunciar também e se fortalecer  
1568 isso. Esse mês o Conselho Federal de Psicologia trouxe uma matéria sobre essa  
1569 preocupação dos jovens que estão em medida socioeducativa. É o que a Sandra acabou  
1570 de colocar. Está um verdadeiro caos. Essa matéria é do Conselho Federal de Psicologia,  
1571 tem ela online Érica? Tem ela online não tem? Você pode mandar pra ela. Eu acho que traz  
1572 dados interessantes. Então, são essas as observações. **MARTA:** Ok. Vencemos esse  
1573 ponto? Tá bom. E aí, nós vamos para o segundo ponto da pauta da comissão de política,  
1574 que gerou a proposta de uma resolução para este Conselho. Eu vou pedir a Secretaria  
1575 Executiva que distribua. Foi um ponto pactuado na CIB na sexta-feira passada, e que foi  
1576 trazido para este Conselho sobre a apreciação da comissão de política. A comissão  
1577 recomenda a sua aprovação para este Conselho. Mas ontem, a comissão já fez algumas  
1578 contribuições. O que vocês vão ler já é uma versão da contribuição da resolução que este  
1579 Conselho está fazendo para aprimorar a resolução pactuada na CIB. A gente está trazendo  
1580 para essa plenária para apreciação. O que nós vamos discutir aqui? Na súmula da reunião  
1581 nós temos aí que a meta dos aceites 2013/2014 é: capacitar 9.896 atores do SUAS. A  
1582 SEDESE já propôs em ampliar para nove mil atores para superar essa meta. Isso é  
1583 importante pra gente lembrar. Isso foi esclarecido ontem pelo superintendente Jaime. O  
1584 primeiro curso que vai ser ofertado vai ser: “gestão orçamentária e financeira do SUAS”; O  
1585 segundo curso: “articulação das interfaces da proteção social básica do SUAS; O terceiro:  
1586 “exercício do controle social do SUAS”; O outro curso: “vigilância socioassistencial”; E  
1587 depois: “reordenamento do serviço de proteção social especial”. No ano de 2006 a proposta  
1588 era: “gestão orçamentária e financeira do SUAS” e “articulação das interfaces da proteção  
1589 social básica do SUAS”. Para o ano de 2017: “introdução ao exercício do controle social” e  
1590 “vigilância socioassistencial e proteção social especial”. Em 2018 é repetir o curso de  
1591 “reordenamento dos serviços”. Este foi o desenho. Isso já foi apreciado por este Conselho,  
1592 consta inclusive sobre os aceites do “Qualifica”. Qual é a questão que foi colocada aqui?  
1593 Nós temos um limite de número de vagas. Então, como que a gente ia dividir o número de  
1594 vagas para atender todos os municípios? Isso era uma questão. A outra: a oferta do  
1595 “Capacita SUAS” desta fase é diferente da oferta do “Capacita SUAS” de fases anteriores.  
1596 A oferta deste “Capacita SUAS” não vai ser ofertada em Belo Horizonte. Como eu a li mais  
1597 cedo, vamos ter a oferta em 21 polos e 9 lotes. A gente já licitou. Saiu cedo hoje no  
1598 informativo que eles estão distribuídos pelo interior do Estado. A diferença é essa. E a gente  
1599 teria que estabelecer de acordo com o número de alunos por município, buscar traçar um  
1600 perfil, que este Conselho concorde com a proposta deste perfil e do número, do que a gente  
1601 vai colocar enquanto limite para os cursos. Esses são cursos presenciais. São cursos de  
1602 40 horas que serão dados nos polos, haverá alunos que vão poder assistir o curso e retornar  
1603 para o seu município, por questão de até 70 km do local em que as instituição vão fazer a  
1604 oferta. Quem está mais distante, não. Quem está mais distante vai ter hospedagem. A

1605 SEDESE vai licitar hospedagem para quem está' distante mais de 70 km, 100 km do local  
1606 do curso. Então, a SEDESE vai garantir a hospedagem. Além de garantir a hospedagem,  
1607 vai garantir o café da manhã e o jantar dessas pessoas que ficarão mais distantes dos  
1608 polos. Eles, além de pernoitar, poderão ter assegurada toda alimentação. A gente está  
1609 trazendo aqui uma resolução que estabelece a responsabilidade dos gestores dos  
1610 municípios em assegurar a presença dos conselheiros, dos trabalhadores do SUAS no  
1611 curso. E, também, apresentando alguns critérios, que este próprio Conselho Estadual já  
1612 tinha colocado: um curso para os seus membros, para os membros da secretaria executiva  
1613 que acompanham as comissões e os próprios conselheiros estaduais. O que a comissão  
1614 de política discutiu foi fazer um aprimoramento no texto da resolução neste sentido. Eu  
1615 queria que a gente já passasse para vocês conhecerem o texto da resolução, porque aí a  
1616 gente vai debatendo e tirando as dúvidas com relação a isso. Então, vamos lá. Minuta de  
1617 resolução que "dispõe sobre aprovação da quantidade e do perfil de alunos, bem como, da  
1618 responsabilidade dos entes para a execução do programa Capacita SUAS referente aos  
1619 aceites de 2013/2014 do governo de Minas Gerais com o Ministério de Desenvolvimento  
1620 Social e combate à fome". Ele é um eixo do Qualifica SUAS. Quero lembrar isso. O  
1621 Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais – CEAS/ MG, no uso de suas  
1622 atribuições conferidas pela Lei Estadual n.º 12.262 de 23 de Julho de 1996, pelo Regimento  
1623 Interno e pela Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social de 2012  
1624 – NOB/ SUAS/2012, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, por  
1625 meio da Resolução n.º 33 de 12/12/2012, e aí tem todos os considerandos. Quero pedir  
1626 que a gente pulasse os considerandos. Quero dizer que a própria Secretaria Executiva do  
1627 CEAS já aprimorou os considerandos introduzindo, por exemplo, a resolução da CIB de  
1628 2015, de acordo com a segunda página, que pactuou o programa estadual de qualificação,  
1629 porque o Capacita SUAS é um eixo; A própria resolução do CEAS que aprovou o Qualifica  
1630 SUAS, porque o Capacita SUAS é um eixo; e, também, ela já introduziu o edital de licitação  
1631 da SEDESE, que foi relatado aqui da contratação das universidades e instituição de ensino  
1632 superior; E, também, já foi introduzido aqui a resolução da CIB, publicada antes de ontem,  
1633 que aprovou a pactuação ocorrida na semana passada. As modificações nos  
1634 considerandos que foi pactuado na CIB são essas. Então, vamos lá ler. E considerando a  
1635 deliberação da 210ª Plenária Ordinária do CEAS/ MG, ocorrida em 15 de abril de 2016;  
1636 RESOLVE: Art.1º Aprovar a quantidade e o perfil dos alunos, bem como a responsabilidade  
1637 dos entes, para a execução do Programa CAPACITA SUAS, referente aos aceites de 2013  
1638 e 2014 do Governo de Minas Gerais com o Ministério do Desenvolvimento Social e  
1639 Combate à Fome – MDS. Já é o momento da gente ir apontando os destaques. Art.2º  
1640 Ficam definidos as seguintes quantidades e os perfis dos alunos a serem capacitados por  
1641 curso, do Programa Capacita SUAS em Minas Gerais: I – Curso de Gestão Orçamentária  
1642 e Financeira do SUAS – 02 (dois) alunos por município, sendo 02 (dois) profissionais de  
1643 nível médio ou superior responsáveis pelas atividades de gestão dos fundos municipais de  
1644 assistência social. II – Curso de Atualização sobre as Especificidades e Interfaces da  
1645 Proteção Social Básica do SUAS – 02 (dois) alunos por município, sendo: a) 01 (um)  
1646 coordenador de CRAS; e, b) 01 (um) técnico de nível superior da equipe de referência do  
1647 PAIF. Todos esses cursos execução em 2016. III – Curso de Introdução ao Exercício do  
1648 Controle Social do SUAS – 03 (três) alunos por município, sendo: a) 01 (um) secretário (a)  
1649 executivo (a) do conselho municipal de assistência social; e, b) 02 (dois) conselheiros  
1650 representantes da sociedade civil do conselho municipal de assistência social. IV – Curso

1651 de Atualização em Vigilância Socioassistencial do SUAS – 02 (dois) alunos por município,  
1652 sendo: a) 01 (um) profissional de nível superior responsável pela vigilância  
1653 socioassistencial/ monitoramento; e, b) 01 (um) profissional de nível superior que  
1654 desempenhe funções de vigilância socioassistencial/monitoramento da Proteção Social  
1655 Básica ou Proteção Social Especial. V – Curso de Atualização sobre Reordenamento dos  
1656 Serviços de Proteção Social Especial – número de alunos variável por município, sendo: a)  
1657 01 (um) coordenador por CREAS municipal; b) 01 (um) profissional de nível superior da  
1658 equipe de referência por CREAS municipal; c) 02 (dois) profissionais de nível superior por  
1659 CREAS Regional; d) 01 (um) profissional de nível superior de referência da Proteção Social  
1660 Especial dos municípios referenciados aos CREAS Regionais. Lembrando que o plano de  
1661 regionalização propõe que cada município da área de abrangência dos CREAS tenha um  
1662 profissional de nível superior de referência nos municípios, que necessariamente não está  
1663 no município sede do CREAS; e) 01 (um) profissional de nível superior por Unidade de  
1664 Acolhimento Institucional; f) 01 (um) profissional de nível superior por Serviço Municipal de  
1665 Família Acolhedora; e, g) 02 (dois) profissionais de nível superior por Serviço Estadual de  
1666 Família Acolhedora. Lembrando que a gente criou esse programa por meio de uma lei neste  
1667 ano. §1º O número de vagas será garantido aos municípios conforme estabelecido no caput  
1668 e caso exista indisponibilidade de participação dos perfis definidos é permitida a  
1669 excepcionalidade de alteração, conforme orientações da SEDESE aprovadas pelo CEAS.  
1670 §2º Caso os municípios não garantam a inscrição em todas as vagas disponíveis no prazo  
1671 estabelecido pela SEDESE, as vagas serão redistribuídas entre os municípios de médio,  
1672 grande porte e metrópole. §3º Os municípios serão convocados para o polo de capacitação  
1673 respeitando a Diretoria Regional a que estão referenciados. §4º Os alunos de um mesmo  
1674 município deverão ser capacitados na mesma data e compor a mesma turma. §5º As  
1675 equipes das Diretorias Regionais da SEDESE terão 02 (duas) vagas em cada um dos  
1676 cursos descritos no caput. Desculpa gente. No primeiro nós fizemos um acréscimo do que  
1677 foi pactuado na CIB, introduzindo aqui: “conforme orientação da SEDESE aprovada pelo  
1678 CEAS”. Me desculpem. Esse é o acréscimo que a comissão propôs. §6º Os municípios  
1679 deverão priorizar para os cursos os servidores públicos efetivos. Esses são os acréscimos  
1680 que a comissão está trazendo ao texto do que foi pactuado na CIB. São o 7º e o 8º. §7º  
1681 Serão garantidas vagas, em todos os 5 (cinco) cursos do Programa Capacita SUAS, para  
1682 todos os conselheiros estaduais representantes dos conselhos municipais e da sociedade  
1683 civil, no polo de capacitação mais próximo de sua residência. §8º Serão garantidas vagas  
1684 a todos os profissionais de nível médio e superior da Secretaria Executiva do CEAS no  
1685 Curso de Introdução ao Exercício do Controle Social do SUAS e 01 (uma) vaga nos demais  
1686 cursos do Capacita SUAS, no polo de capacitação “metropolitana”. Art.3º Caberá ao  
1687 Estado: I – Mobilizar e disponibilizar link de inscrição; II – Fornecer, através as Instituições  
1688 de Ensino Superior Contratadas, vale-refeição para o almoço dos alunos durante os 05  
1689 (cinco) dias dos cursos de capacitação. Isso já está no contrato com as instituições. Então,  
1690 ele faz o curso e a instituição já fornece o vale refeição para o aluno almoçar. III – Fornecer  
1691 hospedagem (com café da manhã e jantar) para os alunos oriundos de municípios que  
1692 distam mais de 70 km (setenta quilômetros) do polo de capacitação a que estão  
1693 referenciados. Art. 4º Caberá aos municípios: I – Liberar os alunos para cursar a  
1694 capacitação e garantir a sua efetiva participação; II – Custear as despesas de deslocamento  
1695 dos participantes para a cidade polo de capacitação a que ele está referenciado e do local  
1696 de hospedagem ao local de realização dos cursos, quando for o caso. Parágrafo único. Não

1697 será custeada pela SEDESE a hospedagem para os alunos de municípios que distanciam  
1698 70 km (setenta quilômetros) ou menos do polo de capacitação a que estão referenciados,  
1699 cabendo ao município a responsabilidade de garantir o deslocamento diário dos alunos ao  
1700 local de realização dos cursos, bem como pelo seu retorno ao município, ou caso essa seja  
1701 a decisão, custear a hospedagem de seus alunos durante a realização do curso. Então, se  
1702 o aluno mora a 70 km, ele pode ir e vir todos os dias. Mas, se eles acharem mais econômico,  
1703 o município vai custear a vinda do aluno. Esta Resolução entra em vigor a partir da data  
1704 de sua publicação. Belo Horizonte, 15 de abril de 2016. Aí os destaques, não é isso? Art.  
1705 2º Geisiane e Rodrigo. **GEISIANE:** Eu e o Rodrigo ficamos aqui cochichando e pensando.  
1706 A gente poderia pensar em uma forma de incluir e de garantir a participação das entidades  
1707 que compõe a rede socioassistencial, que são reconhecidas como rede complementares  
1708 dos serviços do SUAS. Essa que foi a conversa. A gente acha importante trazer para o  
1709 grupo e pra gente debater. **RODRIGO:** Eu queria complementar pensando na lógica de  
1710 que, eu vou capacitar o pessoal do CREAS. E aí, eu tenho lá a contrareferência de média  
1711 ou alta complexidade, não sei, pode ser, um exemplo: tem lá uma Casa Lar. Às vezes o  
1712 conhecimento pode ser básico, pode ser mais aprofundado, só que a gente pode ter lá um  
1713 desvio de conduta, alguma infração, algum não reconhecimento de direito lá na entidade.  
1714 A Marta falou sobre a lógica de 2016/2017 e 2018. Mesmo que a gente não consiga para  
1715 agora, eu não sei o que a gente pode pensar para o ano que vem ou depois, mas que a  
1716 gente tenha pelo menos uma garantia de que a gente também faça parte desse sistema.  
1717 Do jeito que está aqui, eu não me sinto fazendo parte do SUAS. Eu sinto que sou  
1718 complementar, com todo o respeito que eu tenho. A gente sentiu falta, levando em  
1719 consideração que no início da resolução a gente fala da LOAS, da tipificação. A gente está  
1720 lá sendo alvo de execução das políticas públicas. É isso gente. Obrigado. **MARTA:** Eu acho  
1721 que a Sandra tinha pedido depois, mas eu vou passar para a Páscoa. Ela tinha pedido  
1722 antes de você Sandra. **PÁSCOA:** Na reunião da CIB eu também coloquei isso, sabe  
1723 Geisiane e Rodrigo? Nós municípios de porte I não temos a proteção especial ainda  
1724 estruturada, a gente não recebe o cofinanciamento, mas nós trabalhamos toda a demanda  
1725 da proteção especial. Os municípios de porte I também não foram contemplados nessa  
1726 capacitação. Então, fica cada dia mais difícil da gente trabalhar, principalmente com a  
1727 cobrança do judiciário. Eu tinha um problema enorme no meu município sobre isso. Foi  
1728 colocado pelo Jaime na reunião da CIB que já foi licitado e que não teria jeito. Eu faço minha  
1729 as suas palavras, que os municípios de porte I e II que também não tem e que não foram  
1730 contemplados com os CRAS regionalizados tenham a oportunidade de fazer capacitação.  
1731 A demanda existe e os CRAS estão absorvendo essa demanda todo tempo. Obrigada.  
1732 **SANDRA:** Eu estava na comissão de orçamento ontem. Na hora da explanação eu estava  
1733 escutando e fiz até uma intervenção. Eu estava vendo uma coisa muito do governamental,  
1734 que não estavam enxergando muito nós da sociedade civil, das entidades, nesse projeto.  
1735 Ele falou: “Calma! Lá no controle social vai ter mais participação da sociedade civil”. Eu  
1736 tornei em insistir. Eu falei: “nesse primeiro que é de orçamento de gestão e no controle tinha  
1737 que ter a gente por quê? Como que a gente vai fazer o controle aqui ou no município sem  
1738 ter conhecimento? Nós temos que saber de orçamento, temos que saber desses pontos.  
1739 Eu vi ligado mais aos profissionais do governo. Eu senti falta e conteúdo. Ele falou da escola  
1740 de formação permanente, que a gente retomará isso e vamos administrar. Mas foi uma fala  
1741 minha também, defendendo e indo em conta do que vocês estão falando do desenho e da  
1742 proposta. Talvez seja uma primeira etapa, pode ser que tenha outra, em que a sociedade

1743 civil e os que estão lá na ponta sejam contemplados. Não é só para curso superior, é para  
1744 ensino médio. A gente sabe que é uma realidade dessa rede complementar de  
1745 atendimento. **MARTA:** Eu queria interromper rapidamente a nossa discussão e agradecer  
1746 a equipe. Eu queria, de novo, que ela se apresentasse. Eu quero agradecer a presença da  
1747 equipe da PE que está aqui com a gente, são muito queridos nossos. Elas estão pedindo  
1748 licença, mas eu queria que elas só se apresentassem e despedissem. Elas estão  
1749 precisando de ausentar. **LAUREN:** Eu estou trabalhando lá na SEDESE na elaboração  
1750 desse programa “juventudes”. Eu agradeço muito pelas contribuições. É um momento de  
1751 construir coletivamente mesmo esse programa. Tudo o que falam é válido pra gente  
1752 repensar algumas questões do programa. Obrigada. **CIRA:** Estou tendo muita alegria e  
1753 prazer em trabalhar com os jovens. É uma experiência nova que está sendo muito legal.  
1754 Eu estou aprendendo muito. É isso. Obrigada pela atenção de todos. **APLAUSOS MARTA:**  
1755 Obrigada gente. Depois da Sandra, a Maíra pediu também para fazer uma consideração.  
1756 Você mantém a sua observação? Acha que está contemplada? Ok. Maíra. **MAÍRA:** Pessoal  
1757 boa tarde a todos (as). Eu queria me desculpar por não ter chegado antes. Eu tive uma  
1758 situação de emergência lá na parte da manhã. Eu só conseguir chegar agora porque da  
1759 cidade administrativa pra cá é pelo menos uma hora de viagem. **RISOS** Sobre essa questão  
1760 do Capacita SUAS e o perfil dos alunos, ontem a gente discutiu isso um pouco na comissão  
1761 de política. Eu queria trazer mais algumas questões relacionadas a sociedade civil. Aqui a  
1762 gente tem cinco tipos de cursos: um que fala da proteção básica; outro da especial; outro  
1763 da vigilância; outro do monitoramento do controle social; e outro da gestão orçamentária  
1764 financeira. São cinco cursos diferentes. Os perfis dos participantes vão variando de acordo  
1765 com o curso: Quando a gente fala da gestão orçamentária e financeira de forma específica,  
1766 o foco é nos profissionais que atuam na gestão do Fundo: Quando fala do controle social,  
1767 fala dessa questão da gestão financeira orçamentária também: O foco da participação é a  
1768 Secretaria Executiva e dos conselheiros da sociedade civil. Então, isso está demarcado  
1769 aqui, de que a prioridade de participação é dos conselheiros da sociedade civil,  
1770 considerando que os conselheiros governamentais têm outras oportunidades de formação  
1771 e que estariam contemplados inclusive nos outros cursos. Na verdade a prioridade é da  
1772 sociedade civil. **MARTA:** Todo mundo está pedindo. A Soyla também pediu. Eu queria pedir  
1773 que a gente concluísse se não tiver depois na fala dos dois mais alguma novidade tá? Se  
1774 tiver, a gente abre de novo, mas se tiver algum ponto que não seja novo... **RODRIGO:**  
1775 Primeiro eu queria falar com a Maíra. Muito gentil esse reconhecimento seu, viu Maíra?  
1776 Muito bacana. Quando eu escuto a Páscoa falando sobre um representante da CIB, com  
1777 todo respeito que este conselheiro tem à CIB e ao COGEMAS, faz falta. Não contempla  
1778 gente, faz muita falta, sabe? Hora ou outra a gente tem sido chamado, até por este  
1779 Conselho, a participar de grupo de trabalho intersetoriais. A gente encontra com vários  
1780 colegas reclamando sobre algumas execuções de pontas, de meio. E o MP entrando com  
1781 tudo em cima da judicialização. Então, assim, em relação à proteção social especial, foi  
1782 bacaníssimo o que você falou. Do jeito que está aqui não me contempla. É claro, eu sou só  
1783 um nesse Conselho, cada um tem a sua opinião. Esse reconhecimento seu por parte da  
1784 SEDESE, que é a nossa rede em relação a tudo que existe, ela pode ser contemplada  
1785 talvez não agora, mas talvez em 2016/2017 porque a gente é cobrado. Vocês não pensam  
1786 não, nós somos cobrados. A gente é muito cobrado. Ontem eu estava lá no fórum, eles  
1787 cobram a gente o que está acontecendo, como que a coisa está indo sabe? Espero que  
1788 vocês fiquem atentos pra isso. As cobranças são as mais diversas, tem entidade ai

1789 entregando serviço para a prefeitura de Belo Horizonte, Consolador está entregando e  
1790 Abrigo Pompéia. Eu só estou falando para você desses, vai ter mais entrega. Existe uma  
1791 pressão em cima da área técnica em produzir resultados quantitativos e qualitativos. O meu  
1792 presidente nem quer saber não. Eu estou aqui, mas ele quer saber o que eu posso contribuir  
1793 com matéria e conteúdo na minha entidade, fazendo ela crescer, defendendo os nossos  
1794 meninos, buscando outras formas de emprega-los. A gente está sendo cobrado sim! Há  
1795 momentos de apontar o dedo e dizer: “ou resolve ou é rua”. A gente vai entregar, não vamos  
1796 mais prestar o serviço para o SUAS”. Está desse jeito. Então, assim, contempla o que você  
1797 falou. **SOYLA:** É uma questão em que eu até já falei para a Isabela, mas eu vou colocar  
1798 para a plenária pra ficar registrado o meu pedido. Eu questionei inicialmente que na  
1799 capacitação de introdução do controle social não iria abranger o conhecimento necessário  
1800 ao Conselho, porque hoje o conselheiro municipal não tem a compreensão que ele faz parte  
1801 da gestão, e que é importante ele ter o conhecimento de financiamento, gestão e  
1802 orçamento. A minha preocupação era de ter representantes do Conselho na questão do  
1803 orçamento e financiamento. O Conselho ficou com a vaga dentro da introdução do controle  
1804 social. A Isabela me falou da possibilidade da gente verificar, de ter alguma matéria dentro  
1805 da introdução, não é isso? **MARTA:** Soyla, deixa eu interromper. Ontem na comissão o  
1806 superintendente já disse que isso é previsto. **SOYLA:** Ah! Já está previsto? Que beleza!  
1807 Então, está joia. É só confirmando. A gente ficou de consultá-lo depois da reunião e ele  
1808 confirmou que não tem como dar uma introdução e capacitação sem abordar financiamento  
1809 e orçamento dentro do controle social. **SOYLA:** Olha que perfeito! A minha preocupação  
1810 era essa. **MARTA:** Desculpa te interromper. **SOYLA:** Você podia ter interrompido antes.  
1811 Obrigada viu. **MARTA:** Eu vou passar para você Máira. Alguma novidade Sandra?  
1812 **SANDRA:** Quando ele fala que estão entregando, em Belo Horizonte já está acontecendo  
1813 historicamente entidades que já estão há anos nesse processo, por exemplo, Salesianos,  
1814 até dezembro eu estava lá, e a gente era chamado para o processo de licitação para a alta  
1815 complexidade e não estava tendo interesse. É nesse sentido. Vocês me dão licença porque  
1816 eu vou ter que sair para uma consulta. Eu reforço que ontem ficou mais latente a ideia. Eu  
1817 conversei com o Volney, com a nossa companheira do CRP, sobre a necessidade de uma  
1818 comissão ou de um GT nos recursos humanos aqui neste Conselho. Na primeira plenária  
1819 que eu participei eu tinha falado um pouco disso com a Simone, sobre a gente amadurecer  
1820 essa ideia. Olhando as deliberações da conferência, 70% vai cair lá na comissão de política.  
1821 A coisa fica muito diluída. A gente precisa de um grupo mais específico. Aqui no Conselho  
1822 a gente representa a assistência social, mas tem representantes de trabalhador, do  
1823 CREAS, do sindicato, do CRP. Nós estamos conversando. Estamos em um processo de  
1824 amadurecer essa ideia, trabalhar essa proposta. Eu quero fazer essa proposta e submeter  
1825 à plenária para avaliação. É uma rede que está sucateada em várias dimensões: no  
1826 financiamento, na formação, esse educador que está lá na ponta de ensino médio  
1827 trabalhando com os adolescentes de alta complexidade. Então, assim, está muito  
1828 complicado. Nós vamos amadurecer a ideia, talvez no segundo semestre a gente tem isso  
1829 aqui. A gente não quer fazer uma coisa sem pensar e sem uma proposta mais bacana, está  
1830 bom? Obrigada. **MARTA:** Obrigada. Máira. **MAÍRA:** Rodrigo, essa questão da discussão  
1831 sobre a rede socioassistencial do SUAS, a gente tem discutido isso muito lá na SEDESE,  
1832 principalmente, em relação a proteção especial. Hoje nós temos tentado um acordo com o  
1833 MP, tanto em relação aos municípios de pequeno porte, quanto às entidades. A  
1834 responsabilização não pode ser única e exclusiva dos municípios de pequeno porte e nem



1835 das entidades. A gente tem batido muito na tecla na discussão do sistema. Nós estamos  
1836 falando do sistema único da assistência e que a rede socioassistencial faz parte desse  
1837 sistema. São entidades privadas e que cumprem uma função pública na prestação do  
1838 serviço. Isso é algo que a gente tem discutido sempre na SEDESE e criado estratégias para  
1839 isso. Não adianta ficar só discutindo. Quando a gente vai discutir o Capacita SUAS e a  
1840 proteção especial, não teria como a gente não incluir a rede socioassistencial privada  
1841 porque, a maioria do atendimento é feito pela rede socioassistencial privada. Então, aqui  
1842 no item “E”, é: “um profissional de nível superior por unidade de acolhimento institucional”.  
1843 Aqui está unidade de acolhimento institucional, unidades públicas e privadas. Vocês  
1844 querem que escreva aqui? **RODRIGO**: Não. Deixa eu só dar um exemplo. Eu tenho lá LA  
1845 e PSC e eu não sou unidade de acolhimento institucional. **PARTE 5 RODRIGO**: Nós vamos  
1846 conversar entre nós, entidade conversando com judiciário. E eu falo assim: “Não doutor.  
1847 Isso eu falo muito com o meu desembargador e meu juiz. Eu tenho uma rede. Ele fala: “A  
1848 minha conversa é com você aqui”. **MAÍRA**: Você está falando da média complexidade.  
1849 **RODRIGO**: Não. LA e PSC. **MAÍRA**: Na execução das medidas essa é uma especificidade.  
1850 Não é algo geral no Estado em relação à execução das medidas. Eu queria pedir a atenção  
1851 da plenária, por favor, só pra eu terminar a minha fala. Quando a gente faz uma proposta  
1852 como essa, nós estamos partindo da realidade no Estado de uma forma geral. Em relação  
1853 à execução das medidas, o padrão, a gente teria que talvez discutir as especificidades. O  
1854 padrão é que essa execução aconteça no âmbito dos CREAS e das prefeituras. Essa é  
1855 uma especificidade que vocês estão apontando. Quando a gente fez essa primeira  
1856 resolução e essa primeira proposta, nós partimos do diagnóstico da política de assistência  
1857 social no Estado, o que está colocado pra gente. Do ponto de vista da rede privada na  
1858 especial, é o acolhimento institucional e onde tem muitos gargalos. A segunda coisa é em  
1859 relação a uma discussão que a gente tem feito. A SEDESE fechou muito na questão do  
1860 pagamento do Piso Mineiro na forma regular e automática, considerando que isso impacta  
1861 na política, não só na rede pública, mas na rede privada também do ponto de vista do  
1862 conveniamento e tal. E aí já adiantando a informação para o Conselho, mas ainda a gente  
1863 não tem a estruturação. Nós estamos desenvolvendo na SEDESE um programa que é de  
1864 apoio a rede socioassistencial pública, mas, a prioridade inicial, vai ser a privada,  
1865 começando pela proteção especial. A gente tem percebido que não vai conseguir qualificar  
1866 os serviços do SUAS se não tiver oferta direta para a rede privada. Nós já estamos muito  
1867 convencidos disso olhando os dados do Censo. Eu espero em breve a gente apresentar o  
1868 programa aqui no Conselho. Quando a gente olha para o diagnóstico e para a rede  
1869 socioassistencial privada do Estado são de arrear as informações. Tem alguns serviços  
1870 do SUAS que são prestados pela rede privada, e a rede privada fica solta e sozinha  
1871 prestando os serviços, nem pelo vínculo com o SUAS e nem pela direção orçamentária  
1872 financeira. Nós estamos com o cronograma bem apertado do programa, mas eu acho que,  
1873 talvez no início do segundo semestre a gente tem condições de trazer essa proposta do  
1874 programa de apoio a rede socioassistencial privada, pensando na transformação do  
1875 programa como uma política do Estado, tentando fazer que com ele não seja um  
1876 investimento pontual, enfim, que ele seja algo que incorpore a qualificação do SUAS em  
1877 Minas Gerais. **MARTA**: Lúcia, Maria do Carmo e depois Sr. Walter. **LÚCIA**: A Sandra  
1878 infelizmente teve que sair, você ainda está aí, Sandra? Como gestora eu quero fazer  
1879 consideração de uma parte da fala da sociedade civil. Quando vocês falam aqui em Belo  
1880 Horizonte que as entidades estão refratárias em executar o serviço, em entrar nos

1881 chamamentos e tal, eu acredito que numa das questões fundantes e que talvez vocês  
1882 pudessem dar uma contribuição importante é: quanto custa o serviço? É questão de  
1883 financiamento. Isso eu tenho tranquilidade. Quando eu cheguei na minha cidade a gente  
1884 deu equidade para todas as instituições em relação ao financiamento. Se o município tem  
1885 CREAS, vamos pegar esses um pouco maiores, o CRAS tem que ter uma pessoa de  
1886 referência de alta complexidade. A discussão conjunta dos desafios que a alta  
1887 complexidade importa, o público não pode se eximir disso. Embora o guardião seja do idoso  
1888 e da criança é o gestor da instituição, coordenador ou presidente, a unidade pública CREAS  
1889 não pode se eximir disso. É só pra gente limpar um pouco o campo, fica parecendo que  
1890 tudo é uma coisa só. Eu não vejo como uma coisa só, essa é uma questão séria. A maior  
1891 parte dos municípios que tem as unidades, não necessariamente, dá conta de bancar todo  
1892 o custo. A questão da formação, quando você faz o acompanhamento e o monitoramento  
1893 ela já ajuda muito, mas muito mesmo, não é Léo? O Léo também já foi gestor. O terceiro  
1894 ponto, e aí foge dessa situação, é quando existem entidades que não tem vinculação com  
1895 as unidades públicas e que não tem clareza da política. Não tem clareza, não conhece, não  
1896 segue normas, não conhece estatuto, o que dirá a LOAS, o que dirá o SUAS. Então, aí sim,  
1897 cria problemas complexos. Eu não acho que tudo se esgota em capacitação. Isso que a  
1898 Maíra trouxe é uma realidade porque, desde a FEBEM a gente tem convicção que  
1899 acolhimento institucional não deve ser feito por unidade pública de administração direta. É  
1900 como dizia Carla Machado: "Gente, comprar papel higiênico por licitação?" No abrigo você  
1901 vai comprar uma lata de leite, chega uma criança hoje e ela toma um leite específico,  
1902 entendeu? Como é que você compra o bendito do leite específico? Se for uma unidade  
1903 pública tem que fazer. Eu só sugeriria que nessa conversa que vocês estão fazendo  
1904 limpasse um pouco o campo e localiza-se um pouco as questões pra gente discutir aqui de  
1905 uma forma bastante qualificada. Tem questão de RH? Tem, mas não é a questão como um  
1906 todo. Resolver só recursos humanos não vai resolver isso o que vocês estão colocando  
1907 não. A gente sabe que não. **WALTER:** Eu só queria retornar àquele ponto que foi levantado  
1908 pela Maíra. A especificidade não é unicamente do acolhimento institucional, a média e alta  
1909 complexidade também abrangem pessoa com deficiência, que deve também ser  
1910 contemplada. Essa questão de custo, por exemplo, no nosso município é muito mais barato  
1911 e é a única instituição que presta serviço é a entidade particular. Eu acho que também  
1912 deveria se estender não só ao acolhimento institucional da alta complexidade, como  
1913 também a alta e média complexidade da proteção especial. **MARTA:** Eu acho que a gente  
1914 já debateu bem. A gente pode ir avançando? Isso é um ponto de destaque. A gente tem  
1915 mais cinco ou seis destaques. Vocês acham que ao longo do debate pode ir avançando?  
1916 Vocês querem continuar e a gente esgota todo esse ponto? Eu acho que várias questões  
1917 foram levantadas. Trouxeram à baila questões que não são da resolução, que não é o  
1918 Capacita SUAS, uma capacitação presencial no limite de nove mil vagas que a gente tem  
1919 e que constam no plano que já foi aprovado nesse Conselho, porque tem outro modulo que  
1920 voltado apenas para as entidades e já foi trazido para o Conselho que é para o outro ano,  
1921 para depois de 2018. Esse ano todos os Estados vão ofertar esse curso. Então, a gente  
1922 também está fazendo todo um alinhamento nacional para estar cumprindo. A Capacitação  
1923 é isso, sempre a gente precisa de mais vagas. O Estado como Minas Gerais com 853  
1924 municípios, nove mil vagas pode ainda não ser o suficiente. A gente tem que equacionar  
1925 esse tipo de questão. Eu só queria que a gente avançasse um pouco mais nas discussões.  
1926 Vocês estão contemplados? Não? Está bom. De novo, Sandra, Geise, Isabela e Maria do

1927 Carmo. **SANDRA:** Eu concordo com a colega que falou do orçamento. Só pra poder ilustrar  
1928 como isso é sério gente, estou falando do acolhimento institucional, mas não é só isso. Nós  
1929 desenvolvemos uma metodologia a partir de um recurso de um projeto apresentado no  
1930 Conselho. Nós que eu falo é no acolhimento institucional, nós Salesianos. Nós escrevemos  
1931 uma nova metodologia para o acolhimento institucional, chamamos a assessora, a Lúcia  
1932 Campos assessorou. Foi um ano de trabalho e saiu a metodologia do acolhimento lá de  
1933 Dom Bosco. Quando ela fala de financiamento eu concordo, há pouco tempo não tínhamos  
1934 nem psicólogo na equipe do acolhimento institucional porque a gente não tinha condições.  
1935 Foi uma luta, mas a gente vai galgando cada dia um degrau. Na nossa metodologia a gente  
1936 apontou que nós iríamos falar para o município como nas medidas socioeducativas “equipe  
1937 de supervisão dos casos”. De tão complexo que está a gente não está tendo efetividade e  
1938 precisamos discutir porque que a gente não chega lá nos resultados. Nós precisamos falar  
1939 para as secretarias que precisa de uma equipe de supervisão a exemplo das medidas  
1940 socioeducativas, pra sentar com os técnicos, psicólogo, assistente social. Se a gente for  
1941 fazer isso por conta da instituição, represento hoje o trabalhador, mas eu posso falar desse  
1942 tema porque eu fiquei muitos anos nessa experiência, precisa de recurso sim. O recurso  
1943 resolveria muita coisa, mas essa capacitação, essa informação lá na ponta no atendimento,  
1944 sinceramente, é deficitário. Por mais que algumas instituições caminham, mas devido  
1945 alguns projetos não conseguem. E outras ficam muitas das vezes sem poder oferecer  
1946 diante do dia a dia nesse cotidiano. Eu também concordo que não é só acolhimento  
1947 institucional, é a média. Precisamos pensar depois no que podemos aprofundar. É só pra  
1948 reforçar isso. **GEISIANE:** Muito rapidamente. Eu me atento ao destaque que fiz na  
1949 resolução no art. 2º, inspirada também na nossa reunião de ontem na comissão, onde a  
1950 gente tem tirado as dúvidas antes de ir pra votação. Eu fui a favor, defendi e não posso me  
1951 abster a isso. Quero dizer da importância mesmo. Eu vejo na ponta as entidades que fazem  
1952 muito os trabalhos de fortalecimento de vínculos, de serviço de prevenção. E fico assim  
1953 mesmo, me sentindo descontentada nesse sentido de que é importante a entidade ter um  
1954 espaço nessa formação. É claro, por exemplo, se o serviço institucional for de execução de  
1955 uma entidade, ela vai estar na capacitação. Foram colocados os serviços de média  
1956 complexidade e etc., mas eu fico lembrando que vários serviços que a gente realiza  
1957 enquanto instituição parceira da rede socioassistencial, que realiza o serviço de  
1958 fortalecimento de vínculos lá na básica. Quando eu disse que é importante a vaga para  
1959 entidade, é nesse sentido. A gente não pode esperar muito tempo para ser capacitado, a  
1960 gente precisa de capacitação logo. A gente enquanto entidade busca a capacitação, quer  
1961 estar nesses espaços de capacitação. Então, a luta por uma vaga é nesse sentido de que,  
1962 as entidades têm sim fragilidades, mas elas precisam replicar essas informações. As  
1963 entidades estão na ponta fazendo os serviços de fortalecimento de vínculos, de prevenção  
1964 para criança e adolescente, enfim. Me atento rapidamente a esta questão. O meu destaque  
1965 é nesse sentido, da vaga. Eu fiquei lembrando aqui da proteção básica, por exemplo: PAIF,  
1966 CRAS, técnico do PAIF, técnico do CRAS. E, tem as entidades também que estão  
1967 realizando, que estão cadastradas, que estão escritas no CEAS, no CEDCA, enfim.  
1968 Desculpa, mas eu precisava falar. **MARIA DO CARMO:** A explicação da dificuldade em  
1969 ampliar o número de alunos é porque já havia sido feita uma contratação na instituição. Não  
1970 é possível fazer um aditivo par aumentar os números? Não? Tá. Outra coisa. Quando você  
1971 fez a leitura da resolução, você informou que curso um e dois estão previstos ainda para  
1972 2016. O restante tem alguma previsão pra informar? **MARTA:** Eu informei quando eu estava

1973 lendo a súmula. É 2017 e 2018. Em 2017 é o de introdução do curso do controle social do  
1974 SUAS; curso de atualização de vigilância; e o terceiro também de reordenamento dos  
1975 serviços da proteção especial. Em 2018 repete o da proteção especial. Eu também informei  
1976 que foram assinados oito a SEDESE já conseguiu mais mil vagas. É por isso que eu falei  
1977 que são termos lá de 2013/2014 e que já foram ampliadas mais mil vagas. **ISABELA:** O  
1978 meu é um esclarecimento bem pontual em cima da fala do Sr. Walter. Quando o senhor  
1979 coloca das especificidades, no caso das unidades de acolhimento institucional, são todos  
1980 os públicos. Tem as unidades de serviços para as pessoas com deficiência, unidades para  
1981 idoso, para mulheres, casa de passagem, para adultos e famílias. No caso das unidades  
1982 de acolhimento institucional, estão todos os públicos, com todas as especificidades. E aí,  
1983 da média, é realmente que a Maíra tinha colocado. **MARTA:** Ficam registradas essas  
1984 observações. Eu acho que além da capacitação presencial, a gente tem outras modalidades  
1985 de capacitação também. A gente está anunciando o desenho estadual, que a Maíra  
1986 colocou. Então, estão registradas as questões **ISABELA:** O próximo destaque é o meu no  
1987 art. 2º também. É porque no inc. I, na alínea B, fala: “um profissional de nível superior por  
1988 equipe de referência da proteção social especial dos municípios referenciados aos CREAS  
1989 regionais”. Aqui é mais um ajuste na redação, Marta. A ideia aqui é que seja disponibilizada  
1990 vaga para as referências da proteção social especial dos municípios que vão abrangidos  
1991 no CREAS regional, não é equipe de referência. Equipe de referência é só para serviços,  
1992 só para o PAEF. Então, aqui no caso, é só tirar “por equipe de referência”. É “profissional  
1993 de nível superior de referência”. **MARTA:** Corretíssimo. Muito bem, Isabela. O próximo  
1994 destaque é do Volney no § 2º. **VOLNEY:** Os municípios fizeram as inscrições. Na  
1995 antevéspera a pessoa inscrita não pôde comparecer. Tem como a gente assegurar para  
1996 que esse município mande um nome? Sei lá, um suplente. Eu fico com muito pesar do  
1997 município perder vaga. É porque acontece, tem um custo muito alto para o programa. A  
1998 gente pode pensar nisso porque, sempre tem alguns imprevistos. Então, eu queria  
1999 compartilhar isso com vocês, para que o município seja contemplado. **MARTA:** Você está  
2000 propondo mudança da redação? **VOLNEY:** Não. **MARTA:** Nós temos “x” vagas. Se ele não  
2001 conseguir garantir a inscrição em todas as vagas, vamos supor que ele tem duas vagas,  
2002 ele só consegue fazer a inscrição de uma pessoa. **VOLNEY:** Ok. **MARTA:** No prazo  
2003 estabelecido, a vaga que ele não ocupou, vai ser distribuída para o município de médio,  
2004 grande porte e metrópole. A proposta é essa. **VOLNEY:** Vamos dizer que na véspera a  
2005 pessoa que foi inscrita, porque as inscrições são por antecedência, pois é. E aí, na véspera,  
2006 a pessoa teve um imprevisto e não pôde ir. Nós tínhamos que criar um campo de um  
2007 suplente, pra não perder a vaga. Entendeu Marta? **ISABELA:** Geralmente isso já acontece.  
2008 Sempre que a gente abre o processo de inscrição, tem municípios que manifestam o  
2009 interesse de mandar mais pessoas do que está ali. Sempre tem cadastro realizado. Isso é  
2010 uma coisa já prevista no sistema. E aí, tendo a disponibilidade, vai ser repassado. O que o  
2011 outro artigo está colocando aqui é, que a prioridade seria para os municípios de médio,  
2012 grande porte e metrópole. A vaga da proteção básica, por exemplo, é por município. Belo  
2013 Horizonte tem 35 CRAS, tem municípios que tem cinco, outros que tem quatro. Então, a  
2014 prioridade seria para eles. Mas, o sistema já prevê a possibilidade da inscrição reserva.  
2015 **MARTA:** Contemplado Volney? **VOLNEY:** Ela não é uma inscrição reserva. A reserva, pelo  
2016 o que eu entendo, é só se tiver a vaga. Olha só, eu sou de Montes Claros, me inscrevi. Na  
2017 véspera eu não posso ir. Tem um suplente pra ir? É isso que é a minha dúvida. **MARTA:** É  
2018 isso o que ela está dizendo, tem um cadastro reserva do município. **ISABELA:** Deixa eu

2019 esclarecer Volney, agora que eu entendi melhor a sua colocação. Quando acontece isso, o  
2020 município entrando em contato com a diretoria de capacitação, a diretoria de capacitação  
2021 já troca o nome. Isso já é também da rotina. Isso já está colocado, pode ficar tranquilo. Isso  
2022 já aconteceu muito e sempre acontece nas capacitações. O município entrando em contato,  
2023 mandando e-mail, formalizando, a gente substitui o nome. Isso não tem problema nenhum  
2024 tá? **LÚCIA:** Eu imagino que existam muitos motivos pra essa escolha, de que os alunos de  
2025 um mesmo município deverão ser capacitados na mesma data e na mesma turma. Do ponto  
2026 de vista do município, quando você pode fazer o deslocamento por carro, isso facilita só  
2027 que é uma capacitação de cinco dias. Em cidades pequenas gente, às vezes, o profissional  
2028 trabalha na unidade direta, mas ele trabalha na instituição, ele é o único profissional daquela  
2029 unidade de atendimento. Então, eu acho que são situações muito diversas. Talvez fosse  
2030 melhor deixar a flexibilidade, entendeu? Quando for conveniente para o município e  
2031 possível fazer o transporte de todos dos municípios que vão, ele faz a inscrição de todos  
2032 simultaneamente. Aqueles que vão sair do município e ficar cinco dias fora, às vezes, a  
2033 rede é tão pequenininha, e você vai tirar dois para o serviço. A gente apaga incêndio de  
2034 todo lado. Eu acho que para os municípios menores isso pode ser uma dificuldade.  
2035 **LEONARDO KOURY:** “Poderão” ou “deverão prioritariamente”. Eu acho que pode ser mais  
2036 interessante. “Prioritariamente” porque é a grande possibilidade já que eles vão juntos, mas  
2037 a possibilidade do município ficar sem ninguém é bem grande. Eu concordo. **ROSILENE:**  
2038 É só uma consideração. O Jaime ontem chamou atenção dessa parte aqui, da dificuldade  
2039 que é de não ir na mesma data. Ele fez uma consideração ontem sobre isso. **MARTA:** É. Eu  
2040 estou tentando lembrar. **ROSILENE:** Da importância, porque é na mesma data. O curso é  
2041 uma semana e não dá pra repetir em outro momento. **ISABELA:** Pode esclarecer Marta?  
2042 **ROSILINE:** Por favor. **ISABELA:** Obrigada. Eu estou pelejando aqui, quebrando a cabeça  
2043 pra tentar lembrar porque que a diretoria de capacitação colocou isso. É porque o curso vai  
2044 ser realizado de formas diferentes do que foi em 2014. Como são polos, as turmas  
2045 acontecem em uma semana específica naquele polo. Então, se o município perder aquele  
2046 polo, ele vai perder, porque têm vários polos que vão ser simultâneos os cursos. É por isso  
2047 que a diretoria de capacitação colocou essa questão aqui em relação à data. A questão dos  
2048 polos traz algumas restrições. Tem muitas coisas positivas, mas restrição da data fica  
2049 colocada. **MARTA:** É. Agora eu lembrei também. Às vezes aquele profissional não pode  
2050 naquela data, naquele curso, depois vai reivindicar de fazer em outro polo. A gente não tem  
2051 como remanejar entre data e polos por causa dos custos de contratação de hospedagem,  
2052 as empresas são diferentes. Então, por isso que foi tão incisivo o “deverão”. É só  
2053 justificando isso. Retira então, Lucia? **VOZES AO FUNDO Tá. Próximo. ISABELA:** O meu  
2054 destaque é no § 5º. É bem simples. “As diretorias regionais da SEDESE”. Faltou a indicação  
2055 aqui. É só isso. **MARTA:** Próximo destaque. Acabou? Eu acho que a gente conseguiu  
2056 cumprir o texto. A gente pode colocar em votação? Ninguém fez uma ressalva nos  
2057 acréscimos que a comissão colocou. Entendemos que, por não ter tido destaque, está tudo  
2058 tranquilo. Podemos colocar em votação a resolução com as modificações, com as  
2059 observações propostas? Então, me ensina colocar o pessoal pra votar se mexer nada.  
2060 Como que é? **LÚCIA:** Eu estava gozando a Marta que hoje de manhã ela estava mais  
2061 rápida que os deputados na Assembleia. Se todos estiverem a favor, permaneçam como  
2062 estão. Essa era a brincadeira, mas eu acho que votação tem que ser nominal. Não? Não  
2063 tem que ser nominal? Quem estiver a favor permaneçam como estão. Contrários? O  
2064 Rodrigo é contrário. Abstenção? Então, aprovada a resolução da capacitação. **MARTA:** A

2065 Consolação quer que fique registrado em ata: Aprovada a resolução com um voto contrário,  
2066 do conselheiro Rodrigo. Isso é para registro na desgravação depois. Muito obrigada. Bom,  
2067 a gente iria continuar o relato da comissão. Eu queria propor pra gente interromper. Nós  
2068 temos apenas mais dois pontos da comissão e as outras comissões para relatarem. Como  
2069 também estava como pauta o relato com relação à Mariana, que o Volney vem pedindo  
2070 várias outras reuniões, a gente interrompe e a SEDRU e SEDESE fazem a apresentação.  
2071 Depois a gente volta então para as comissões. Pode ser gente? Fechar o relato da  
2072 comissão? Então, eu vou tentar ser mais breve, porque eu sabia que o último ponto era  
2073 esse. O último ponto da comissão é sobre uma denúncia que a comissão acompanhou,  
2074 reiterou e apurou. Ele está agora superada, com relação aos trabalhadores do SUAS. A  
2075 gente tem alguns encaminhamentos gerados: nós vamos encaminhar ofício ao Conselho,  
2076 acompanhado das orientações do CREAS sobre o regime de horas dos assistentes sociais  
2077 de Guanhães. Tinha um decreto que eram “x” horas, depois foi revogado; nós vamos dar  
2078 conhecimento ao Fórum Estadual de Trabalhadores do SUAS dessa situação que os  
2079 trabalhadores estão vivendo em Guanhães, para o Fórum Estadual tomar conhecimento do  
2080 que tem acontecido da precarização dos trabalhadores do SUAS em vários locais do  
2081 Estado; vamos orientar o CMAS sobre a necessidade dele fazer o acompanhamento do  
2082 pacto de aprimoramento, e da necessidade do Conselho recomendar a gestão que realize  
2083 um novo concurso; alertar que o processo de escolha de membros da sociedade civil do  
2084 CMAS deve ser um processo democrático; e reafirmar o entendimento deste CEAS que  
2085 coaduna da resolução do CNAS acerca dos trabalhadores do SUAS; também vamos enviar  
2086 um ofício ao denunciante, informando os encaminhamentos e decisões que este Conselho  
2087 tomou. E, todas as providências em relação à denúncia e apurações que foram feitas; Além  
2088 de encaminhar para a comissão de apoio deste Conselho, que ela passe a monitorar o  
2089 mandato do Conselho, como já é de praxe, do Conselho de Guanhães. O outro ponto é o  
2090 planejamento da comissão, que foi retirado de pauta e ficou para a próxima reunião. Então,  
2091 fim do relato da comissão de política. A deliberação que a gente trouxe da comissão com  
2092 relação à denúncia apurada que eu li aqui, a plenária aprova os encaminhamentos que a  
2093 comissão está propondo? Se tiver alguém contrário, eu pediria que se manifestasse. Ok,  
2094 então. Aprovados os encaminhamentos. Então, fechamos o relato da comissão. Por favor,  
2095 sente-se aqui conosco a mesa Breno. Maíra, você quer introduzir o assunto? Está bom, ok.  
2096 **MAÍRA:** O conselheiro Volney está aqui não? Foi lanchar. O conselheiro Volney tinha  
2097 pedido pra gente discutir a questão do desastre em Mariana aqui no Conselho. A gente  
2098 achou por bem apresentar não só o que a SEDESE entrevistou lá, não só as ações da SEDESE  
2099 na região. Como o governo do Estado criou uma força tarefa, a SEDRU estava na  
2100 coordenação, para fazer um reparo de danos lá na região, a gente achou interessante  
2101 convidar a SEDRU para apresentar um pouco do contexto de uma forma mais geral do  
2102 ocorrido em Mariana, para vocês terem uma visão mais ampla do que ocorreu, dos danos,  
2103 enfim, pra depois a gente fazer a apresentação mais específica da SEDESE. Então, por  
2104 isso que a gente convidou a SEDRU para estar aqui hoje. A gente agradece que eles  
2105 aceitaram o convite prontamente em vim fazer essa apresentação. **BRENO:** Gente, boa  
2106 tarde. Meu nome é Breno. Eu sou representante da SEDRU e fui Secretário Executivo  
2107 dessa força tarefa, que finalizou em 23 de janeiro desse ano. Quanto do advento desastre,  
2108 o governo publicou um decreto criando uma força tarefa composta por seis órgãos?  
2109 SEDRU, meio ambiente, IGAM, defesa civil, e outros dois que eu não me lembro de quais.  
2110 E, mais seis municípios representando os 35 municípios que foram afetados pelo desastre

2111 em Minas Gerais. São 35 em Minas e nove no Espírito Santo. A nossa força tarefa só  
2112 contava com os municípios de Minas Gerais, que eram: Valadares, Rio Doce, Mariana,  
2113 Tumiritinga. A gente foi pegando ao longo da calha de cinco e cinco alguns representativos,  
2114 para que algumas reuniões não contassem com os 35 municípios e dificultasse um pouco  
2115 o fechamento de relatório. Pode passar o slide, por favor. A finalidade dessa força tarefa é:  
2116 avaliar os efeitos dos desdobramentos do rompimento das barragens de Fundão e  
2117 Santarém. Na verdade, a gente descobriu depois da emissão do decreto que foi só a  
2118 barragem de Fundão que se rompeu. Ela se rompeu e passou por cima de Santarém. O  
2119 produto previsto na força tarefa foi um relatório contendo o diagnóstico de danos, tanto na  
2120 área ambiental, quanto material, e medidas reparatórias. O trabalho da SEDRU foi compilar.  
2121 A gente contou com a participação de todas as secretarias do Estado que tem algum tipo  
2122 de envolvimento, inclusive a SEDESE. Então, o nosso trabalho foi apenas no relatório final.  
2123 A parte técnica a gente contou com o apoio. Pode passar. A gente finalizou em 23 de  
2124 janeiro. A força tarefa teve dois meses de vigência. O relatório já foi entregue desde o final  
2125 do mês de janeiro. Para quem não sabe, foi celebrado um acordo, um termo de ajustamento  
2126 de conduta, entre o governo de Minas, governo do Espírito Santo, a União, juntos com a  
2127 SAMARCO, Vale e BHP, que são as acionistas dela. A gente colocou as acionistas porque,  
2128 em caso de falência da SAMARCO, elas teriam como garantir o valor previsto para ser  
2129 depositado nos próximos dez anos. Foi celebrado esse acordo então. A SAMARCO teve  
2130 que constituiu uma fundação de projeto privado, que vai ser responsável por executar as  
2131 ações das medidas reparatórias. O documento que eu vou apresentar para vocês agora foi  
2132 o que embasou o acordo aprovado pela SAMARCO. As diretrizes desse documento que  
2133 estão dentro do acordo. Pode passar. A gente começou com um levantamento de dados  
2134 dos danos. No mês de novembro a gente mandou um formulário para cada prefeitura  
2135 atingida, para as 35, para que elas apontassem pra gente que tipo de dano que teve no  
2136 âmbito municipal, inclusive, com valor econômico, valor financeiro. Depois, a gente fez  
2137 grupos de trabalhos lá na cidade administrativa. A gente reuniu 80 instituições: Banco  
2138 Mundial, ONU, várias secretarias de Estado, Ministério, FUNAI, os próprios representantes  
2139 dos indígenas, MAB. Eles ajudaram a avaliar os bancos que a gente levantou. Então, um  
2140 foi de validação e outro dia foi para propor medidas corretivas para cada um dos danos. E  
2141 no final, a gente compilou o relatório, que apresentarei agora. Pode passar. Isso é só a  
2142 organização do grupo de trabalho. A gente fez um dia para danos ambientais, onde foi  
2143 discutido o tema: “água, solo e biodiversidade”; no dia 12 de janeiro: “danos materiais”. a  
2144 gente discutiu a economia e a infraestrutura. No dia 13: “danos humanos”. Foi educação,  
2145 cultura, saúde, segurança e organização social; e no dia 14: “governança”. Seria um modelo  
2146 de gestão da fundação que foi constituída. Pode passar. Essas foram uma das  
2147 organizações que participaram desse relatório. A gente vê aí bastante universidade,  
2148 movimentos sociais, secretarias, órgãos de governo, Ministérios, que foram aqueles que eu  
2149 já falei. Pode passar. Então, como que a gente estruturou o relatório? Ele foi estruturado  
2150 em duas etapas. As microrregionais, que pegou os danos de Mariana até Santa Cruz do  
2151 Escalvado. Então, a gente tem uma barragem hidrelétrica que serviu de repositório para os  
2152 rejeitos. E, uma escala macrorregional, que pegou os desdobramentos do desastre ao  
2153 longo da calha do rio, ou seja, dessa barragem pra frente. Isso foi até o limite de Minas  
2154 Gerais. Então, começando pelos danos materiais: Na economia regional a gente teve a  
2155 paralização da SAMARCO; a paralização da hidrelétrica Risoleta Neves. Até hoje ela está  
2156 parada, que é no município de Santa Cruz do Escalvado; prejuízo no setor de agricultura;

2157 pecuária; produção de geleia e pimenta biquinho. A gente percebe que percebe que o  
2158 relatório traz desde questões macro até questões micro mesmo. A gente acha que é  
2159 importante postar, porque é obrigação da SAMARÇO reaver esse prejuízo; mortes de  
2160 animais em possibilidade de dessedentação; perda de máquinas e equipamentos;  
2161 destruição de lavouras; paralização na fabricação do leite. Ela ficou retida pela falta de  
2162 acesso; prejuízo a comunidade que dependem do convívio de sub-existência. VOZ AO  
2163 FUNDO Matar a sede; e o abastecimento de água que gerou prejuízo em diversos setores  
2164 no município, que eu vou falar mais pra frente. Pode passar. Sobre a base tributária, a gente  
2165 teve uma perda de arrecadação muito alta em Mariana e Rio Doce. Em Mariana, por causa  
2166 da SAMARÇO. Foi um pedido do prefeito que a SAMARÇO volte a funcionar, e isso está  
2167 como condicionante no acordo. Até então ela não está funcionando. Mas, a gente também  
2168 tem que ver o lado da prefeitura. Ela questiona muito que o retorno das atividades da  
2169 SAMARÇO não tem sido considerado até então; E uma perda de compensação financeira  
2170 em questão estadual. No âmbito dos recursos hídricos, como a hidrelétrica está paralisada,  
2171 Rio Doce que é a sede da hidrelétrica, também tem perdido muita arrecadação financeira  
2172 até então. Pode passar. A gente conseguiu levantar naquela época, como o relatório é de  
2173 janeiro, só questão de diárias de viagens. A gente não conseguiu ir muito a fundo com a  
2174 despesa de pessoal em si. A gente levantou 12,7 milhões de ressarcimento a ser feito pela  
2175 empresa ao Estado. A SEDESE está até ali incluída com um gasto de R\$ 5.200,00,  
2176 provavelmente é diária de viagem, se eu não me engano combustível também. Pode  
2177 passar. Então, o total de danos econômicos foi 1,2 bilhão de reais que a gente levantou  
2178 com os municípios. Isso foi um dano preliminar. Ele consta no relatório, mas a SAMARÇO  
2179 ainda vai ter que fazer alguns planos, projetos, para verificar. Provavelmente esse valor vai  
2180 ser um pouco maior, porque os prejuízos continuaram acontecendo depois do fechamento  
2181 de relatório. A gente teve que colocar uma data limite porque, não tinha como ficar  
2182 esperando o decorrer do desastre pra gente conseguir fechar o valor. Pode passar. Agora  
2183 entrando nos danos humanos: a gente teve um total na escala microrregional de 10.482  
2184 atingidos. Isso até Santa Cruz; são 48 mortos e um desaparecido. Até a época, eram 17  
2185 mortos e dois desaparecidos. Pode passar. Na escala macrorregional foram: 311 mil  
2186 atingidos. Desse total, 275 mil foi a população que ficou sem água em Valadares. A  
2187 SAMARÇO tinha o costume de considerar que eram atingidos indiretamente. Para gente,  
2188 quem ficou sem água, até pelo próprio conceito legal de atingido que a SEDPAC forneceu,  
2189 foram atingidos diretamente. Então, a gente considera como dano direto. Pode passar. Aí,  
2190 é o total de 321 mil atingidos pelo desastre, pelo impacto. Pode passar. Danos à saúde e  
2191 segurança pública: teve um impacto psicológico pela população afetada; interrupção dos  
2192 serviço de vigilância e saúde epidemiológica, sanitária e ambiental; Prejuízo do serviço  
2193 público de saúde. Como a gente percebeu no slide anterior, as prefeituras tiveram muitos  
2194 gastos no serviço público de saúde na região; Segurança contra a criminalidade. Os  
2195 agentes de segurança se deslocaram para as outras atividades e isso gerou uma  
2196 insegurança, principalmente na região de Mariana, Barra Longa; interrupção dos serviços  
2197 de segurança pública nas áreas abandonadas; insegurança no uso da água; e, também,  
2198 risco de doença como leishmaniose, principalmente, por razão de um galpão com animais  
2199 que foi colocado na região de Mariana, animais de grande porte tirados da região do  
2200 desastre. Pode passar. Impacto sobre a organização social: A gente teve a separação física  
2201 dos vizinhos, ou seja, os vizinhos de Bento Rodrigues foram alocados em outras unidades,  
2202 outros bairros. Então, eles perderam aquele senso de comunidade que eles tinham;



2203 interrupção das atividades rotineiras das pessoas atingidas com o deslocamento delas para  
2204 os centros urbanos; alteração da rotina dinâmica dos trabalhos e estudos dos moradores;  
2205 impacto na forma de reprodução social dos índios Crenauques. Pode passar. Sobre a  
2206 educação e cultura: Obras de arte sacra com o valor histórico perdido. Teve uma igreja em  
2207 Bento Rodrigues que foi completamente destruída. E outra, em Paracatu de baixo, que  
2208 serviu com abrigo. Então, parece que tiveram alguns saqueamentos de objetos da igreja;  
2209 referenciais culturais perdidos ou destruídos. A gente teve uma informação da folia de reis  
2210 na região de Bento que era realizada no dia 06 de janeiro. Em razão do rompimento, não  
2211 foi realizada esse ano. Aí, já entra um aparte de direito constitucional: direito fundamental  
2212 de acesso ao uso da água foi comprometido para a população como um todo; interrupção  
2213 do serviço de ensino. A gente teve escolas destruídas, outras que ficaram sem aula porque  
2214 não tinham acesso à água. Pode passar. Os danos ambientais: qualidade e disponibilidade  
2215 da água. A qualidade da água foi afeta em todo o curso. A COPASA, IGAM, são assertivos  
2216 em dizer que a água tratada está apta para o consumo; assoreamento dos rios: Carmo e  
2217 parte do Rio Doce, com impactos em nascentes. Pode passar. Sobre a biodiversidade: teve  
2218 um impacto sobre uma área de mata atlântica intocada; Modificação da paisagem; impacto  
2219 nos peixes, aves e mamíferos. Os peixes morreram tanto por asfixia com relação à  
2220 avalanche de lama; e comprometimento do parque sete salões e parque do Rio Doce. São  
2221 duas áreas de preservação ambiental na bacia do Rio Doce. Pode passar. Sobre o solo: a  
2222 gente tem processos abrasivos cobertos por sedimentos; deposição de materiais  
2223 provocando o remodelamento do relevo; compactação do material; baixa fertilidade;  
2224 erosão; E foi identificada a ausência de metais pesados contaminantes no material  
2225 depositado nas margens do rio. Pode passar. Agora, entrando na parte final, que são as  
2226 medidas corretivas. A gente tentou vincular cada dano que a gente levantou uma proposta  
2227 de medida ou de solução, que também consta no acordo dentro dos 39 programas que  
2228 foram elencados para a SAMARCO executar. Aí, começando pela parte ambiental:  
2229 integração das demandas elencadas pela força tarefa a um plano de recursos hídricos que  
2230 o comitê da bacia produziu; realização de exames toxicológicos periódicos na água. Isso  
2231 para garantir a população mensalmente ter um infirmativo do governo que essa água tem  
2232 qualidade e está apta para o consumo; comunicação de risco; e, um plano emergencial.  
2233 Pode passar. No solo: zoneamento da área onde há margens cobertas por rejeitos; um  
2234 plano de disposição final de rejeitos. Dentro desse documento, estou tentando resumir um  
2235 pouco, nele constam vários trabalhos de universidade. E um deles na parte de rejeitos, é a  
2236 utilização dos rejeitos para fazer bloquetes sextavados para pavimentação de ruas. Então  
2237 seria uma medida compensatória da SAMARCO dentro do acordo; recuperação do solo  
2238 com conscientização e capacitação do produtor. Os produtores, principalmente na região a  
2239 frente de Candonga, eles começaram a furar muito poço artesiano, parece que foram 80  
2240 mil só em Valadares. Isso compromete o solo freático e nada garante que aquela água  
2241 esteja apta para irrigação, consumo e tudo mais; Proteção e recuperação da biodiversidade;  
2242 inventário vegetal e animal, ou seja, fazer um inventário de espécies da bacia antes do  
2243 desastre e, depois do desastre ter uma noção de quais espécies foram afetadas, entraram  
2244 em extinção. Pode passar. Nos danos materiais, como medida na escala macrorregional,  
2245 seria: cadastramento da população atingida. Esse é o primeiro programa que a SAMARCO  
2246 está fazendo dentro do acordo. É fazer um cadastro de todos os atingidos diretamente ou  
2247 indiretamente pelo desastre. Na escala microrregional no curto prazo: seria a sustentação  
2248 de uma economia diante da paralização da SAMARCO; no médio prazo: metas para a

2249 retomada da SAMARCO: E logo prazo: medidas pra diversificar a economia de Mariana.  
2250 Aí, o SEBRAE fez um trabalho pra gente de diversificação da economia de Mariana. Ele  
2251 chama “Estratégia R”, que consta no acordo também e que seria uma medida  
2252 compensatória da SAMARCO. Ela deverá usar mão de obra local em todos os projetos que  
2253 ela executar. Então, para a própria reconstrução de Bento Rodrigues, ela vai ter que  
2254 priorizar a mão de obra local. E, até diante do funcionamento dela, aquisição de uniformes  
2255 e outros equipamentos de segurança, ela deverá dar prioridade para mão-de-obra local.  
2256 Pode passar. A infraestrutura: Recuperação de pontes; estrada; galinheiro; curral. Isso já  
2257 está sendo feito pela SAMARCO; Tem a reconstrução das duas cidades, Bento Rodrigues  
2258 e Paracatu. O local já foi definido junto com a população; Recuperação do lago de  
2259 Candonga e retomada da usina. O lago de Candonga é um consócio público privado e tem  
2260 capital da CEMIG. A CEMIG vai ter que entrar com uma ação judicial de forma separada  
2261 dessa ação civil pública, desse acordo, porque envolve milhões para a retomada. Eles já  
2262 estão cientes disso. Pode passar. Na área de educação, cultura e lazer, a gente colocou  
2263 algumas coisas para balizar o acordo. A primeira, que foi até uma demanda da SEDPAC,  
2264 que: entendeu o desastre como um evento de violação de direitos humanos e atentar ao  
2265 conceito legal de atingido, que isso a SAMARCO estava se importando em fazer; **PARTE**  
2266 **6: BRENO:** Tem uma proposta de um grupo de São Paulo que é criar um memorial na  
2267 região de Bento Rodrigues, um museu também foi colocado no acordo; trabalho  
2268 arqueológico; realização de evento para o marco da retomada cultural e ressurgimento das  
2269 comunidades; utilização de linhas de créditos; Proteção da cultura Crenaques. Tem um  
2270 programa específico dos Crenaques no acordo também. Pode passar. Só voltando ali,  
2271 também tem questão é pontual e que foi trazida pra gente. O único medalhista olímpico de  
2272 remo é de Valadares, lá tem um grupo de treinamento de remo. Parece que a estrutura foi  
2273 completamente destruída pela lama. Então, é uma média compensatória. Ela reconstruiu a  
2274 estrutura, o rio e outros afluentes para que eles continuem treinando. Pode passar. Saúde  
2275 e segurança da população atingida; O inquérito de saúde da região afetada, até para  
2276 verificar as condições de saúde da população durante um, dois, cinco, dez anos, pra ver se  
2277 alterou alguma coisa em relação ao desastre; Diálogo entre o governamental; Aumento da  
2278 frequência de análise da água tratada. Isso é uma demanda das prefeituras;  
2279 Conscientização da limpeza do reservatório de água; Preparo de vigilância de saúde;  
2280 Acompanhamento psicossocial dos atingidos. Tem um programa específico de  
2281 acompanhamento psicossocial durante dez anos. Na verdade, ele pega por faixas dos  
2282 atingidos, alguns tem um ano, outros dois, outros dez; E fortalecimento do controle de  
2283 pragas e vetores. Pode passar. Sobre a parte de organização social: Sustentação das  
2284 formas de organização social impactada no que diz respeito às práticas cotidianas, relações  
2285 de vigilância, ou seja, um projeto de reconstrução. Em Bento, uma das diretrizes que a  
2286 SAMARCO vai ter que seguir é que as pessoas que eram vizinhas umas das outras  
2287 continuem sendo, se for de interesse delas, claro. E que, tente reconstruir, existem imagens  
2288 no Google, da forma que era o distrito, porém, corrigindo as deficiências de infraestrutura e  
2289 de saneamento. Realmente, era uma região de renda um pouco mais baixa. Eles vão tentar  
2290 reproduzir a comunidade como era, porém, tirando as carências de infraestrutura. A ideia é  
2291 essa dentro do projeto; Proteção social par as populações atingidas; Adoção de uma  
2292 instância de mediação de conflito. O governo de Minas colocou aquela mesa de diálogo,  
2293 que é coordenada pela COAB, pra ser essa instância mediadora; Um plano de ação  
2294 especial para os índios Crenaques. Essa é uma medida compensatória que foi colocada

2295 também, que a SAMARCO contrate um modelo digital de todas as barragens dela e que a  
2296 Vale e BHP também façam isso, pra fazer um estudo melhor de possíveis riscos de  
2297 rompimento de barragens. Pode passar. Eu nem vou passar essa parte. No relatório a gente  
2298 fez um capítulo de mineração sustentável. É um capítulo um pouco técnico. Eu não tenho  
2299 o conhecimento para falar. Foram até os professores da USP que elaboram pra gente. O  
2300 de governança eu também não vou passar, vou só explicar. Foi celebrado esse acordo  
2301 entre os governos de Minas e Espírito Santo com a SAMARCO, Vale e BHP. Ela vai ter que  
2302 fazer uma fundação de direito privado, direito privado por quê? Porque não precisa fazer  
2303 licitação para a execução das obras, e que também que, se em caso de falência da  
2304 SAMARCO, o patrimônio da fundação fica afetado. E tem a garantia da Vale e BHP como  
2305 acionistas para o depósito. Tem previsão do depósito de 1,6 a 2 bilhões por ano. A  
2306 expectativa inicial seria de 20 bi. A gente mapeou 1,2 bilhões de danos econômicos, mas  
2307 os danos materiais foram bem maiores. Para acompanhar o trabalho da fundação, foi feito  
2308 um comitê interfederativo e Minas Gerais tem duas cadeiras, uma é da SEDRU a outra é  
2309 do meio ambiente. E, tem dois municípios representantes: Valadares e Mariana. Então, a  
2310 SAMARCO que vai executar todas as ações. Esse comitê interfederativo vai validar as  
2311 atividades. É isso. O relatório foi esse. Obrigado. Qualquer dúvida estou à disposição.  
2312 **APLAUSOS.** **MARTA:** Eu pediria que a gente dividisse a apresentação em dois blocos.  
2313 Esse que o Breno está trazendo pra gente e que dá um grande panorama de tudo o que  
2314 aconteceu e os prejuízos que a gente viu. E o outro, que a Maíra depois vai fazer uma  
2315 apresentação mais específica da SEDESE, da política da assistência social. Eu pediria que  
2316 se tiver alguma dúvida, algum questionamento para o Breno, sejam feitos agora, enquanto  
2317 a Maíra organiza a apresentação dela ali. Então, estão abertas as perguntas, dúvidas e  
2318 contribuições. **VOLNEY:** Como que é o seu nome mesmo? Breno, naquela lâmina de danos  
2319 humanos, foi colocado com relação aos inquéritos de saúde. Eu queria saber que se nesse  
2320 inquérito de saúde está incluída a saúde mental ou se é só saúde física. **BRENO:** Saúde  
2321 mental também. **VOLNEY:** Saúde mental também? **BRENO:** Eu até tinha trazido, mas eu  
2322 esqueci o pendrive, quais eram os programas e a descrição genérica. Eles ainda não estão  
2323 em execução em si. A saúde mental também está incluída nesse inquérito, inclusive com  
2324 acompanhamento psicossocial. **VOLNEY:** Serão acompanhados por quanto tempo? Qual  
2325 que é o acordo? **BRENO:** Pelo o que eu me lembro, primeiro está fazendo o cadastro dos  
2326 atingidos. Depois, eles vão fazer algumas faixas de acompanhamentos. Dependendo do  
2327 nível que o indivíduo se sentiu atingido pelo desastre, vai ser entre um a dez anos, se eu  
2328 não me engano. Eu não sei te falar como foram divididas essas faixas. **MARTA:** Mais  
2329 alguém? Está todo mundo impactado assim? É terrível, não é gente? Isso que é desastre.  
2330 **GABRIELLA:** Eu queria saber se foi estabelecido algum período de um primeiro  
2331 acompanhamento desse termo de ajustamento de conduta. **BRENO:** Todos os programas  
2332 eles tem dentro do acordo um prazo máximo de início. A maior parte começa nos próximos  
2333 seis meses. Eu realmente não sei te falar de cor quando vai ser isso. Eu posso verificar.  
2334 Como a gente já se conhece. Eu te informo isso depois. Eu não sei especificamente quando  
2335 que vai ser não. **GABRIELLA:** Porque seria interessante depois a gente fazer um  
2336 acompanhamento dentro do Conselho de um primeiro relatório, por exemplo, de algum  
2337 resultado. **BRENO:** Eu até posso passar por e-mail quais são os programas. Está bem  
2338 dividido por temática, não que se encaixam. E tem a periodicidade, qual que é o prazo de  
2339 início e a duração de cada um dentro do acordo. **GABRIELLA:** Obrigada. **MARTA:** Mais  
2340 alguma consideração gente? Podemos pedir para a Maíra fazer a apresentação? Breno

2341 sinta-se à vontade pra ficar aqui com a gente. VOZ AO FUNDO Tá. Obrigada, Breno,  
2342 **MAÍRA:** Então, gente. A gente trouxe aqui porque o Volney tinha perguntado como que foi.  
2343 Se a gente foi lá de imediato, se ficamos lá um tempo. Na nossa lógica de apresentação,  
2344 a gente trouxe um pouco das ações, tanto e durante o desastre, quanto depois e pós, o que  
2345 estamos considerando da atualidade pra frente. Então, a gente organizou nossa  
2346 apresentação um pouco situando como que foi o passo a passo. Pode passar, por favor.  
2347 Aí, nós tivemos as ações imediatas de atendimento emergencial, tanto em Mariana, quanto  
2348 em Barra Longa. Os outros municípios, porque foram mais municípios atingidos, a gente  
2349 teve um contato com eles pra ver como é que estava a situação, se tinha desabrigados, se  
2350 tinha desalojados. Enfim, como que estava o processo, como que a lama tinha chegado ao  
2351 município, o quê que tinha acontecido e tudo mais. O que foi apresentado pra gente de  
2352 forma mais específica foram Mariana e Barra Longa. Então, nós deslocamos as equipes e  
2353 fizemos o acompanhamento maior nesses dois municípios. A gente teve também ações de  
2354 planejamento para gestão e atendimento em relação à situação de desastrem que a gente  
2355 vai apresentar para vocês o modelo. E, as ações de acompanhamento permanente,  
2356 considerando que a situação de desastre ela teve consequência nos equipamentos da  
2357 assistência e que ainda terão consequência por um bom período. Pode passar. Aí, a gente  
2358 trouxe mais ou menos por dia. O desastre foi no dia 05. E ai, a partir do dia 06, a gente já  
2359 fez algumas estratégias de organização. A gente foi a Mariana, o secretário André, eu e o  
2360 Jaime, com uma equipe também. A Marta foi para Barra Longa. E ai, a gente se dividiu em  
2361 equipes nos municípios. Nós fizemos contato imediato com o MDS referente ao do serviço  
2362 de proteção em situação de emergência e calamidade, e em relação às providências no  
2363 adiantamento no programa bolsa família e BPC. Nós fizemos uma discussão interna lá de  
2364 como a gente faria essa organização. E já nos reunimos com as secretarias municipais de  
2365 assistência. Fizemos também, contato com o SERVAS, para organizar melhor a atuação lá  
2366 nos municípios. E, formamos um plantão da SEDESE nos municípios, que duraram  
2367 algumas semanas esse plantão. Pode passar. A gente começou com a visita in loco e  
2368 fizemos apoio para o cadastramento da família. Na verdade gente, quando aconteceu essa  
2369 situação, os municípios, gestores e técnicos estavam muito perdidos de como fazer, por  
2370 onde começar, o quê que eles fariam. E também, aquela confusão, não é? O que é  
2371 responsabilidade da empresa? O que é responsabilidade do poder público? O poder  
2372 público está assumindo funções que é da empresa. Mas, por outro lado, a gente não pode  
2373 deixar que as coisas fiquem correndo sem nenhum tipo de intervenção. Então, o primeiro  
2374 momento foi bem nesse tipo. E foi feito um apoio para o cadastramento das famílias  
2375 atingidas. A gente orientou no processo de não assumirmos um cadastramento das perdas  
2376 naquele momento. As famílias nem lembravam o quê que tinham nas casas. Esse primeiro  
2377 levantamento é como se ficasse o levantamento definitivo das perdas. Então, foi uma  
2378 discussão que foi feita lá. O MAB também estava presente no município conversando com  
2379 os outros movimentos, com os moradores. Então, foi um momento inicial, mas por outro  
2380 lado, havia a necessidade de conhecer aquelas famílias, qual que era o perfil das famílias.  
2381 Enfim, como que iria estruturar os serviços públicos para atendimento. A questão do  
2382 abrigo provisório, na verdade, teve um abrigo inicial, que durou bem pouco tempo.  
2383 Rapidamente a SAMARCO realocou nos hotéis e pensões na cidade. Então, esse abrigo  
2384 provisório foi muito rápido que as famílias ficaram lá, depois foram para o acolhimento  
2385 provisório. Pode passar, por favor. Aí, é a questão do suporte psicológico. O Volney falou  
2386 né, da saúde mental. A gente via na reunião recente lá em Mariana, porque a gente continua

2387 no processo de acompanhamento lá, os técnicos falaram que eles perceberam muito  
2388 impacto no ponto de vista da saúde mental, principalmente em criança e adolescente.  
2389 Alguns com dificuldade de convivência, de uma nova adaptação da cidade. E o serviço de  
2390 convivência estava desenvolvendo metodologias específicas para isso. Esse era um perfil  
2391 de situação. O outro era um total deslumbramento pela situação ocorrida. As crianças de  
2392 Bento Rodrigues estava tendo destaque muito grande, um tratamento muito diferenciado.  
2393 Então, na escola, por exemplo, teve uma situação de presente de natal que eram para as  
2394 crianças de Bento Rodrigues. E juntaram as crianças em uma sala, com bolo, com isso,  
2395 com aquilo, com presentes, e as outras crianças não. Isso tinha um impacto do ponto de  
2396 vista da situação subjetiva, de pertencimento, em relação à convivência. Então, isso era  
2397 uma questão que a gente estava percebendo, no ponto de vista da assistência, como fazer,  
2398 como lidar com isso. Em relação aos adolescentes era uma questão que o CRAS e os  
2399 serviços de convivência estavam se planejando. A SEDPAC até trouxe pra gente algumas  
2400 preocupações porque, os adolescentes estavam frequentando espaços na cidade de  
2401 Mariana que normalmente não eram frequentados por adolescente de outra classe social.  
2402 A cidade estava incomodada com esses adolescentes circulando na cidade. Havia uma  
2403 preocupação também de situações de atos infracionais. Os adolescentes falavam isso. O  
2404 serviço de convivência estava bem atento a essas questões também. Então esses últimos  
2405 aspectos que eu estou trazendo foram questões do pós-desastre São situações mais  
2406 recentes que o pessoal da prefeitura está lhe dando. Pode passar. São as ações de  
2407 monitoramento e apoio técnico pós-desastre. Isso aí é uma reunião que a gente teve agora  
2408 no final de janeiro, uma reunião entre a SEDESE, os gestores da prefeitura de Mariana.  
2409 Teve um impacto grande também na questão de emprego. Então, o SINE lá estava se  
2410 organizando. E a gente organizando outras ofertas de qualificação profissional e de mão-  
2411 de-obra, porque estavam tendo algumas demissões. Isso teve um impacto no serviço da  
2412 subsecretaria de trabalho emprego e renda. A gente fez uma rodada com a SUBAS primeiro  
2413 e depois com a SUBTE. Isso foi algo que a gente demandou um planejamento específico.  
2414 Pode passar. Dos assuntos mais abordados de forma mais específica: O serviço de  
2415 proteção social especial em situação de calamidade e emergência; A necessidade de  
2416 fortalecer o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos no município; Contribuir  
2417 com os usuários na reconstrução de suas histórias e vivências individuais; Eles relataram  
2418 a importância do apoio a SEDESE; Eles acham que isso é importante lá no momento e  
2419 depois. A questão que estava nos preocupando também no município é a possível  
2420 demissão dos trabalhadores da mineradora. Como ela parou as atividades, inicialmente é  
2421 dado é férias coletivas, mas que, tinham uma iminência de demissão dos trabalhadores.  
2422 Isso foi algo que a gente levantou em pauta com o MP, na discussão do acordo lá com a  
2423 empresa. Pode passar. Aí também é do pós-desastre. Mariana também está no Qualifica.  
2424 No dia 19, que vai ser segunda ou terça-feira que vem, a gente vai fazer um acordo com  
2425 eles. Mariana não tinha feito o aceite ainda no Qualifica, nós negociamos com eles e vamos  
2426 fazer o aceite aprovado no CMAS. Então, no dia 19, a SEDESE vai realizar as ações do  
2427 Qualifica, que é o apoio técnico para os municípios que possuem grande quantidade de  
2428 recursos nas contas, observando essas questões que a gente viu de aprimoramento,  
2429 fortalecimento e qualificação dos serviços. Vai ser elaborado um plano customizado no  
2430 melhor direcionamento dos recursos. E, a SEDESE permanece com esse contato  
2431 permanente para apoio nesses impactos. Atualmente a situação não é mais de emergência  
2432 como inicialmente, mas a situação ainda está tendo consequência nos serviços

2433 socioassistenciais. Pode passar. É isso gente. Obrigada e eu estou à disposição.  
2434 APLAUSOS Vocês querem acrescentar alguma coisa, Isabela e Marta? **ISABELA:** Não é  
2435 nem acrescentar. Eu acho que você colocou muito bem, muito completo. Foi uma situação  
2436 bastante atípica, no caso de Mariana, pelo fato do desastre ter sido causado por uma  
2437 empresa privada. Eu tenho uma complementação. Eu senti ali falta das aulas do  
2438 telepresencial. Foram feitas quatro aulas gravadas no telepresencial, foram transmitidas e  
2439 depois disponibilizadas na internet pra tentar consolidar um pouco essa experiência de  
2440 Mariana, mas também, servindo de apoio para os outros municípios, pensando que nos  
2441 meses de dezembro e janeiro tem os acréscimos das chuvas e tudo. Então, poderiam  
2442 acontecer outras situações de calamidades e emergências, como de fato aconteceram com  
2443 alguns municípios. A SEDESE também prestou apoio e foi disponibilizado todo o  
2444 documento, vídeo, nota técnica, pra tentar auxiliar os municípios. Claro que a ideia da  
2445 capacitação é a gente tentar prevenir um pouco, que as equipes não se sintam  
2446 despreparadas em um momento de calamidade. A gente sentiu muito quando sentamos  
2447 para conversar e as pessoas falavam: “A saúde já tem um plano pensado, já tem toda uma  
2448 diretriz de ação. E a assistência? A gente não tem nada?”. Eu falei: “Não. A assistência tem  
2449 também. A gente tem as orientações”. Mas, a gente sentiu realmente falta de ter esse  
2450 documento que reunisse que colocasse de uma maneira mais pratica, mais concreta  
2451 mesmo os serviços de orientação para a ação das equipes. Por mais que a gente se  
2452 prepare, sempre tem a questão da emoção, tem a questão do afeto e das próprias situações  
2453 que a gente não consegue prever, por mais que já tenta pensar em um plano mais de ação  
2454 com antecipação. O que chamou atenção na situação de Mariana foi o fato de não ser um  
2455 desastre natural, de ser um desastre que tinha um empreendedor privado responsável por  
2456 isso. Isso gerou muita confusão, muita dificuldade, na situação do planejamento das ações.  
2457 A prefeitura ficava sem saber mesmo o quê que era de fato quê que deveria de assumir, o  
2458 que devia ser assumido pela SAMARCO. A SAMARCO ao mesmo tempo também tentando  
2459 identificar as suas ações no projeto de negociação e de planejamento interno. Eu acho que  
2460 o apoio da SEDESE foi no campo da assistência social, dessa parte técnica mesmo, de  
2461 tentar reunir as equipes, do quê que já tem de direção. A política de assistência social tem  
2462 sim direções para forma de atuação nesse momento. E muito nesse sentido de discriminar,  
2463 de repensar ali, quais são as responsabilidades, o campo de atenção. A gente tem que dar  
2464 atenção para os atingidos, mas o serviço não pode ficar paralisado por muito tempo porque  
2465 existe uma seria de outras demandas que estão colocadas, o aumento da demanda que foi  
2466 gerado. Quando levou todo mundo para o centro da cidade, o CRAS da cidade teve um  
2467 aumento de demanda. E ai, é se as equipes estavam preparadas ou não pra lidar com esse  
2468 aumento. Então, foi muito nesse sentido. Foi realmente uma situação atípica por envolver  
2469 o empreendedor. Eu acho que serviu muito de aprendizado, pensando no depois, não é?  
2470 Deu pra gente construir algumas coisas interessantes que eu acho que vão nos ajudar em  
2471 outro processo com os municípios que possam vim passar por situações semelhantes.  
2472 **MARTA:** Também foi um aprendizado pra gente, pra compreender a diferença de um  
2473 município e a estrutura que ele tem, considerando o porte dele. Barra Longa é um município  
2474 bem pequeno, que tem um CRAS e não tem equipes volantes. A equipe do CRAS não dá  
2475 conta de cobrir as áreas rurais, ainda mais em uma situação de calamidade. As equipes  
2476 são importantes. A gente viu com clareza isso, que realmente, a equipe do CRAS não dá  
2477 conta mesmo, ainda mais em uma situação de emergência assim. A gente teve que  
2478 fornecer, por exemplo, água potável para as pessoas beberem. Não estava conseguindo

2479 ter água em casa. Então, forma muitos fartos, muitas situações, que às vezes a gente não  
2480 consegue registrar em todos os relatórios. Mas, foi um aprendizado. A iniciativa da SEDESE  
2481 de depois fazer videoconferência, fazer aula, fazer registros disso em cartilha, eu acho que  
2482 fica enquanto aprendizado. **MAÍRA:** A situação de emergência e calamidade acontece de  
2483 repente. Foi muito legal a disponibilidade da equipe lá da SEDESE. A gente teve que fazer  
2484 plantão, saímos na sexta-feira, passamos o final de semana lá e outro. A situação não era  
2485 das melhores, bacana pra hospedagem, pra comer, pra beber água, pra tomar banho. A  
2486 equipe meio que falou “vamos”. Nós fizemos a proposta que iríamos fazer isso, e de  
2487 imediato, a equipe se dispôs a ir, a ficar. Isso foi muito bacana. No início a gente chegou  
2488 meio assim: “Vamos lá. Vamos ver e aí a gente vai articulando a forma que vamos fazer as  
2489 coisas”. A gente chegava sem muito assim e eles falavam: “Ainda bem que vocês pelo  
2490 menos vieram”. Então, assim, ficou esse aprendizado dessa situação. **MARTA:** Outra coisa  
2491 foi a organização dos voluntários. Em Barra Longa encheu de voluntários, Mariana encheu  
2492 de voluntários. Eram motoqueiros, era gente de São Paulo. Administrar esse volume de  
2493 voluntários colocados para a assistência social foi também um aprendizado. O SERVAS  
2494 também ajudou a gente muito nisso depois, em outros momentos, dando suporte também  
2495 para o gestor. Era pra gente dormir, comer, pra ajudar, mas também, gerava um impacto  
2496 no município, ainda mais nos fins de semana, feriados. Organizar os voluntários foi um  
2497 trabalho desafiante. **VOLNEY:** Pois é, né gente? No Brasil a gente não tem a cultura do  
2498 planejamento. Minas Gerais com quase 700 barragens, nunca despertamos pra pensar em  
2499 uma situação de calamidade pública e desastres, não é verdade? Eu queria propor, não sei  
2500 se vocês concordam ou não. Eu acho que o Estado dentro da assistência social precisaria  
2501 pegar esses pontos e ter um passo a passo, pelo menos dentro da assistência. Claro que  
2502 os eventos são diversos, pode ser de diversas modalidades. Mas, que pelo menos, tenha  
2503 um ponto de partida para a assistência social, independente de qual governo que esteja aí.  
2504 No futuro vem outro governo aí. Eu acho que é necessário ter um ponto de partida. Eu acho  
2505 que nós precisamos propor para que o Estado faça isso. Um exemplo: teve lá o  
2506 adiantamento do Piso Mineiro para os municípios, que eu achei fundamental; tem os  
2507 desabrigados lá; tem um grupo de diabéticos lá. Como é que vai ser esse grupo de  
2508 diabético? A questão do cadastramento dos voluntários? Vocês estão entendendo? Nós  
2509 podíamos aproveitar essa experiência, imagino eu, e criar um protocolo de atendimento  
2510 para emergência e desastre. A gente vai criando isso pela experiência de vocês. Então,  
2511 essa é a minha proposta, em função deste aprendizado que está sendo terrível, imagino  
2512 eu. Essa é a minha proposta, porque aí fica como um protocolo, independente de que  
2513 governo esteja no Estado. Eu acho que é partindo da experiência de vocês. Então, essa é  
2514 a minha proposta, da criação desse protocolo. **MARTA:** A gente já teve uma situação assim,  
2515 de rompimento de barragem. Foi em uma proporção menor. Foi em Miraí. Para os  
2516 bombeiros foi um aprendizado para quando chegamos em Barra Longa. Eles utilizaram  
2517 muita das técnicas que eles aprenderam lá. **ROSILENE:** E é até para contribuir com o  
2518 governo federal, com o MDS. Pode ser uma contribuição grande de Minas pra isso. Lá nas  
2519 orientações a gente tem as calamidades, mas a gente ainda não tem por fazer parte da  
2520 construção mesmo e por não termos chegado a esse ponto. Infelizmente chegou a Minas,  
2521 quem sabe a gente pode contribuir. Eu parabeno a organização, por mais que a gente  
2522 saiba que é um dever do Estado estar nesses espaços. Eu quero parabenizar mesmo. Não  
2523 é fácil a gente estar nesses momentos, nesses espaços diversos, sem muito ou quase nada  
2524 que contribua para qualidade do serviço. Eu queria ver com vocês, Maíra, sobre os

2525 trabalhadores. Eles são também do município. Teve uma preparação de psicólogos?  
2526 Porque também são dos municípios. Eles estão lidando com as situações, mas também,  
2527 estão vivendo, devem ser cuidados. Parabéns mais uma vez. **LEONARDO KOURY:**  
2528 Parabéns viu Maíra, pela apresentação. São três pontos que eu queria colocar. Um dialoga  
2529 diretamente com a situação, em especial, no âmbito do momento da pobreza rural territorial,  
2530 não só em Barra Longa e Mariana, mas em toda margem do Rio Doce. Foi colocado pelo  
2531 Breno da SEDRU em relação aos índios Creniques, uma cultura alimentar de séculos de  
2532 alimentação do sagrado, que o peixe é a prosperidade. Isso chegou a ponto de receber  
2533 marmiteira com frango, pra alguém que nunca comeu um animal que anda, segundo os  
2534 Creniques. Eles comem animais que nadam, porque a água é a prosperidade. Então,  
2535 assim, há uma violação de direitos humanos complexa e invisível, uma vez que nos  
2536 invisibilizamos a cultura indígena e a cultura de povos tradicionais. Às vezes a gente só  
2537 percebe quando acontecem situações como essa. Eu acho que vale de aprendizado. O  
2538 segundo ponto, o Breno da SEDRU já foi, mas eu me lembrei. É a necessidade de uma  
2539 nova cultura econômica do Estado também. Não dá pra Mariana depender da mineração  
2540 para o resto da vida. E não dá também pra gente ver o maior cultivo de pimenta biquinho  
2541 do Estado não existir mais. A gente já fala entressafra da pimenta biquinho. Quem gosta  
2542 dela, fique sabendo que vai ficar bem cara agora no período de julho, que é o período onde  
2543 a pimenta está em período de safra. Isso promove várias questões. Eu tive um diálogo com  
2544 um rapaz que era dono do restaurante. Ele estava montando um hotel e pegou um  
2545 financiamento gigante do banco. Ele tinha 11 empregados. Hoje, além dele não ter  
2546 empregado, não ter caso, não ter hotel, não tem restaurante e não tem a plantação. E é  
2547 isso. Agora, pra finalizar. Quando vocês colocam da responsabilidade do Estado, é um  
2548 alerta da importância do plano estadual de defesa civil, da articulação com os setores na  
2549 situação de emergência e calamidade pública. Eu vivi isso em Contagem, quando  
2550 aconteceu um problema vinculado a Barraginha. Eu moro naquela região próximo a via  
2551 expressa e da região da praça da CEMIG. Quando eu fui para Ribeirão das Neves, eu tive  
2552 a felicidade de ter um município onde quase 70% da região é de calamidade pública.  
2553 Qualquer hora que chove todo mundo fica alagado, quem está embaixo. Então, a casa caiu  
2554 pra quem está em cima. É muito comum uma dificuldade grande de articulação dos órgãos  
2555 e tudo. Eu acho que houve uma solidariedade muito grande na situação de Mariana, até  
2556 também pelo tamanho do impacto. Mas, questões menores e pontuais acontecem. Eu  
2557 acredito que deve acontecer bastante ao longo de uma década para o Estado. Sem essa  
2558 organização, sem essa articulação, sem essa pactuação de responsabilidade, vai ficar  
2559 muito difícil. Nós, da secretaria de desenvolvimento agrário, a gente não sabia o que fazer.  
2560 A gente começou, depois veio o decreto, tiraram a gente, colocaram outra secretaria. Ficou  
2561 parecendo que a secretaria de desenvolvimento social poderia ter algumas tendências. E  
2562 aí, depois, a gente volta. Quando chega no âmbito da agricultura familiar, que poucos  
2563 conseguem fazer uma linguagem mais clara com a população rural e povos de  
2564 comunidades tradicionais, a gente volta em meio uma tutela com a SEDPAC. É porque não  
2565 há também algo claro, um protocolo de ações. Eu acredito que a principal questão que a  
2566 gente tem que tratar daqui pra frente, pra que se algum desastre viesse ocorrer, que a gente  
2567 possa ser mais ágil. E apesar de tudo, a gente saber que essas adversidades acontecem,  
2568 por mais protocolos que existam. Mas sem eles, fica mais difícil. **ISABELA:** Eu queria  
2569 primeiro comentar a fala do Volney. Eu concordo totalmente com você. Eu adoro  
2570 planejamento. Eu fico meio suspeita de falar sobre isso. Eu acho que é um ponto



2571 fundamental. Foi uma das questões, inclusive, uma das aulas do telepresencial fui eu que  
2572 dei, mas a gente construiu juntos. A SEDESE está muito voltada para questão do  
2573 planejamento, sabe Volney? Da importância de um município ter uma estrutura mínima  
2574 preparada pra lidar com essas situações. O que o Léo coloca da defesa civil, é fundamental.  
2575 Os municípios pequenos geralmente não tem uma estrutura de defesa civil. A defesa civil  
2576 já tem uma série de orientações, de estudos, mais voltado para questão da leitura de  
2577 geografia, não sei como é que fala. Mas, pelo menos de conseguir mapear dentro dos  
2578 municípios as áreas de risco, tentar fazer um planejamento no campo da assistência social  
2579 pensando quais são os possíveis locais de pode servir de abrigo temporário, tentar já  
2580 mapear os municípios locais que estejam longe dos rios ou longe de uma área de risco. Em  
2581 relação à equipe, pelo menos lá em Mariana, não sei como foi em Barra Longa, isso ficou  
2582 muito claro, a questão do próprio sofrimento e da questão que os trabalhadores tiveram que  
2583 lidar pra dar conta de agir naquelas situações. Os trabalhadores que atuavam em Barra  
2584 Longa, em Bento Rodrigues, em Paracatu, eles estavam muito mexidos com a situação.  
2585 Eles conheciam as pessoas. No início eu até fui clara, podiam ter pessoas desaparecidas,  
2586 pessoas ilhadas que não tinham conseguir ir lá para o centro. Uma parte muito grande das  
2587 conversas foi também pra tentar acalmar, foi de ouvir mesmos os trabalhadores. A gente  
2588 sentava, ficava reunido. A gestão estava tomando conta da situação mais macro. Nessas  
2589 reuniões com os trabalhadores a gente fez muita conversa, houve situação de desabafo.  
2590 Os trabalhadores que não saiam de lá a gente pedia pra ir descansar. Os outros que tinham  
2591 dificuldade de lidar com aquela situação, a gente pensava em outro tipo de ação e no que  
2592 podiam contribuir. Então, surgiu sim. Talvez seja um ponto que a gente pode tentar colocar  
2593 na cartilha, Maíra, não sei. A cartilha não está tratando especificamente disso, mas é um  
2594 ponto muito importante e tem que ter atenção. **MAÍRA:** A gente percebeu essa  
2595 necessidade, sabe Volney? De organizar as informações. Até porque, estava chegando o  
2596 período de chuvas. A gente fez um plantão da SEDESE também no período de chuva. O  
2597 gestor ligava pra gente no domingo e na hora do almoço. Ele falava assim: “eu estou aqui  
2598 com tantas famílias e eu não tenho nada, não tenho colchão, não sei o que eu faço, não  
2599 tem defesa civil no meu município”. Sabe? A gente realmente é referência para esse  
2600 suporte aos municípios. A gente fez, a gente organizou um guia de orientações pra atuação  
2601 em situação de calamidade e emergência. A gente organizou esse guia falando de serviços  
2602 e protocolos do ponto de vista da assistência, mas a gente incluiu uma parte falando da  
2603 defesa civil. A gente viu que os municípios não tinham muito segurança em relação a isso.  
2604 A defesa civil tem um papel importantíssimo e a gente não vai suprir esse papel. A gente  
2605 fez essa conversa com a defesa civil, tivemos algumas conversas com eles, encaminhamos  
2606 o caderno, eles fizeram orientações e sugestões. Eles participaram das teleconferências,  
2607 foi muito legal. A gente pegou experiência dos municípios, por exemplo, Belo Horizonte tem  
2608 a experiência dos NACS que envolve as comunidades em situação de calamidade e  
2609 emergência. Na época de chuva, antes eles fazem o alerta para a comunidade, eles fazem  
2610 o mapa falado no município das situações de risco e enchente, quais são as rotas de fuga.  
2611 Então, assim, foi um material super legal que a gente divulgou. Mas, eu acho que a gente  
2612 pode ter uma ação mais específica. E aí, disponibilizar o caderno antes para o Conselho  
2613 pra dar uma olhada no conteúdo, enfim. Eu acho que seria legal a gente fazer isso.  
2614 **GABRIELLA:** Eu queria parabenizar também pelo trabalho que vocês desenvolveram. A  
2615 gente sabe que nesses momentos ter uma pessoa pra poder ajudar, apoiar, de qualquer  
2616 forma pra quem perdeu tudo, é fundamental. Só que eu reforço essa questão também do

2617 planejamento porque, no primeiro momento tem toda essa mobilização, voluntários e  
2618 doações. E depois isso acaba. Essas pessoas continuam muita das vezes privadas do seu  
2619 direito. Por isso que eu coloquei a questão de acompanhar o termo de ajustamento de  
2620 conduta, pra ver que se de fato esse atores que se comprometeram estão fazendo as ações  
2621 que eles se prontificaram a fazer e pra gente fazer esse atendimento pós. O atendimento  
2622 imediato é muito importante, mas o depois ela acaba se perdendo. Vocês falaram ai da  
2623 questão das chuvas, eu já participei de vários comitês. Quando chove, aparece um tanto  
2624 de comitê, discutem mil propostas e para de chover. Então ninguém faz mais nada. Eu  
2625 ressalto essa importância do planejamento e do monitoramento pós-planejamento.  
2626 **MARTA:** Ok. Podemos fechar esse ponto? Vocês se sentem contemplados? Então, nós  
2627 vamos voltar para o relato das comissões. Na ordem que está aqui, nós vamos passar para  
2628 a comissão de normas fazer o relato da reunião. **RODRIGO:** O primeiro ponto, a comissão  
2629 vem trazer a informação que o conselheiro Leonardo Koury esteve conosco ontem. Ela já  
2630 tinha falado um pouco mais cedo sobre as possibilidades de dúvidas e esclarecimentos que  
2631 a comissão está aberta a todos os conselheiros. O segundo ponto também já foi relatado  
2632 por essa comissão, que foi a escolha do representante da comissão de monitoramento de  
2633 deliberações das conferências estaduais de assistência social. Ficou acordado e já foi  
2634 mencionado que a conselheira Josiany vai estar nos representando na comissão. O ponto  
2635 três é a proposta de planejamento das ações da comissão de normas para 2016. Então, lá  
2636 tem: A gente tem o conteúdo de avaliação da comissão de normas de acordo com o  
2637 regimento interno do CEAS; avaliar os desafios da comissão dentro do planejamento do  
2638 CEAS; e elaborar a proposta do planejamento das ações da comissão de normas para  
2639 2016. Então, a gente vai ter um quadro anexo ai. A gente só vai mostrar, eu não vou ler.  
2640 Em relação ao encaminhamento a gente está trazendo para este pleno que, nós vamos  
2641 tratar aqui com vocês a questão da revogação da resolução 362/2011. Essa resolução  
2642 dispõe sobre os procedimentos aplicáveis no processo de análise de recurso em relação  
2643 às inscrições de entidades de assistência social. Essa resolução vem com um texto básico  
2644 falando da necessidade em que no momento que a entidade chega ao município e ela tem  
2645 a sua inscrição indeferida pelo Conselho, ela poderia ter a possibilidade de buscar junto ao  
2646 Estado um recurso de uma inscrição pelo Estado. A resolução 14 já atualiza, já aprimora  
2647 esse entendimento, suprimindo essa possibilidade do Estado intervir em uma ação local  
2648 territorial. Eu vou fazer a leitura. Dispõe sobre a revogação da Resolução n.º 362/2011 que  
2649 trata “sobre os procedimentos aplicáveis no processo de análise dos recursos em relação  
2650 à inscrição de entidades recebidos no Conselho Estadual de Assistência Social de Minas  
2651 Gerais – CEAS/MG”. O Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais – CEAS/  
2652 MG, no uso das atribuições conferidas na Lei Estadual n.º 12.262, de 26 de julho de 1996,  
2653 e considerando a LOAS, a PNAS, a NOB/SUAS e considerando o parágrafo único do art.  
2654 11 da Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS n.º 14/2014,  
2655 dispondo que “cabe aos Conselhos de Assistência Social disciplinar a instância recursal de  
2656 seus atos e definir os prazos para análise dos processos de inscrição”; Considerando a  
2657 “orientação técnica conjunta Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome –  
2658 MDS / CNAS, comentários à Resolução CNAS n.º 14/2014” em seu comentário 33, sobre o  
2659 Parágrafo único do art. 11 que, “de acordo com o entendimento da Consultoria Jurídica do  
2660 MDS por meio do Parecer n.º 0092/2012/CONJUR-MDS/CGU/AGU não existe hierarquia  
2661 entre os Conselhos Municipais e do DF, Estaduais ou Nacional. Dessa forma, aos  
2662 Conselhos de Assistência Social cabe disciplinar, em seus regimentos, a instância e os

2663 procedimentos recursais dos pedidos de inscrição indeferidos, além de definir os prazos  
2664 para análise dos processos de inscrição protocolados no mesmo. Caso a instância recursal  
2665 não seja o Conselho deverá haver norma que respalde a competência do órgão ou  
2666 autoridade recursal.” Considerando a deliberação de sua 210ª Plenária Ordinária, resolve:  
2667 Art.1º Revogar a Resolução n.º 362/2011 que trata “sobre os procedimentos aplicáveis no  
2668 processo de análise dos recursos em relação à inscrição de entidades recebidos no  
2669 Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais – CEAS/MG”. Art.2º Esta  
2670 Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 15 de abril de 2016.  
2671 Maria Alves de Souza. VOZES AO FUNDO **MARTA:** Foi só na hora de ler que inverteu. É  
2672 o cansaço do dia. Ok gente? Nós vamos abrir para algum destaque ou debate do texto da  
2673 proposta de resolução que a comissão traz? Não? Ninguém quer fazer destaque? Está  
2674 bom. Está todo mundo esclarecido sobre o texto e proposta de resolução? Podemos entrar  
2675 em processo de votação? Então, pra ser bem fácil e rápido: quem é contrário a resolução  
2676 apresentada, por favor, levante o crachá. VOZ AO FUNDO Então, ok. Crachá, isso aqui é  
2677 o quê? Sei lá né. Eu vou chamar de quê? Tabuleta? Ah, sei lá! Então, aprovada a resolução  
2678 que a comissão de normas trouxe. **RODRIGO:** O tema quatro é o projeto de lei 3312/2016.  
2679 Ele dá continuidade às discussões em conjunto entre a comissão de normas e política para  
2680 aprofundar o estudo sobre o projeto, debater o papel do CEAS em relação ao PAS para a  
2681 população atingida por barragem em relação à política de assistência social e debater a  
2682 relação da pessoa atingida com o seu território. Está aí a legislação, projeto de lei nº  
2683 3312/2016. “Institui a política estadual dos atingidos por barragens e outros  
2684 empreendimentos, e da outras providências”. Encaminhamento: A comissão faz a proposta  
2685 de encaminhar ofício a ALMG, manifestando o apoio ao projeto de lei. Franqueada a  
2686 palavra. **MARTA:** Lembrando que o texto da política do projeto de lei já foi matéria da última  
2687 plenária em que a gente teve representante da SEDPAC aqui, que apresentou em  
2688 esclareceu as dúvidas. A gente só ficou de fazer alguns encaminhamentos e depois ter uma  
2689 discussão própria do CEAS, não é isso coordenador? **RODRIGO:** Eu queria só dá mais  
2690 uma informação. Eu sei que não está aí, mas é reforçando o que eu falei de manhã. A  
2691 comissão em seu planejamento já vem pensando em relação às atualizações das nossas  
2692 legislações. Então, à medida que a gente for trazendo a pauta, a gente vai discutindo em  
2693 pleno. Vamos tentar dar com antecedência para vocês conselheiros em relação às  
2694 contribuições, melhoria e tudo que possa vim aprimorar e melhorar aquilo que a gente anda  
2695 pensando de política pública. Em breve vamos trazer outras pautas e melhoramentos de  
2696 legislação, que é pertinente a comissão de normas. É isso. **MARTA:** Eu queria propor só  
2697 para complementar esse encaminhamento, que a gente desse conhecimento a SEDPAC  
2698 do ofício que o Conselho está encaminhando a ALMG manifestando apoio ao projeto, para  
2699 que a própria SEDPAC também tenha conhecimento da manifestação do CEAS em relação  
2700 a isso. Muitas das vezes protocoliza lá na ALMG e a secretaria de Estado que está  
2701 conduzindo o debate, às vezes não tem o conhecimento da manifestação do CEAS. Eu  
2702 proponho que a SEDPAC tome conhecimento da posição que Conselho está  
2703 encaminhando. **RODRIGO:** Eu queria mais uma vez pedir licenças e valorizar o trabalho da  
2704 Consolação. A gente está com a ausência da nossa querida Rosa, por uma questão de  
2705 saúde. Então, hora ou outra a gente pode ter um erro ali, a gente é humano mesmo. Então,  
2706 não fiquem achando que a gente está fazendo... Pode ser uma vírgula ou outra. A  
2707 Consolação tem trabalhado muito nesses dias e a equipe dela lá. A gente sabe aquilo tudo  
2708 que aconteceu demonstra que a gente precisa aprimorar as nossas formas de analisar.

2709 Avaliar. Às vezes a gente pensou que estava tudo certo, talvez se a gente tivesse ido dentro  
2710 do relatório, talvez a situação tivesse ficado um pouco mais clara. Então, a gente pede  
2711 desculpa pra vocês. Obrigado. **MARTA:** Não tem que ser desculpado. Terminou? Ok. Vai  
2712 precisar colocar em votação os encaminhamentos dos ofícios? Vocês aprovam esse  
2713 encaminhamento? Ok. Então, aprovado por unanimidade. Comissão de apoio, Sr. Walter.  
2714 **WALTER:** O ponto um já foi mencionado. O ponto dois é relacionado ao planejamento do  
2715 CEAS. Eu passo a palavra para a Soyla, porque tem somente no item oito uma questão de  
2716 data. Ela quer que seja alterada. **SOYLA:** Eu vou falar sobre as URCMCAS. No item oito do  
2717 planejamento foi levantada a questão da criação das URCMAS. Como a gente está em  
2718 processo disso, a gente está solicitando além da mudança da data no planejamento que  
2719 era para o dia 1º de abril, seja no dia 15 de maio. A gente pediu também que tenha uma  
2720 reunião conjunta com a comissão de normas, pra gente discutir uma forma de legitimar as  
2721 URCMAS. É uma das nossas ações que está no planejamento. Outra coisa também que a  
2722 gente levantou. Paula, qual é o nome mesmo da cidade? VOZ AO FUNDO Santana do  
2723 Paraíso. Santana do Paraíso nos procurou. É um trabalho realizado pela comissão de  
2724 apoio, já é o segundo mês que a gente realiza o plantão. O plantão foi realizado na quarta-  
2725 feira, eu que estive aqui. A gente atendeu esse município. Esse município é porte II, 33 mil  
2726 habitantes. Foi muito interessante, uma troca de experiência. Eles vieram realmente com a  
2727 intenção de ser olho no olho, de sentir que o CEAS está disponibilizando uma atenção para  
2728 o município, de conhecer o espaço. Foi bastante interessante. Até o momento, todas as  
2729 denúncias que a gente tem, que a gente está deliberando, alguns municípios a gente pediu  
2730 pra estarem vindo aos próximos plantões pra gente continuar esse trabalho de orientação  
2731 ao CMAS. Está bom? Obrigada. **WALTER:** O outro tema é sobre a vacância no CEAS de  
2732 um representante não governamental do CMAS e usuário, como suplente. A comissão  
2733 sugere enviar ofício a todas as URCMAS solicitando empenho da indicação de  
2734 representantes do CMAS para preenchimento de vagas. E também de eleitores para a  
2735 realização do processo. Os representantes ficaram responsáveis por fazer a divulgação em  
2736 suas regiões. Isso a gente trouxe a plenária para decidir. **MARTA:** Eu acho que a gente  
2737 podia a isso, discutir o processo da vacância de suplente no CEAS, porque a gente está  
2738 em processo de preenchimento. O Rodrigo está coordenando esse processo. Podia  
2739 também informar das outras vagas, pra gente ver se precisa ser somada. A gente faz um  
2740 encaminhamento conjunto. Rodrigo e Consolação, vocês ajudam no relato? A mesa  
2741 diretora fez algumas sugestões e a gente podia recuperar isso. Obrigada. **SOYLA:** É só  
2742 uma dúvida. Seria possível a prorrogação do prazo de inscrição? Porque é até o dia 22  
2743 agora. Essa mobilização que a gente está pensando em fazer através das URCMAS ficaria  
2744 muito em cima para o dia 22, agora. A gente tem o maior interesse em envolver os usuários  
2745 nesse processo. São duas vagas para usuários. Podia se estender, nem que seja uma  
2746 semana, duas semanas. A gente ganha tempo para enviar esses ofícios pra URCMAS.  
2747 **MARTA:** Rodrigo, você assume o relato? **RODRIGO:** É só pra não parecer que a  
2748 coordenação da comissão ficou com uma pessoa. É uma coordenação compartilhada.  
2749 Então, tem mais pessoas. Em relação ao que a gente conversou ontem na mesa diretora,  
2750 a Consolação está acompanhando a tarefa que foi-me dada em relação às entidades. A  
2751 gente tinha um evento no Fórum Das Entidades ontem com eleição das entidades para o  
2752 CMAS de Belo Horizonte. Lá eu fiz a divulgação, pedi não só para entidades, e também  
2753 para os usuários e Conselhos. A gente tinha entidades disputando vagas para um Conselho  
2754 local. A gente fez o pedido lá. Em relação às entidades que a gente vem acompanhando, a

2755 gente já tinha pedido as outras instâncias como o fórum pra poder divulgar. Aconteceu uma  
2756 coisa engraçada, o processo deles daqui de Belo Horizonte não tinha ocorrido ainda e a  
2757 gente já tinha feito a nossa divulgação. Alguns colegas andaram ligando falando: “pô, como  
2758 é que vocês fazem a do Estado primeiro que a gente?” Eu falei assim: “não gente, nós  
2759 vamos ter que conviver. Nós estamos em uma capital. A gente não quer atravessar o  
2760 processo de vocês”. Mas, enfim, foi o que aconteceu em relação ao que a gente está  
2761 buscando, de tentar trazer mais conselheiros, buscar fazer esse Conselho diverso, além da  
2762 nossa discussão ontem na mesa diretora, que a Consolação vai complementar sobre os  
2763 setores que estamos tentando mobilizar. A Consolação vai complementar.  
2764 **CONSOLAÇÃO:** A definição da mesa diretora foi que a gente tentasse fazer uma força  
2765 tarefa até terça-feira, quando faríamos uma nova avaliação de todo o processo pra saber  
2766 em termos das habilitações. Iniciamos ontem isso, inclusive com os estagiários do  
2767 Conselho, Luísa e Bruno, de entrar em contato com algumas entidades. Na hora que  
2768 falamos da composição do Conselho Estadual, tem uma especificidade: tem que ser de  
2769 âmbito estadual. Então, tem toda uma regra. A regra foi a mesma adotada para a  
2770 conferência, que elegeu as pessoas que aqui estão. Então, por isso não é tão fácil. A gente  
2771 tem que identificar essas entidades e movimentos que poderiam. Foram identificados  
2772 alguns dos usuários como o Fórum Da População De Rua, que tem sede aqui em BH, e  
2773 outros movimentos. A gente também entrou em contato com a CUFA. Nós estamos  
2774 divulgando. Tem algumas entidades interessadas, até segunda-feira elas vão fazer o  
2775 encaminhamento na questão do usuário. Além disso, a Darquiline, assessora da SEDESE,  
2776 tem uma relação de movimentos, de entidades. Ela vai passar até segunda-feira pra gente  
2777 e a gente fazer esse contato. Do Fórum De Entidades já conseguimos mandar com a Márcia  
2778 Mansur, que segundo a Cristiane, é a Márcia que vai está colaborando em relação às  
2779 entidades. E dos CMAS, já tinha saído o indicativo do ofício para as URCMAS, pedindo a  
2780 elas que cada uma indicasse pelo menos um pra estar aqui concorrendo a essa vaga. E,  
2781 falando da importância de estar aqui dentro do Conselho. A gente acredita que existe uma  
2782 possibilidade da gente conseguir isso até na terça-feira. Caso contrário, a preocupação é  
2783 em virtude do feriado na quinta, a gente deve avaliar talvez para uma prorrogação ou  
2784 alguma coisa nesse sentido. **MARTA:** Ok. A gente precisa aprovar esse encaminhamento  
2785 da comissão? Eu acho que está aprovado por unanimidade. Tem alguém contrário? Walter  
2786 pode continuar o relato. **WALTER:** Os demais itens estão em diligência. Nós não trouxemos  
2787 a consideração da assembleia. Só queremos agradecer, especialmente, o papel da Maria  
2788 Paula e do Leonardo na contribuição que eles deram para o nosso trabalho. Muito  
2789 Obrigado. **MARTA:** Ok. Muito obrigado gente. Agora vamos ter relato da comissão de  
2790 orçamento e financiamento. **ISABELA:** O nosso relato hoje é bem breve. O ponto de  
2791 indicação da comissão de monitoramento das deliberações a gente já falou, que é o que  
2792 está por último ali. O ponto principal da nossa pauta foi a discussão da proposta da revisão  
2793 do instrumental da prestação de contas, que é realizado pela SEDESE. A gente reviu o  
2794 instrumental e fizemos uma série de sugestões de alteração, pra tentar adequar a  
2795 linguagem, a reestruturação da forma mesmo do orçamento, pensamos em alguns gráficos  
2796 que a gente acha que vai facilitar a compreensão. Vamos tentar mostrar a informação de  
2797 uma maneira mais intuitiva por meio de gráficos. A gente ficou a tarde toda discutindo isso  
2798 e não conseguimos fechar. Eu acho que a discussão foi bem bacana, mas a gente não  
2799 conseguiu fechar. A comissão combinou de terminar de trabalhar no instrumental até o dia  
2800 28 de abril. Vamos trabalhar na proposta que a gente fez e mandar para o grupo ver e

2801 fechar até o dia 28, pra que a SEDESE já possa fazer a próxima prestação de contas  
2802 utilizando o instrumental. É a proposta que a gente quer trazer para a plenária, que a  
2803 validação do instrumental ser junto com a apresentação da prestação de contas. A gente  
2804 achou que só mandar o instrumental vazio, ia ficar difícil de avaliar se ficou adequado ou  
2805 não. E aí, a SEDESE já fazia a apresentação da prestação de contas do primeiro trimestre  
2806 de 2016 usando o instrumental, os conselheiros já fazem as observações e as pontuações  
2807 pra aprimorar. A SEDESE aprimora dentro do que foi colocado na reunião de apresentação,  
2808 faz a apresentação e a validação ou não da prestação de contas. Pode ser assim? Ok. Era  
2809 isso. **MARTA:** Obrigada. Nós fechamos o relato das comissões. Mas, a gente tem mais um  
2810 assunto que é planejamento do CEAS. A mesa diretora propôs que a gente retome isso na  
2811 próxima plenária porque, a gente precisa fazer a aprovação deste planejamento do  
2812 Conselho. Foi colocado pela mesa diretora que no planejamento devem ser também  
2813 previstos os recursos que serão gastos na execução das ações. Então, a Secretaria  
2814 Executiva ficou de se debruçar, de novo, fazer uma revisão das datas. Como a gente ainda  
2815 não deliberou sobre isso, talvez, a gente tenha que rever algumas datas colocadas lá.  
2816 Também fazer a proposta de previsão do recurso, do orçamento e financeiro. Nós pedimos  
2817 para a Isabela dá uma ajuda ou alguém que ela designar mandar as informações. Vamos  
2818 ver o que vai precisar para isso. Então, na próxima plenária, vamos voltar com esse ponto  
2819 pra pauta. E aí, finalmente, reverbera nas comissões porque, elas têm que alinhar o  
2820 planejamento próprio delas, com o planejamento geral do Conselho e com as deliberações  
2821 da conferência. Para gente não perder tanto tempo em discussão na plenária, a proposta  
2822 da mesa é que, finda essas adequações, vai ser mandada para os conselheiros a proposta  
2823 do novo planejamento. A gente pede para vocês fazerem “um dever de casa”, de darem  
2824 uma olhada antes da gente vim para a próxima plenária. Aí, a gente já vem com as dúvidas,  
2825 já vem com as questões um pouco mais adiantadas, ganhando um pouco mais de tempo e  
2826 qualidade no debate. Fica menos cansativo, porque é uma matéria um pouco árida. Não é  
2827 uma matéria simples. Podemos encaminhar desse jeito? Ok. E outro, é porque, em outra  
2828 plenária, nós fomos convidados a sediar o encontro regional do CNAS da região sul e  
2829 sudeste. Esse encontro iria acontecer em 21 e 22 de junho. A gente propôs para o CNAS  
2830 que viesse antes e faríamos uma reunião ampliada para os CMAS de Minas Gerais.  
2831 Aproveitaríamos a oportunidade do CNAS e do CEAS estar em contato com os CMAS.  
2832 Fizemos contato lá com o CNAS e a informação que temos é que foi adiada essa reunião  
2833 para agosto. O CNAS está propondo o adiamento, depois entrará em contato com a gente  
2834 e remarcará a data. A mesa diretora propõe que a gente mantenha a reunião ampliada com  
2835 os CMAS do Estado. A proposta inicial é que fosse no dia 20 de junho. Então, a mesa  
2836 diretora está propondo que seja no dia 17 de junho, dia da plenária do CEAS, que ela se  
2837 transforme então em uma reunião ampliada do CEAS com os CMAS do município. O CNAS  
2838 se dispôs também a vir, mantendo o convite de virem em junho e participar com o CEAS  
2839 desta reunião ampliada com os CMAS. Então, essa é a proposta que a mesa submete a  
2840 essa plenária. A gente queria ver o que vocês pensam disso. A gente vai ter que construir  
2841 todo um temário e manter também os encaminhamentos e deliberações próprias que o  
2842 CEAS vai ter que fazer. A gente vai ter que ter um desenho um pouco mais específico dessa  
2843 plenária. Vocês entenderam a proposta? Se transforma em uma plenária ampliada do  
2844 CEAS. **WILSON:** Não foi cogitado manter um dia antes dessa região sul/sudeste? Como o  
2845 CNAS já virá. Não pensaram nessa possibilidade não? De postergar esse encontro com  
2846 os CMAS para um dia antes, em agosto no caso. **MARTA:** A gente quer manter. A outra

2847 proposta é não fazer em junho, mas voltar com a proposta para agosto. Como o CNAS  
2848 ainda não tem uma data de agosto é só isso que a gente está encaminhando. Ele se  
2849 prontificou a vir em junho. Você está propondo outra coisa. Não. Não vamos fazer reunião  
2850 ampliada em junho, e vamos adiar para agosto. **WILSON:** Eu estou pensando no aspecto  
2851 financeiro mesmo da coisa. **MARTA:** Ok gente. Então, nós estamos aqui com duas  
2852 propostas. O conselheiro está propondo que a gente adie para agosto e que não realize em  
2853 junho, que volte a proposta a ser de certa forma colada com o encontro da região sul e  
2854 sudeste. A outra proposta é da mesa diretora, que a gente realize uma reunião ampliada  
2855 em junho, coincidindo com a que já estava prevista. A Páscoa está inscrita, o Volney é  
2856 depois. **PÁSCOA:** Eu penso que a proposta da mesa diretora é mais interessante. É uma  
2857 oportunidade para os CMAS comparecerem. Uma reunião ampliada é muito importante pra  
2858 nós, municípios. Eu penso que agosto já estarão se aproximando as questões de eleições  
2859 municipais e vai complicar pra gente. A proposta da mesa diretora é mais interessante para  
2860 nós, municípios porte I, o qual eu defendo com unhas e garras! Obrigada gente. **MARTA:**  
2861 Ok. A Maíra e o Volney retiraram a proposta. Então, eu vou colocar em votação. Eu vou  
2862 fazer assim: Proposta um é da mesa diretora, e proposta dois é do conselheiro. Está bom?  
2863 Então, quem é a favor da proposta um, por favor, levante. Ok aprovada. Até você mudou  
2864 de ideia Wilson? **WILSON:** Não! **MARTA:** Ah, bom. Então, aprovada a proposta que em  
2865 junho nós vamos ter uma reunião ampliada do CEAS com os CMAS. Aí que coisa boa, não  
2866 é gente? A Consolação quer fazer uma breve fala pela Secretaria Executiva do Conselho.  
2867 **CONSOLAÇÃO:** Eu pedi licença pra Marta para falar. Eu tenho recebido muitos elogios em  
2868 relação à Secretaria Executiva, a organização do Conselho, a competência. E aí, eu quero  
2869 falar que isso se dá da equipe que o CEAS tem mesmo, da Secretaria Executiva. Então, eu  
2870 quero registrar aqui que a nossa equipe, os nossos técnicos. Nós estamos com poucas  
2871 pessoas, inclusive no administrativo. As pessoas tem se desdobrado, todo mundo não tem  
2872 medo do trabalho, fica mais tempo, fica o que for necessário para que essas reuniões, pra  
2873 que tudo aconteça e que a gente faça do melhor. Eu só queria registrar isso. Essa equipe  
2874 é muito coesa. É uma equipe muito boa que está aqui na Secretaria Executiva. APLAUSOS  
2875 Obrigada a equipe. **MARTA:** Eu queria agradecer a colaboração de todos, de terem me  
2876 apoiado. Eu ia fazer uma pequena condução até a Maria chegar, mas a gente foi  
2877 estendendo aqui. De titular, caí pra suplente, mas fiquei aqui firme. RISOS A gente fica  
2878 brincando um pouquinho aqui. Eu queria agradecer muito a vocês, da colaboração que  
2879 vocês tiveram comigo na condução da plenária, desejar um bom descanso para todo  
2880 mundo. Tenham um bom retorno para as suas casas e ânimo para continuarmos  
2881 trabalhando no próximo mês. Muito obrigada. Está encerrada a reunião. APLAUSOS FIM.

NOMES	ENTIDADES/ORGÃO	ASSINATURA
Cristiane Isabel Felipe	IMSNS	
Érica Andrade Rocha	CRP/MG	
Gabriella Nair F. N.Pinto	SEPLAG	
Geisiane Lima Soares	CARITAS/MG	
Isabela de V.Teixeira	SEDESE	
Ítalo Mazoni	CMAS/BH	

Josiany Vieira de Souza	ACONESQUITAC	
Leonardo Carvalho Ladeira	SEPLAG	
Leonardo koury	SEDA	
Lucia Helena S. J.Rodrigues	COGEMAS	
Luiz George M. de Trindade	CMAS/LAGOA SANTA	
Maíra da C. Pinto Colares	SEDESE	
Maria da Páscoa Andrade	COGEMAS	
Maria do Carmo B. V.Vilas	CMAS/LEOPOLDINA	
Marta Maria C.V. da Silva	SEDESE	
Rodrigo dos Santos França	ASSPROM	
Rosilene Aparecida Tavares	CRESS	
Sandra R. Ferreira Barbosa	SINTBREF	
Soyla Rachel dos S.Pereira	CMAS/PARACATU	
Vera Cristina C. de Sousa	SEAPA	
Volney Lopes de A. Costa	PSING	
Walter Figueiredo Souza	Fed. das APAE's	
Wilson de Sales Lana	SEF	